Euro 2024
O mesmo controlo e mais baliza é a receita para atacar a Turquia

Destaque, 4 a 9

Viagens
Menorca, a ilha que é um refúgio de tranquilidade

Fugas

RUI GAUDÊNCIO

Público

Reportagem
Soldados ucranianos em tratamento em Ourém: "Um homem não chora"

Sociedade, 24 a 27

Empresa da Santa Casa no Brasil enfrenta execução judicial de sete milhões

A Santa Casa Global Brasil, uma das empresas criadas para a internacionalização da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, está obrigada a prestar uma caução de sete milhões em tribunal ou arrisca uma execução no mesmo valor, por quebra de contrato decidida pela anterior gestão de Ana Jorge. Os negócios falhados da Santa Casa estarão sob escrutínio no Parlamento, que ontem aprovou uma nova comissão de inquérito **Sociedade, 20**

Caso das gémeas
Mãe rejeita favorecimento e deixa *emails* por explicar

Ouvida na AR, mãe das gémeas tratadas com medicamento Zolgensma garantiu nunca ter falado com Marcelo e o seu filho **Política, 16/17**

Academia
FC Porto escapa ao pagamento a construtora por terrenos na Maia

Antiga administração só teria de pagar terrenos da academia se hasta pública avançasse. Falta de fundos abortou projecto **Desporto, 54**

Maçonaria
Associação maçónica evita impostos por alugar quartos

Internato de São João fechou lar e passou a alugar quartos a estudantes, o que lhe garante isenções num património de milhões **Local, 30/31**

ISNN-0872-1548

Página dois

SEMANA SIM

Camila Rebelo A nadadora portuguesa é a nova campeã da Europa dos 200 metros costas. Com um tempo de 2.08,95 minutos, a jovem bateu um novo recorde nacional e pessoal nos Europeus aquáticos, em Belgrado, no dia 18 de Junho.

Pais Antunes Sofreu um primeiro desaire, mas à segunda conseguiu ser eleito por dois terços dos deputados. O advogado, ex-secretário de Estado do PSD, é o novo presidente do Conselho Económico e Social.

SEMANA NÃO

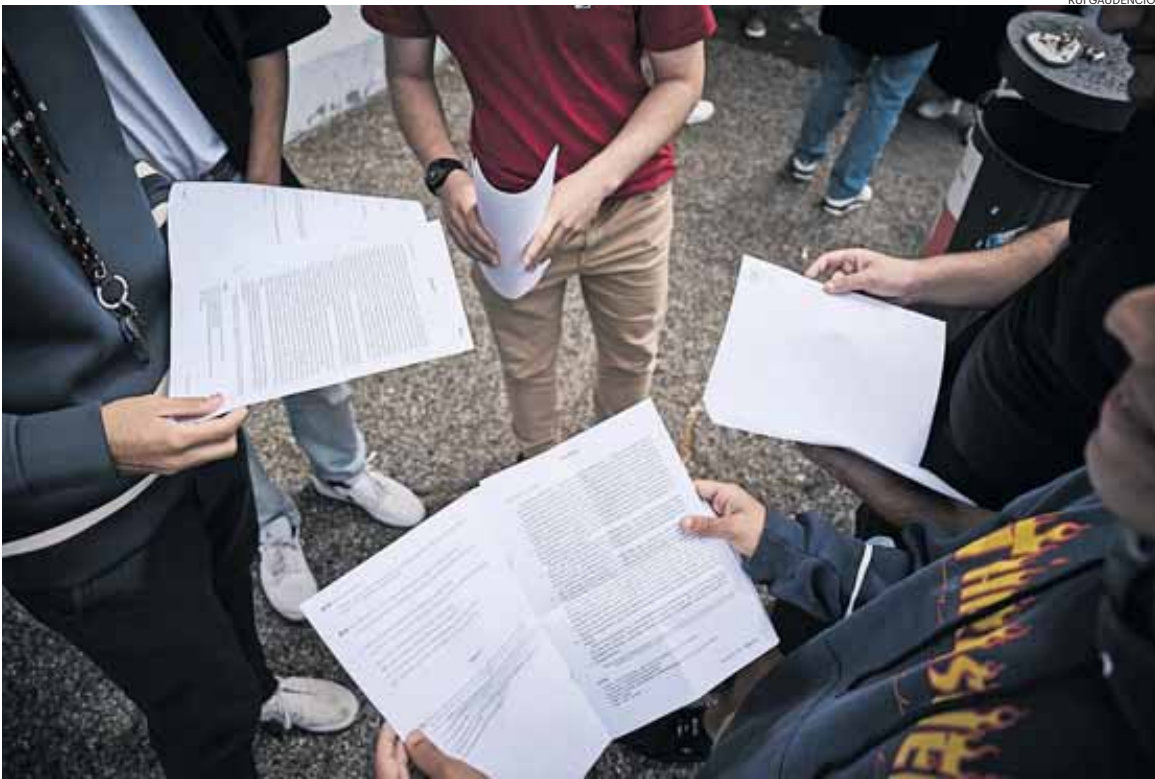
Roberta Medina Tudo acabou com um pedido de desculpas, mas a directora do Rock in Rio não sai imune da polémica dos croquetes e das expulsões de Sónia Tavares e Bárbara Guimarães da zona VIP do festival.

Nuno Rebelo de Sousa Esta semana soube-se que o filho do Presidente foi constituído arguido no caso das gémeas brasileiras. O MP está a investigar suspeitas de crimes de prevaricação, abuso de poder e burla qualificada.

Rishi Sunak À medida que o tempo passa, a situação política do chefe do Governo britânico piora nas sondagens e na vida real. Agora, elementos do seu partido estão sob investigação por causa de apostas sobre a data das eleições.

Isaltino Morais Não foi uma semana positiva para o autarca de Oeiras, que, no dia 21, teve buscas na câmara por causa de despesas de restauração excessivas pagas com dinheiro do município.

Por Sónia Sapage

INQUÉRITO PÚBLICO

RUI GAUDÊNCIO

Exame do 9.º ano: "Sugerimos maior equilíbrio entre escolha múltipla e itens de construção"

Miguel Dantas

João Pedro Aido "Vice" da Associação de Professores de Português pede revisão do peso da escolha múltipla após críticas ao exame

O peso da escolha múltipla e a escolha de um texto de uma autora que não fazia parte do programa de Português causou mal-estar junto de pais, professores e alunos que fizeram o exame do 9.º ano à disciplina. Apesar de considerar que a prova foi equilibrada e testou múltiplas competências, João Pedro Aido, vice-presidente da Associação de Professores de Português (APP), teme que os resultados possam piorar face às boas notas no exame final de 2023, defendendo uma redução da preponderância dos itens de construção e escolha múltipla.

O PÚBLICO deu voz, na forma de um artigo de opinião, a uma professora de Português que mostrou desagrado pela forma e pelos conteúdos do exame do 9.º ano à disciplina. Sente que este descontentamento é generalizado?

É possível que haja algumas críticas em relação ao modelo da prova de Português do 9.º ano ou até do 12.º e nós queremos discutir mais em pormenor diferentes modelos possíveis. Mas, considerando o modelo que foi seguido, com poucas variações, nos últimos anos, o que podemos dizer é que é um modelo que incorpora itens que são de vários tipos, nomeadamente itens de selecção, ordenação ou associação, por exemplo, e itens de construção. Os alunos fazem uma resposta restrita, com poucas linhas, digamos assim. A resposta extensa é de desenvolvimento e dá um texto mais estruturado e mais longo, com – tipicamente – mais de 20 linhas. Dentro deste tipo de itens, a prova está bem construída e os itens são rigorosos, avaliam de facto as aprendizagens e respondem às exigências dos documentos curriculares que estão em vigor, desde as aprendizagens essenciais ao perfil dos alunos.

Mas acha que, numa prova pensada para avaliar a capacidade de expressão dos alunos, faz sentido dar-se tanta relevância a perguntas de escolha múltipla?

No caso da prova do 9.º ano, no parecer que a APP fez, sugerimos que possa haver uma evolução do modelo da prova para um número menor de itens de selecção. Na verdade, os itens de selecção nesta prova, mais ou menos à imagem do que aconteceu no ano passado, atingem uns 80%. Já agora, por comparação, a prova do 12.º ano tem cerca de 45% de itens de escolha múltipla. Sugerimos que possa haver um maior equilíbrio, digamos assim, entre os itens de escolha múltipla e os de construção. No entanto, convém vermos que há implicações em todos estes modelos que nós naturalmente podemos discutir. O facto de a prova ter 21 itens quer dizer que foi possível criar modelos de avaliação para aprendizagens dos alunos de todos os domínios da disciplina de Português e é de salientar que a avaliação dos alunos do 9.º ano, no final de ciclo, inclui também a avaliação da oralidade.

Ou seja, a solução para reduzir a escolha múltipla passaria também por reduzir o número de itens restantes?

Seria inevitável. Os alunos demoram naturalmente mais tempo a escrever um item de resposta restrita ou de resposta extensa. A prova teria de ter um número menor de itens e, provavelmente, não conseguíamos avaliar tantas competências e tantos conhecimentos que os alunos acabam por reflectir num modelo de prova como este.

A APP reconhece que a dificuldade da prova foi "relativamente elevada num grande conjunto de itens". Os professores receiam resultados mais negativos do que no ano passado?

Os resultados do ano passado foram surpreendentemente positivos. Estávamos a prever, pelas dificuldades que tínhamos analisado na prova, que os resultados pudessem ser mais fracos. A média final foi superior a 60%. Em média, os alunos têm resultados melhores nos itens de selecção do que nos itens de resposta restrita. Mas é óbvio que, para itens de complexidade mais elevada, há alunos que não conseguem resolver os itens de selecção e os itens de resposta escrita.

Mas é relativamente expectável que os resultados deste ano, dada esta dificuldade em grande parte da prova, não sejam tão positivos?

À partida, diríamos que sim, mas no ano passado fomos surpreendidos pela positiva.

Tendo os professores de cumprir um programa que sugere 30 autores portugueses e estrangeiros, que sentido faz utilizar um texto dramático de uma autora que não consta do programa?

Nem todos os autores que são citados nessa lista são de leitura obrigatória. Mas, no fundo, acho que o ponto principal é a ideia de que, se olharmos para muitos resultados das práticas de leitura, e há estudos que podemos citar, os alunos não lêem muito. Há muitos alunos – cerca de um terço – que atravessam os vários ciclos, desde o primeiro até chegar ao secundário, sem lerem livros ou raramente lendo livros. Esse é o desafio talvez mais difícil e mais importante, termos alunos a ler mais e com mais qualidade, de uma forma mais aprofundada.

E não se pode proibi-las?

Grande angular

António Barreto

Moralmente, o método das escutas policiais, judiciais e outras está condenado. Politicamente, não é apreciado, mas defendido sem prazer. Judicialmente, é aceite. Os que o praticam, em princípio os magistrados judiciais e do Ministério Público, polícias, militares e outros funcionários, aceitam e defendem a sua aplicação. Já as escutas privadas, isto é, praticadas por qualquer cidadão, empresa ou agência, são condenadas e proibidas: são ilegais e apenas defendidas por quem as pratica.

As pessoas que defendem o recurso às escutas de Estado têm argumentos conhecidos. Sem elas, muitos crimes teriam sido cometidos. Com elas, é possível orientar as investigações. Graças a elas, podem provar-se crimes. São maneiras de controlar o mercado de droga, o terrorismo e o crime financeiro. São os melhores instrumentos para investigar a corrupção. São indispensáveis para castigar o crime fiscal e financeiro. Finalmente, são essenciais para a segurança do Estado.

Nada disto está demonstrado. Nem está provado que, sem as escutas, não haveria outros meios de investigação e prevenção. Como não se conhecem os casos que só foram detectados graças às escutas. Mas sabe-se dos casos em que o sistema de escutas não preveniu. Como os actos de terrorismo de Nova Iorque, Paris, Londres, Madrid, Moscovo, Israel e outros.

É possível que nos argumentos favoráveis às escutas haja uma qualquer verdade. Mas também podemos dizer que há milhares de crimes para os quais as escutas de nada serviram. Como seria interessante saber que crimes foram evitados e quantos criminosos foram condenados graças às escutas. Dizer que são úteis não basta. É necessário demonstrar que o foram e como eram o único meio existente.

É possível que haja crimes prevenidos graças às escutas. Mas não sabemos se outros meios não teriam dado os mesmos ou melhores resultados. Nem sabemos, em toda a sua extensão, os prejuízos causados à população, os atentados cometidos contra os cidadãos, os abusos praticados e os casos de ameaça, chantagem e extorsão de que muita gente pode ser vítima de quem abusa das escutas. Em poucas palavras, se há benefícios, é seguro que são obtidos a custo elevado, a expensas dos direitos dos cidadãos.

Há países, de regimes autoritários, onde se vigiam os cidadãos. Todos. Na rua, no banco, na escola, em casa, no emprego, no estádio e no bar. De cada um sabe-se o nome, a conta bancária, a família, os amores, os divertimentos, o cadastro e as dívidas. Assim como as preferências estéticas, políticas, sexuais e gastronómicas. Basta andar na rua para ser identificado. Em países democráticos, onde existem os meios para fazer as vigilâncias que se quiser, há limites na lei, mas pratica-se igualmente. Com menor intensidade. Mas, pouco a pouco, com receio do terrorismo, dos narcotraficantes, dos vendedores de sexo, dos intermediários de mão-de-obra, do crime organizado, dos manipuladores da bolsa, vão-se admitindo excepções e novos meios de vigilância. É verdade que também se aprovam leis de protecção de dados pessoais. Mas sempre com falhas e excepções.

Na verdade, por cada escuta "útil", deve haver milhares "inúteis", isto é, a pessoas inocentes, sobre assuntos indevidos. As escutas resultam sempre de "varrimentos" intensos. Parece que as que não são necessárias para os casos em questão são destruídas. Parece, não é certo nem seguro, como se tem visto nos últimos anos. Mas por que razão alguns (funcionários, magistrados, oficiais, técnicos, polícias...) terão a cobertura da lei para escutar, apreciar, decidir, destruir e conservar o que muito bem entenderem?

As escutas telefónicas têm características especiais. Para que resultem, são necessários milhares de escutas, dezenas ou centenas de pessoas, assuntos diversos, com vida privada, comercial, política, cultural e o resto. Para uma chamada útil, com informação verdadeira, é necessário ouvir dezenas de pessoas e milhares de chamadas. Centenas de inocentes têm de ser escutados. Cria-se um ambiente permanente de suspeição.

Como é sabido, os grandes peritos em escutas não são só os espiões e as policias das ditaduras. São também das democracias. Pergunta-se: quem escuta os escutadores? Quem vigia os vigilantes? Não é possível deixar de lado todos os que nada têm a ver com nada. Nem os inocentes. Só depois de escutados e vigiados é que se sabe se dezenas ou centenas de pessoas estão ilibadas ou não. Além de que as escutas são um belo exemplo do paradoxo da ausência. Não estar referido numa escuta não quer dizer que seja inocente. Um silêncio ou uma ausência não são álibis. Falar sem nada dizer não quer dizer que se esteja inocente ou culpado.

As escutas permitem guardar dados para chantagem. Servem para ameaçar outras pessoas que nada têm que ver com o crime. As escutas deixam traços que tornam possível a sua utilização para outros fins. Que permitem a devassa pública. As escutas podem ser destruídas ou mantidas, a coberto da lei, por quem tem força e poder. As escutas permitem uma selecção dolosa de pessoas e de conversas. Por cada pessoa escutada, suspeita, são dezenas ou centenas de outras, inocentes, que são "apanhadas na rede". Não é moralmente aceitável que, por um possível culpado, se atente contra os direitos de dezenas ou centenas de inocentes.

Não parece haver argumentos suficientes para justificar o recurso às escutas. Nem para demonstrar que os benefícios são superiores aos inconvenientes. Parecem inúteis os esforços para reparar o irreparável, para garantir e controlar o recurso a escutas. Há mais de trinta anos que se tenta encontrar a solução ideal: legislação mais apertada, escutas sob reserva, autorização de magistrados, licença de transcrição só para as seleccionadas entre milhares, com e sem destruição decidida por magistrado. É um sem fim de soluções para um problema que as não tem. Todo o contorcionismo jurídico para garantir a bondade das escutas e impedir o abuso tem-se revelado inútil. E nem sequer é possível demonstrar que as escutas deram vantagens à liberdade, aos direitos dos cidadãos, à vida humana e à privacidade.

Meias garantias não chegam. Tal como a tortura, o assassinato, a pena de morte, a prisão sem culpa formada e a prisão perpétua, também as escutas exigem uma clara definição: ou é ou não é. Se não há escutas, não há possibilidade de traficar e ameaçar com uma coisa que não existe. Sem escutas, não há mercadoria para tão vil negócio. A proibição total, pura e simples, parece ser a única solução justa e eficaz. Com garantias para os cidadãos. Não resolve todos os problemas. Mas, pelo menos, elimina alguns. E protege as liberdades.

Sociólogo

Para uma chamada útil, com informação verdadeira, centenas de inocentes têm de ser escutados. Cria-se um ambiente permanente de suspeição

A proibição total, pura e simples, parece ser a única solução justa e eficaz

IMPORTA-SE DE REPETIR?

Eu também gostava de escutar o que diz a procuradora-geral da República aos procuradores
Rui Rio
Ex-líder do PSD

Citando o professor Cavaco Silva, deixem-nos trabalhar. Deixem o Conselho Europeu trabalhar
António Costa
Ex-primeiro-ministro

O cobarde [Pedro Sánchez] mandou todos os seus ministros para me insultar
Javier Milei
Presidente da Argentina

Gostei muito da resiliência futebolística que mostrámos
Roberto Martínez
Seleccionador nacional

No dia em que o André sair, o Chega passará para um ou dois deputados
Bruno Nunes
Deputado do Chega

O mesmo controlo e mais baliza é a receita para atacar a Turquia

Portugal pode qualificar-se já para os oitavos-de-final do Euro 2024, mas precisa de elevar número de remates, vinca Roberto Martínez, defendendo que Ronaldo justifica os 90 minutos

Nuno Sousa, em Dortmund

As regiões da Renânia do Norte-Vestefália e de Baden-Württemberg, motores da indústria, são aquelas que concentram o maior volume de habitantes turcos na Alemanha. É, por isso, mais do que previsível que esta tarde a selecção de Portugal esteja em inferioridade numérica no jogo das bancadas em Dortmund, onde defrontará a Turquia no segundo encontro da fase de grupos do Euro 2024. Um triunfo garantirá o apuramento imediato para os oitavos-de-final, do mesmo modo que uma derrota não hipotecará a qualificação. "Precisamos de ser nós mesmos", exortou ontem Roberto Martínez, um seleccionador cada vez mais convencidos dos méritos da equipa.

Ao contrário do que aconteceu na véspera do jogo inaugural, desta vez a selecção nacional dispensou o treino no relvado do recinto de jogo e trabalhou ainda no quartel-general, em Marienfeld, viajando para Dortmund somente ao início da tarde de ontem. Na sala de imprensa do Signal Iduna Park, palco do segundo embate no Grupo F, Roberto Martínez separou as águas em relação aos dois primeiros rivais neste torneio.

"São adversários diferentes. Contra a República Checa, não era o plano deles ter um bloco baixo durante o jogo. Criámos muitos problemas, tivemos o controlo da bola, eles gostam de marcar ao homem e obrigámo-los a um trabalho defensivo diferente". No fundo, Portugal conseguiu manietar os checos e remetê-los quase sempre ao meio-campo defensivo, mesmo que tenha sido pouco esclarecido com bola.

A Turquia, porém, é uma selecção com outros argumentos. Fez uma fase de qualificação muito positiva, vencendo o grupo à frente da Croácia, depois somou três derrotas e um empate nos jogos de preparação, antes de entrar com o pé direito no Europeu, fruto de um triunfo sobre a Geórgia (3-1), numa das partidas mais empolgantes do torneio até à data.

Turquia

Portugal

17h00 | RTP1

"A Turquia tem um talento jovem incrível, mas com papéis importantes

MIGUEL A. LOPES/LUSA

Calendário e classificação

GRUPO F

Jornada 2

Jogo	Hora
Turquia - Portugal	17h, RTP1
Geórgia - Rep. Checa	14h, SPTV1

	J	V	E	D	M-S	P
Turquia	1	1	0	0	3-1	3
Portugal	1	1	0	0	2-1	3
Rep. Checa	1	0	0	1	1-2	0
Geórgia	1	0	0	1	1-3	0

na equipa. Tem a experiência de jogadores como Çalhanoglu, tem muita qualidade com bola, mas o treinador [Vincenzo Montella] também lhes deu uma estrutura muito forte", vincou o seleccionador de Portugal, acrescentando: "Tem um jogo interior muito forte, precisamos de parar isso, de estar compactos, mas também precisamos de ser nós mesmos, de controlar o jogo, dar largura".

Nota positiva? "A reacção"

A aposta na largura chegou em doses generosas no primeiro jogo, mas faltou critério nas acções desenvolvidas no último terço. "A posse não teve na primeira parte o número de remates que nós queremos, mas a nota mais positiva foi a reacção depois de sofrer o golo. Foi uma reacção muito boa", insistiu.

Se esse embate de Leipzig foi fundamentalmente um exercício de ataque posicional para Portugal, nomeadamente dos 20 minutos em diante, hoje espera-se outro guião. A Turquia tem-se apresentado num 4x2x3x1 estável, com capacidade de construir a partir de trás e de utilizar, preferencialmente, o corredor central, onde manobram Hakan Çalhanoglu, Orkun Kokçu e, com movimentos interiores, Arda Guler. Dois deles têm uma meia distância de respeito, pelo que a protecção no espaço entre linha defensiva e linha média será também crucial.

"A Turquia é uma selecção com qualidade individual também. Estudámos bem o que o *mister* quer que façamos. Acho que vai ser um jogo totalmente diferente do primeiro, com mais espaço, e vamos entrar para ganhar, como é óbvio", prometeu Rafael Leão, que se diz confortável com a fortíssima concorrência interna para a posição e globalmente satisfeito com o rendimento individual no primeiro jogo.

Até agora, Portugal venceu sempre a Turquia em fases finais de Campeonatos da Europa (1-0 em 1996, 2-0 em 2000 e novamente 2-0 em 2008). Ganhando hoje, atinge o primeiro objectivo – uma espécie de mínimos olímpicos –, mas o apuramento não parece ser a preocupação imediata do seleccionador. "O foco é dar tudo durante três jogos e depois podemos avaliar e ver o nosso papel".

O que não precisa de ser reavaliado é o papel de Cristiano Ronaldo, independentemente do contexto ou do sistema – e resta saber se irá manter-se o 3x4x3 ou se regressa o 4x2x3x1, para encaixar na Turquia. Quando directamente questionado sobre se o avançado do Al Nassr ainda consegue render ao mais alto nível durante toda a partida, Roberto Martínez argumentou com outra pergunta. "Sabe quantos minutos ele jogou na Arábia Saudita?".

Depois veio a contra-argumentação: "Mas o campeonato saudita não tem a mesma intensidade e exigência de um Europeu". Então sim, uma resposta: "A experiência é como lidas com estes momentos, não há outro jogador que tenha seis presenças em Europeus. Para nós, é importante ele ter experiência, *know-how* e oportunidades na área para abrir espaço. O Cristiano está na selecção porque merece estar, marcou 51 golos e as estatísticas mostram que pode fazer o jogo todo".

Num dos maiores estádios da Europa, que pelas imposições da UEFA reduziu a lotação de 81 mil para 66 mil lugares, Portugal procura uma exibição que ponha a concorrência em sentido e que acompanhe o que, em certa medida, têm feito Alemanha e Espanha. Até porque, para chegar longe, terá sempre de comparar-se com os melhores.

O jogador que destronou Ronaldo

Cuidado com o pé esquerdo do turco Arda Guler

Marco Vaza

O jovem craque da Turquia é uma "estrela" em ascensão e que já passou pelas mãos de dois treinadores portugueses

Há uma tendência nas altas esferas do futebol internacional que se acentua cada vez mais. Agarrar quanto antes aquele adolescente de 16 ou 17 anos que começou a marcar golos e a fazer assistências no futebol sénior. Martin Odegaard, por exemplo, começou a jogar e a marcar golos na primeira divisão da Noruega quando tinha 15 anos (e também começou a jogar na selecção) e o Real Madrid percebeu que tinha mesmo de o ter. Contratou-o no ano seguinte, mas nunca lhe deu verdadeiramente uma oportunidade, um caso de entusiasmo de curta duração e indiferença prolongada por parte dos *"merengues"*.

Toda esta introdução serve para enquadrar o percurso de outro jovem adolescente que entusiasmou o Real Madrid e que vai estar, hoje, no caminho de Portugal como a próxima grande "estrela" do futebol turco. Arda Guler tinha apenas 16 anos quando se estreou na primeira equipa do Fenerbahçe e tinha apenas 18 anos quando o Real Madrid o agarrou por 20 milhões de euros antes que alguém se antecipasse – porque é mais fácil pagar agora 20 milhões do que pagar 100 milhões dois ou três anos depois.

O Real Madrid estava a contratar uma ideia de jogador, mas o que vimos no final desta época e o que estamos a ver neste Euro sugere que Guler já está mais perto do jogador acabado do que de uma promessa de talento. Na estreia da Turquia no Euro 2024, as coisas estavam difíceis contra a estreante Geórgia, equilibrando no resultado (1-1) e no espectáculo. Aos 65', saiu magia do pé esquerdo de Arda Guler. De fora da área e descaído para o lado direito, o prodígio disparou, a bola viajou num arco quase sem curva antes de parar nas redes georgianas.

Arda Guler tornou-se o jogador mais jovem a marcar no seu jogo de estreia num Europeu, com 19 anos e 114 dias

Um momento genial que acabaria por inclinar o jogo para os turcos rumo a uma vitória por 3-1. E um recorde para ele: tornou-se o jogador mais jovem a marcar no seu jogo de estreia num Europeu, com 19 anos e 114 dias, batendo a marca de Cristiano Ronaldo, que tinha 19 anos e 128 dias quando marcou à Grécia no jogo de abertura do Euro 2004, há 20 anos – e, claro, os dois vão defrontar-se hoje.

Já não é a primeira vez que ele faz isto. Aliás, o seu primeiro golo pela selecção turca, num jogo de qualificação frente a Gales, em Junho do ano passado, foi quase igual, um remate de fora da área, mas em posição mais lateral.

Portugal terá de estar atento ao pé esquerdo de Guler e não lhe dar espaço, como aconteceu no jogo com os checos, em que Provod teve tempo e espaço à entrada da área portuguesa para fazer golo. Já se percebeu que o jovem de 19 anos gosta de ir da ala para posições mais interiores e procurar o desequilíbrio.

Influência portuguesa

Arda Guler nasceu em Ankara, a 25 de Fevereiro de 2005, e foi num dos clubes grandes da cidade, o Gençlerbirligi, que se iniciou. De Ankara, mudou-se aos 14 anos para um dos grandes de Istambul, o Fenerbahçe, e, três anos depois, já jogava na primeira equipa, pela mão de Vítor Pereira.

Em 2021-22, ainda foi colega de equipa de Mesut Ozil, outro génio canhoto do qual Guler é considerado o herdeiro. Fez a sua aprendizagem ao pé do internacional alemão, teve momentos de brilhantismo (três golos e cinco assistências) e, na época seguinte, apanhou outro português como treinador, Jorge Jesus.

O actual técnico do Al Hilal reforçou a aposta no jovem turco e, depois de uma época a confirmar a promessa (seis golos e sete assistências, mais a estreia na selecção turca), o Real Madrid fez a tal jogada de antecipação (o Barcelona também estava interessado), deixando 20 milhões na conta bancária do Fenerbahçe.

Mas que espaço iria ter Guler numa equipa só de craques? A resposta é: muito pouco. E as lesões não ajudaram. Só nos primeiros dias de 2024 é que se estreou pelos *"blancos"*, num jogo da Taça do Rei contra uma equipa da quarta divisão.

Guler não teve minutos na campanha europeia do Real que acabaria na conquista de mais uma Liga dos Campeões, mas ganhou protagonismo no último terço da Liga espanhola, marcando seis golos em sete jogos. Era claro que Carlo Ancelotti ainda não tinha lugar para ele, mas isso não queria dizer que o tivesse esquecido, como Zidane fez, por exemplo, com Odegaard. O próprio Guler recusou um empréstimo a meio da época porque entendia que tinha algo a aprender com o técnico italiano. E Ancelotti já lhe garantiu um lugar no plantel do Real.

Arda Guler marcou um dos golos da vitória da Turquia sobre a Geórgia

Grupo F

Uma Geórgia antichecos e anti-*bullying*

Diogo Cardoso Oliveira

O desejo da Geórgia para hoje, no grupo de Portugal, é conseguir encarnar um papel antichecos. Para isso, conta com gente boa

Alguma selecção do Euro 2024 pode gabar-se de ter no plantel não um, mas dois jogadores galardoados com prémios de *fair-play* por parte da FIFA e da UEFA? Provavelmente, não. Se a essas duas distinções juntarmos mais uma, atribuída à própria federação georgiana, então fica ainda mais improvável haver paralelo.

A equipa que vai entrar em campo hoje, frente à República Checa, tem duas boas histórias para contar – e vão além do talento de Kvaratskhelia, craque do Nápoles.

Geórgia
Rep. Checa
14h00 | SPTV1

A primeira, mais simples, é sobre Luka Lochoshvili. O defesa de 26 anos, da Cremonese, foi distinguido pela sua acção em 2022, num jogo do campeonato austríaco, quando ajudou a salvar a vida a um adversário.

Georg Teigl, do Austria Vienna, caiu após uma colisão e, antes da chegada das equipas médicas, Luka quis agir perante a suspeita de paragem respiratória do jogador inconsciente.

Sendo certo que a permeabilização das vias aéreas não foi feita como deveria ter sido – Luka colocou os dedos dentro da boca de Teigl, puxando-lhe a língua –, o relevante para a FIFA foi premiar não o conhecimento médico, mas a coragem e rapidez do jogador, que agiu rapidamente e tentou colocar o adversário em segurança.

Ganhou não apenas o prémio *fair-play* como uma distinção do estado de Kärnten, na Áustria.

Mais rica é a história do capitão da selecção, Guram Kashia. O jogador de 36 anos é o líder desta equipa e conta já com uma considerável bagagem de luta por direitos humanos. Em 2017, a jogar pelo Vitesse, decidiu usar uma braçadeira arco-íris, de apoio à causa LGBT.

A acção do defesa georgiano valeu confrontos violentos promovidos por grupos de extrema-direita à porta da federação da Geórgia, além de ameaças de morte no seu país.

"Acredito na igualdade e não interessa aquilo em que cada um acredita, quem ama ou quem é. Vou sempre defender a igualdade, equidade e direitos iguais para todos", disse Kashia, depois de a UEFA lhe atribuir o prémio *#equalgame*.

Kashia também já recebeu a ordem de excelência atribuída pelo então presidente georgiano, Giorgi Margvelashvili, em função das acções de direitos humanos e desenvolvimento do país.

Uma delas passou pela voz activa na luta contra o *bullying* nas escolas, flagelo que o próprio sentiu quando era criança.

Kashia contou que tinha medo de ir ao bar da escola, porque os estudantes mais populares, em grupo, lhe roubavam o dinheiro. Como solução, já que nem aos pais contava nada, optava por faltar às aulas.

Os discursos de Kashia nas escolas têm passado por incutir nos jovens a ideia de que não é uma vergonha rapazes chorarem e que devem partilhar o *bullying* com alguém – em último recurso, com o próprio Kashia, através do Instagram.

FRIEDEMANN VOGEL/EPA

A Geórgia (de branco) foi combativa frente à Turquia na sua estreia em Europeus de futebol mas perdeu. Hoje tem nova hipótese de vencer, frente à República Checa

Grupo E

Bélgica forçada a desarmar bomba-relógio frente à Roménia

Augusto Bernardino

A impensável derrota com a Eslováquia no arranque do Euro, somada à conjugação dos resultados entretanto verificados no Grupo E (com a segunda ronda a meio), deixa a Bélgica, terceira selecção no ranking FIFA – e natural favorita ao triunfo no grupo –, numa situação altamente comprometedora no Euro 2024.

Depois da reviravolta que ontem garantiu o triunfo e a redenção da Ucrânia, os belgas estão agora ainda mais pressionados para superarem, esta noite, em Colónia, a ameaça Roménia. Essencialmente para evitar o último lugar à entrada da ronda decisiva e, com ele, uma perspectiva bem mais negra relativamente ao que o futuro pode ainda reservar aos "diabos vermelhos" neste torneio.

Pela frente, para além de uma Roménia animada pela maior goleada conseguida após as cinco anteriores fases finais de Campeonatos da Europa disputadas pela selecção dos Cárpatos, a Bélgica terá o espectro de uma possível saída precoce de cena, o que, curiosamente, sucedeu pela última vez há 24 anos, quando Bélgica e Países Baixos organizaram a competição.

Mais curioso é o facto de ter sido nesse ano que a Roménia ultrapassou, pela única vez na história de Europeus, a fase inicial, qualificando-se em segundo no grupo da "morte": de Portugal, Inglaterra e Alemanha... de má memória para britânicos e germânicos.

A juntar ao trauma provocado pelos eslovacos, a Bélgica terá ainda de superar o fantasma do Qatar 2022, quando caiu no grupo de Marrocos, Croácia e Canadá, então sob o comando do agora seleccionador português Roberto Martínez.

É verdade que, desde o Mundial, a Bélgica só voltou a perder no Euro... um péssimo *timing*. Para desdramatizar, até porque o futebol é fértil em situações que fariam corar o próprio Houdini, basta seguir o exemplo da Ucrânia para desarmar uma autêntica bomba-relógio e colocar gelo na euforia romena, tal como sucedeu ontem à Eslováquia em Dusseldorf, já com os oitavos-de-final à vista.

Sem mais surpresas, admite-se que a Bélgica possa mesmo retomar o trilho certo e colocar o Grupo E em "ponto de rebuçado", com toda a gente empatada com três pontos e com possibilidades de apuramento.

Se, por ventura, for uma vitória por dois golos, os belgas poderão assumir automaticamente o lugar que lhes estava teoricamente reservado, bem no topo da pirâmide.

Atentos e indiferentes ao 47.º lugar do ranking FIFA ou às casas de apostas que parecem não acreditar muito em surpresas, a selecção de Iordanescu tem apenas de alhear-se das distracções e focar-se no que pode fazer em campo, tentando assegurar desde já a presença nos "oitavos".

Lukaku foi muito perdulário no primeiro jogo da Bélgica no Euro

Grupo D

Polónia teve 30 minutos de Lewandowski e 90 de mau futebol

Crónica de jogo

Diogo Cardoso Oliveira

O duelo entre Áustria e Polónia mostrou uma evidência: os austríacos são uma equipa bastante melhor do que a dos polacos

"Há uma grande diferença se tens o melhor jogador do mundo no banco de suplentes ou no relvado", disse Michal Probierz, seleccionador da Polónia, antes do jogo de ontem frente à Áustria, que terminou com triunfo austríaco por 3-1, em Berlim. O treinador falava de Robert Lewandowski, que falhou o primeiro jogo por lesão e já jogou meia hora, mas não mudou muita coisa, como sugeriu Probierz.

O impacto foi nulo e os polacos mantiveram os mesmos problemas que tinham sem o avançado – até porque, em rigor, não era dali que eles vinham.

Já a Áustria mostrou ser uma equipa muito completa e com princípios de jogo bastante interessantes, conquistando o primeiro triunfo no grupo D. A Polónia, por outro lado, mantém-se no redondo zero. Porquê? Porque Berlim mostrou que os austríacos são claramente melhores em todos os aspectos do jogo.

Muita pressão

O Estádio Olímpico de Berlim recebeu, com uma curiosa trivialidade histórica, duas nações também bastante envolvidas na Segunda Guerra Mundial: a Áustria, anexada pacificamente logo nos primeiros tempos de expansão nazi, e a Polónia, invadida no ano seguinte.

No futebol, foi a Áustria que domou os polacos. Com uma pressão bastante intensa, e por vezes muito alta, a equipa de Ralf Rangnick esteve largos minutos em processo ofensivo, com recuperações sucessivas que permitiam reconstruir ataques em zona bastante avançada.

Os polacos, com comportamento semelhante ao que tiveram frente aos Países Baixos, pressionavam alto a saída curta da Áustria, mas com o bloco descoordenado, sendo fácil de bater com uma bola vertical. E ficava sempre superioridade da Áustria em algum local do campo – o problema era só descobrir onde ela estava.

ANNEGRET HILSE/REUTERS

Lewandowski estreou-se no Euro mas a Polónia não cresceu com ele

1 POLÓNIA — 3 ÁUSTRIA

Jogo no Estádio Olímpico, em Berlim.

Polónia Szczesny ●77', Bednarek, Dawidowicz, Kiwior; Frankowski, Piotrowski (Moder, 46' ●62'), Zielinski (Urbanski, 87'), Slisz ●53' (Grosicki, 76'), Zalewski; Buska (Lewandowski, 60' ●64') e Piatek (Swiderski, 60'). **Treinador** M. Probierz.

Áustria Pentz, Posch, Lienhart, Trauner (Danso, 59'), Mwene (Prass, 63'); Seiwald, Grillitsch (Wimmer, 46' ●56'), Baumgarnter (Gregoritsch, 81'), Laimer, Sabitzer e Arnautovic ●70' (Schmid, 81'). **Treinador** R. Rangnick.

Árbitro Umut Meler (Turquia)
VAR Paolo Valeri (Itália).

Golos 0-1 Trauner (9'), 1-1 Piatek (30'), 1-2 Baumgartner (67'), 1-3 e Arnautovic g.p. (78').

Positivo/Negativo

Arnautovic
Deu muitas soluções em apoio e lutou bastante sem bola. Ainda ganhou o duelo aéreo que veio a provocar o penálti e converteu-o com categoria.

Áustria
A pressão, apesar de ousada, é muito bem-feita. Com o lesionado Alaba, esta seria uma selecção ainda mais perigosa.

Polónia
Os princípios de jogo estão mal trabalhados e parecem ser bastante audazes para o nível de execução.

O jogo mostrava duas equipas com ideias parecidas de recuperarem a bola alto, mas com uma clara diferença entre quem sabia pressionar com a equipa toda, os austríacos, e quem colocava dois ou três solitários a fazê-lo, como os polacos.

Com domínio quase total, a Áustria acabou por chegar ao golo. Aos 9', uma insistência após um lançamento lateral, com a tal boa reacção à perda, permitiu a Mwene cruzar para um cabeceamento de Trauner ao primeiro poste.

Ninguém o marcou, havendo adormecimento colectivo, mas também individual – no caso, do ex-Benfica Dawidowicz.

Aos 31', numa fase em que os polacos chegavam com mais gente ao ataque – sobretudo com alguns raides de Zielinski em condução –, uma bola confusa na área da Áustria permitiu a Bednarek rematar contra um adversário e Piatek fazer o mesmo na recarga, mas com mais sucesso.

Na segunda parte, a Polónia teve mais bola e mais agressividade sem ela, mas nem por isso mais organização. Aos 66', a pressão polaca foi novamente batida facilmente, com cinco jogadores a ficarem para trás, e uma bola entre linhas permitiu uma simulação genial de Arnautovic e posterior remate de Baumgartner à entrada da área.

A construção austríaca foi muito paciente, desde trás, começando no corredor direito, antes de rodar para o esquerdo e acabar na zona central.

Nesta fase já havia Lewandowski em campo, mas a Polónia tinha dificuldade em fazer a bola chegar ao avançado do Barcelona, que ia passando ao lado do jogo.

Aos 77', Arnautovic lutou por uma bola aérea, que acabou a isolar Sabitzer perante Szczesny. Houve derrube, penálti e golo de Arnautovic. Estava jogo feito.

Grupo E

Eslováquia entrou forte mas Ucrânia revoltou-se

Crónica de jogo

Augusto Bernardino

A Ucrânia refez-se do pesadelo da estreia no Europeu e bateu a Eslováquia por 2-1 em jogo da segunda ronda do Grupo E com uma reviravolta conseguida na segunda parte, negando o apuramento antecipado aos eslovacos.

Em Dusseldorf, a Eslováquia surgiu empenhada em repetir o surpreendente resultado da primeira ronda, em que bateu a favorita Bélgica. Na verdade, a equipa orientada por Francesco Calzona não deixou margem para dúvidas quanto à capacidade técnica e táctica, exercendo uma pressão permanente que impediu os ucranianos de gizarem um plano capaz de apagar a goleada ante a Roménia. Rebrov, seleccionador da Ucrânia, fez quatro alterações em relação ao "onze" inicial do jogo de estreia no Euro, com destaque para a inclusão de Yarmolenko, já que a entrada de Trubin para render Lunin na baliza era esperada.

E se o extremo esteve distante do pretendido, a escolha de Trubin não podia ter sido mais feliz. Com três defesas providenciais, o guarda-redes do Benfica ainda travou a primeira vaga eslovaca. Garantia insuficiente para evitar o primeiro golo da tarde, de novo na sequência de um lançamento lateral e, com o extremo Schranz a igualar Musiala no topo dos marcadores.

A Ucrânia parecia abatida. Mas, após uma dezena de minutos em que não foi capaz de impressionar ou mostrar argumentos para contrariar a organização do adversário, Dovbyk esteve perto de empatar. Novidade no "onze", o lateral Tymchyk reforçou a resposta com um remate ao poste, após estirada de Dubravka. Shaparenko (54'), após transição de Mudryk, Dovbyk e Zinchenko mudaram a narrativa e o desfecho.

Subitamente, a Eslováquia era forçada a pensar no plano B, priorizando uma estratégia de menor risco, já que o empate a deixaria em boa posição de garantir os "oitavos". Os primeiros ajustes sublinharam a dinâmica do jogo, com a Ucrânia a refrescar o ataque e a Eslováquia a acautelar o resultado. Um risco óbvio, como se viu em duas perdas de bola, já com Lobotka em dificuldades.

E como não há duas sem três, Yaremchuk, que já tinha oferecido um golo "cantado" a Mudryk, fez o que toda a nação ucraniana esperava, colocando a selecção em vantagem a dez minutos dos 90.

O ex-Benfica tirou um peso enorme das costas da Ucrânia, que renasceu das cinzas para baralhar e dar de novo nas contas do Grupo E, que esta noite (20h) terá um Bélgica-Roménia.

Yaremchuk marcou o golo da vitória ucraniana

1 ESLOVÁQUIA — 2 UCRÂNIA

Dusseldorf Arena, em Dusseldorf.

Eslováquia Dúbravka; Pekarík, Vavro, Skriniar, Hancko (Obert, 67'); Lobotka; Schranz (Sauer, 86'), Kucka, Duda (Bénes, 60'), Haraslín (Suslov, 67'); Bozenik (Strenec, 60'). **Treinador** Francesco Calzona.

Ucrânia Trubin; Tymchyk, Zabarnyi, Matviyenko, Zinchenko; Shaparenko (Talovierov, 90+2'), Brazhko (Sydorchuk, 85'); Yarmolenko (Zubkov, 67'), Sudakov, Mudryk (Malinovskyi, 85'); Dovbyk (Yaremchuk, 67' ●87'). **Treinador** Serhiy Rebrov.

Árbitro Michael Oliver (Inglaterra)
VAR Bastian Dankert (Alemanha)

Golos 1-0 Schranz (17'), 1-1 Shaparenko (54'), 1-2 Yaremchuk (80').

Resultados e classificação

GRUPO E

Jornada 2

Eslováquia - Ucrânia	1-2
Bélgica - Roménia	20h00, SPTV1

	J	V	E	D	M-S	P
Roménia	1	1	0	0	3-0	3
Ucrânia	2	1	0	1	2-4	3
Eslováquia	2	1	0	1	2-2	3
Bélgica	1	0	0	1	0-1	0

RONALD WITTEK/EPA

França e Países Baixos não conseguiram desbloquear o jogo, que terminou como começou

Grupo D

Pacto de não-agressão entre Países Baixos e França

Crónica de jogo

Marco Vaza

Em Leipzig, aconteceu o primeiro jogo sem golos deste Euro 2024. E, como sugere o resultado, não foi um grande espectáculo

Há muita gente a dizer que este Euro 2024 poderá bem ser o melhor de sempre. Golos, emoção, espectáculo, favoritos a passarem dificuldades perante equipas menos cotadas. Com esta dinâmica, o Países Baixos-França, duelo em Leipzig entre duas equipas de alto potencial para o futebol-espectáculo, tinha tudo para ser mais um desses grandes jogos. Quem ganhasse, garantia logo um lugar nos oitavos-de-final. Ninguém ganhou. E ninguém marcou golos. O Países Baixos-França, jogo grande do dia e um dos mais esperados da fase de grupos, foi o primeiro deste Euro que não teve golos. E, com o triunfo da Áustria sobre a Polónia, ficou tudo em aberto sobre como irá ficar a hierarquia do Grupo D, algo que interessa a Portugal para os cruzamentos dos jogos a eliminar.

Até à hora do jogo, Deschamps manteve o segredo sobre a utilização do homem da máscara, Mbappé, que ficou no banco à espera de uma chamada do seu treinador. E não houve um substituto directo para o novo avançado do Real Madrid, antes uma mudança de plano, com reforço do meio-campo através de Tchouaméni.

Em teoria, boas notícias para Ronald Koeman e para os Países Baixos, que teriam menos preocupações em defender um dos homens mais velozes do futebol internacional.

Mesmo sem Mbappé, ambas as selecções entraram no jogo a correr. Primeiro os Países Baixos, numa corrida de Frimpong ainda dentro do primeiro minuto, a que Maignan respondeu bem. Pouco depois, foi Griezmann a atirar de fora da área, com Verbruggen a defender para o campo.

Estes primeiros minutos eram prometedores – a bola iria entrar várias vezes nas balizas. Não havia dúvida. E aos 14', uma dupla oportunidade francesa a confirmar essas sensações – primeiro, Rabiot a passar a batata a Griezmann na pequena área, mas este escorregou e, no seguimento, voltou a atirar ao lado. Na resposta, Gakpo veio da esquerda para dentro e também ficou perto de marcar.

Depois, seguiu-se quase uma hora em que pouco ou nada se passou, como se França e Holanda tivessem assinado um pacto de não-agressão para dividirem os pontos e manterem-se a par no topo do agrupamento e com a qualificação segura. Ainda assim, houve mais França, a imperar no meio e a circular bem, com Kanté a mostrar que o futebol árabe não lhe moderou a rotação, mas a muralha neerlandesa parecia demasiado bem colocada para permitir algum intruso na zona de perigo.

Avancemos até aos 65'. Finalmente a França conseguiu circular de modo a ganhar superioridade numérica na área neerlandesa, com a bola de gola a ficar ao alcance de Griezmann. Mas o homem do Atlético de Madrid voltou a escorregar e não conseguiu rematar em condições.

Na resposta, os Países Baixos foram mais perigosos do que alguma vez tinha sido no jogo todo. A bola entrou em Memphis, que, de costas para a baliza, rodou e atirou. Maignan sacudiu, mas a bola foi ter com Xavi Simons. O homem da casa (jogou no RB Leipzig por empréstimo do PSG) atirou, a bola entrou e os neerlandeses celebraram aquilo que pensavam ser o golo do desbloqueio. Alegria breve. O árbitro britânico Anthony Taylor mandou cancelar a festa porque Dumfries estava perto do guarda-redes francês e fora-de-jogo no momento do remate – estava ao lado e não à frente, mas era clara a sua influência no processo de decisão do guardião do AC Milan.

Como as coisas não estavam a resultar com os artistas, os treinadores decidiram-se por usar os especialistas do golo. Cada um lançou o seu "9" puro, Deschamps recorreu a Oliver Giroud, melhor marcador da história da França, Koeman lançou a sua arma secreta, Wout Weghorst, o "pinheiro" que já dera a vitória frente à Polónia. Iriam os especialistas impedir o primeiro jogo a zeros deste Euro? Nem eles conseguiram.

0 PAÍSES BAIXOS – **0 FRANÇA**

Jogo no Estádio Leipzig, em Leipzig.

Países Baixos Verbruggen, De Vrij, Van Dijk e Nathan Aké; Dumfries, Reijnders, Schouten ●32' (Wijnaldum, 73') e Frimpong (Geertruida, 73'); Gakpo, Simons (Veerman, 73') e Depay (Weghorst, 79'). **Treinador** R. Koeman.

França Mike Maignan, Koundé, Upamecano, Saliba e Theo Hernández; Tchouaméni e Kanté; Ousmane Dembélé (Coman, 75'), Griezmann e Rabiot; Marcos Thuram (Giroud, 75'). **Treinador** D. Deschamps.

Árbitro Anthony Taylor (Inglaterra)
VAR Stuart Attwell (Inglaterra)

Positivo/Negativo

(+) **N'Golo Kanté**
O futebol das Arábias não lhe moderou o ritmo. O homem do Al-Ittihad continua a ser como nos lembrávamos dele, omnipresente no meio-campo da França. Tal como acontecera frente à Áustria, Kanté foi justamente eleito o homem do jogo.

Tijjani Reijnders
Da mesma forma que Kanté na França, o homem do AC Milan destacou-se no meio-campo dos Países Baixos, só perdendo brevemente o protagonismo para Xavi Simons no momento do golo que seria anulado.

(–) **Griezmann**
O seu papel já não é o de goleador da França, mas o de pensador. Numa noite sem Mbappé, Griezmann andou muitas vezes perto da baliza e teve as melhores oportunidades dos "*bleus*", mas o marcador ficou a zeros.

Resultados e classificação

GRUPO D

Jornada 2

Países Baixos - França	0-0
Polónia - Áustria	1-3

	J	V	E	D	M-S	P
Países Baixos	2	1	1	0	3-0	4
França	2	1	1	0	2-1	4
Áustria	2	1	0	1	3-4	3
Polónia	2	0	0	2	2-5	0

Espaço público

Regresso à normalidade

Editorial

Helena Pereira

Miranda Sarmento substituiu o discurso do 'caos' e do 'buraco financeiro' na semana em que Bruxelas retirou Portugal da lista dos países com desequilíbrios macroeconómicos

Este Governo iniciou funções com o maior toque de dramatismo de que há memória. Ainda não tinha saído empossado do Palácio da Ajuda e o primeiro-ministro, Luís Montenegro, já apontava o dedo ao PS por tentar ser "uma força de bloqueio" e, durante as semanas seguintes, o seu ministro das Finanças, Joaquim Miranda Sarmento, acusava e voltava a acusar o anterior executivo socialista de ter deixado as contas públicas "piores" do que o anunciado e a máquina do Estado "num caos e colapso".

No início de Maio, depois da divulgação da execução orçamental do primeiro trimestre, o ministro das Finanças denunciou não só a erosão do excedente conseguido no fim de 2023, mas também um buraco orçamental de 600 milhões de euros.

Os "cenários apocalípticos traçados pelo Governo", como David Pontes então descreveu, não travaram, contudo, os sucessivos anúncios de medidas, que, aliás, em muitos casos, ainda não passaram disso mesmo, anúncios: a reposição do tempo de serviço congelado dos professores; contratação de mais 900 médicos de família; contratação de mais funcionários administrativos para a AIMA e para as escolas, para aliviar trabalho burocrático dos professores; mais funcionários consulares; mais apoios a alojamento de estudantes universitários. Muitas das medidas aprovadas em Conselho de Ministros têm que passar pela Assembleia da República, mas não a contratação de mais meios.

Ontem, à margem da reunião do Conselho para as Questões Económicas e Financeiras (Ecofin), em Bruxelas, o mesmo Joaquim Miranda Sarmento, ministro das Finanças, mostrou-se optimista de que seja possível em 2024 e em 2025 fechar as contas com um excedente orçamental em torno de 0,2% ou 0,3% do PIB e, em entrevista à CNBC, esvaziou o balão que andou a encher durante semanas: "Os investidores internacionais e as instituições internacionais devem estar confiantes na posição orçamental de Portugal."

Miranda Sarmento, que esteve remetido ao silêncio durante várias semanas enquanto sucessivas reuniões do Conselho de Ministros prometiam milhões, reapareceu para finalmente dar por terminado o drama. Mesmo a questão do risco acrescido de despesas extras à margem da vontade do executivo de Luís Montenegro, com aprovações, em Parlamento através das chamadas coligações negativas, de medidas como acabar com portagens nas ex-Scut ou reduzir a taxa de IVA na electricidade, parece ter terminado. O ministro mostra inclusive abertura para, no Orçamento do Estado para 2025, acomodar sugestões dos partidos da oposição.

Na semana em que Bruxelas retirou Portugal da lista dos países com desequilíbrios macroeconómicos, o país regressou à velha normalidade. Até mesmo no discurso político.

CARTAS AO DIRECTOR

Ainda a propósito de Aguiar-Branco

Fala-se muito em tolerância, mas pouco em respeito. Sempre que estas palavras, respeito e tolerância, puderem ser usadas alternativamente, prefiro o respeito à tolerância. A palavra tolerância está gasta, adulterada, vazia de significado, pelo mau uso que se tem feito dela e pela incoerência de muitos dos seus paladinos que frequentemente não "tolerarem" a diferença. Por vezes, lembram-me o dito irónico de um eminente intelectual nascido no século XIX: "Quando ouço dar vivas à liberdade, vou à janela ver quem vai preso." Além disso, esta palavra parece estar revestida de alguma superioridade moral, de alguma sobranceria. O tolerante magnanimamente concede ao outro o favor de o tolerar. O direito ao respeito tem como fundamento a dignidade de todo o ser humano, sem excepção. Ao contrário de uma tolerância mal-entendida, o respeito pelo outro não é uma concessão ou um favor que lhe fazemos, mas sim um direito inerente à condição humana. O respeito implica que o pensamento dos outros, por mais diferente que seja do nosso ou por mais aberrante que nos pareça, possa ser livremente pensado, livremente expresso, mas também livremente rebatido ou contra-argumentado sempre que assim o decidirmos, mas nunca proibido.

Felizmente, Aguiar-Branco optou pelo respeito pela liberdade de expressão do pensamento.

António Sarmento, Porto

Justiça ou injustiça, eis a questão!

A sociedade quer-se justa e pronta a avaliar todas as situações em função dos dados apurados. Para isso tem agentes próprios, no aparelho jurídico, para investigar a matéria de prova dos processos que lhes são postos à consideração. Quanto maior e melhor for a sua capacidade, tanto maior será o grau de segurança dos cidadãos. O apuramento de factos deve reproduzir a verdade e não basear-se em pressupostos tendencialmente duvidosos.

Vem isto a propósito do agora falado confisco de bens de quem, mesmo não tendo sido condenado em tempo útil, possa suscitar dúvidas, mesmo que as mesmas não tenham encontrado matéria que as justifique. Tal situação, que pelos vistos não é nova, afigura-se moralmente questionável por depender de um qualquer livre-arbítrio de quem decida sem ter encontrado razões concretas para condenar. Com efeito, haja condenação e os actos decorrentes da culpa terão de se traduzir nas penas e consequências daí derivadas. Não havendo condenação, como será moralmente possível confiscarem-se bens por mera dedução? Uma afirmação de poder judicial que pode tender a tornar a justiça... muito injusta.

Eduardo Fidalgo, Linda-a-Velha

Putin e o Ocidente cada vez mais ateu e decadente

Estaline afirmava que "a teoria marxista-leninista não é um dogma, mas um guia para a acção". Não é despiciendo afirmar que Putin não rejeitou esta visão de Estaline e adaptou-a à sua retórica vagamente messiânica e militarista para justificar a sua autoridade (tal como Estaline) e para justificar a influência da Rússia euro-asiática e ortodoxa, depositária, segundo Putin, da verdadeira religião, em confronto com "um Ocidente individualista, liberal, ateu, materialista e decadente". Com esta visão segue a tradição eslavófila do século XIX que nunca obteve mais do que o apoio de um grupo de intelectuais e sacerdotes marginais da sociedade russa. No que Putin terá alguma dose de verdade – mas isso não contribui para branquear o seu despotismo – é na referência que faz a um Ocidente cada vez "mais ateu, materialista, hedonista e decadente". De facto, é uma realidade que se percepciona e que contribui para a degenerescência desse mesmo Ocidente. Oswald Spengler e Max Nordau vão emergindo nestes tempos conturbados.

António Cândido Miguéis, Vila Real

Punir a violência doméstica

Declaração prévia de interesses: carrego comigo vários preciosíssimos obrigados resultantes do apoio conferido em equipa de emergência de apoio às vítimas de violência doméstica e continuo a estudar-escrever sobre a melhor forma de intervenção. Arrepia-me ler de ilustres pessoas que o aumento das penas é a tal solução urgente e eficaz que falta aplicar para de uma vez por todas se acabar com esse flagelo, mas dessa forma tanto se pretere a resolução do problema a montante (ex.: prevenção), como se desfere a jusante uma forte machadada numa justiça penal humanista e liberal, bem como uma dilapidação na filosofia beccariana que é responsável por um dos maiores avanços civilizacionais em matéria carcerária, resultando no final um Estado de menor direitos e, por sua vez, de garantias. Ou será essa mais uma proposta toldada pelo populismo que por aí pulula?

Emanuel Carvalho, Lisboa

As cartas destinadas a esta secção têm de ser enviadas em exclusivo para o PÚBLICO e não devem exceder as 150 palavras (1000 caracteres). Devem indicar o nome, morada e contacto telefónico do autor. Por razões de espaço e clareza, o PÚBLICO reserva-se o direito de seleccionar e editar os textos e não prestará informação postal sobre eles **cartasdirector@publico.pt**

A opinião publicada no jornal respeita a norma ortográfica escolhida pelos autores

ESCRITO NA PEDRA

A mudança é inevitável, mas está em nós controlar o seu conteúdo e direcções
Indira Gandhi, estadista

O NÚMERO

7%

Os preços das casas estão a crescer a um ritmo cada vez menos acelerado, mas, ainda assim, continuam a aumentar. No primeiro trimestre deste ano, verificou-se uma subida de 7%

Os compactadores

Ainda ontem

Miguel Esteves Cardoso

É sedutora a propaganda do reles – é preciso ter cuidado.

Diz o vendedor de uma torradeira reles, ao ver que nos interessamos por uma torradeira boa: "Só está a pagar o nome, amigo. Se é para impressionar os amigos, *OK*. Mas por baixo é igualzinha à Reles-Matic."

Na propaganda do reles, tudo é pretensiosismo. O cliente é estúpido: vai atrás do sonante, e paga para ter um aparelho sonante em casa, porque é inseguro e tem um medo de morte que os amigos pensem que é forreta.

"Com o dinheiro que poupa, comprando um Reles-Matic em vez de um Nom-Sonnant, pode comprar outra coisa qualquer!" "Mas eu queria comprar uma boa torradeira..." "A Reles é boa, amigo. O preço é baixo porque não gastam dinheiro em publicidade." "De facto, nunca ouvi falar. É feita onde?" "É feita no mesmo país do que a Nom-Sonnant: aliás, na mesma fábrica. A Nom-Sonnant de francês só tem o nome".

Mas não é só nas torradeiras. É a mesma coisa com os livros ou com os discos: é tudo a mesma merda. O importante é a gente distrair-se. É preciso é a gente dançar. O que interessa é passar o tempo. É uma forma de paranóia uniformizadora: querem fazer-nos crer que não há bons pintores e maus pintores. Não, é tudo um jogo, depende da lábia de cada um, e dos conhecimentos. No fundo, andam todos ao mesmo e parvos somos nós, que vamos atrás da publicidade.

"Ó meu amigo", insiste este meu amigo que acabo de conhecer e faço questão de nunca mais interpelar, "uma torradeira é uma torradeira: tem uma resistência, duas ranhuras, um termóstato e uma mola..."

Vai-se longe neste vício definidor: um carro é um carro, um amigo é um amigo, uma mulher é uma mulher, um homem é um homem, uma conversa é uma conversa, e uma crónica é uma crónica.

Estes febris igualizadores fazem lembrar aqueles veículos dotados de grandes rolos cilíndricos que se vêem quando se está a fazer uma estrada. Servem para calcar lenta e pesadamente o asfalto. Chamam-se compactadores e, por onde passam, esmagam tudo.

ZOOM ITÁLIA

YARA NARDI/REUTERS

A cidade de Roma está a ser atingida por uma vaga de calor

P

publico.pt

Lisboa (sede: editor e redacção)
Edifício Diogo Cão,
Doca de Alcântara Norte
1350-352 Lisboa
Tel. 210 111 000

Porto
Rua Júlio Dinis,
n.º 270 Bloco A 3.º
4050-318 Porto
Tel. 226 151 000

DIRECTOR
David Pontes
Directores adjuntos
Andreia Sanches, Marta Moitinho Oliveira, Sónia Sapage, Tiago Luz Pedro
Directora de arte
Sónia Matos
Directora de design de produto digital
Inês Oliveira
Editoras executivas
Helena Pereira, Patrícia Jesus
Editor de fecho
José J. Mateus

Editor de Opinião Álvaro Vieira **Editor P2** Sérgio B. Gomes **Online** Ana Maria Henriques, Mariana Adam, Pedro Esteves, Pedro Guerreiro, Pedro Sales Dias (editores), Amílcar Correia (redactor principal), Carolina Amado, João Pedro Pincha, José Volta e Pinto, Marta Leite Ferreira, Miguel Dantas, Sofia Neves (última hora); Rui Barros (jornalista de dados); Ruben Martins, Inês Rocha (áudio); Joana Bougard (editora multimédia), Carlos Alberto Lopes, Joana Gonçalves, Mariana Godet, Teresa Miranda (multimédia); Amanda Ribeiro (editora de redes sociais), Ana Zayara, Michelle Coelho, Patrícia Campos (redes sociais) **Política** David Santiago (editor), Ana Sá Lopes, São José Almeida (redactoras principais), Ana Bacelar Begonha, Liliana Borges, Margarida Gomes, Maria Lopes, Nuno Ribeiro **Mundo** Ivo Neto, Paulo Narigão Reis (editores), Bárbara Reis, Jorge Almeida Fernandes, Teresa de Sousa (redactores principais), Rita Siza (correspondente em Bruxelas), Alexandre Martins, António Rodrigues, António Saraiva Lima, João Ruela Ribeiro, Leonete Botelho (grande repórter), Maria João Guimarães, Sofia Lorena **Sociedade** Natália Faria, Gina Pereira (editoras), Clara Viana (grande repórter), Alexandra Campos, Ana Cristina Pereira, Ana Dias Cordeiro, Ana Henriques, Ana Maia, Cristiana Faria Moreira, Daniela Carmo, Joana Gorjão Henriques, Mariana Oliveira, Patrícia Carvalho, Samuel Silva, Sónia Trigueirão **Local** Ana Fernandes (editora), Luciano Alvarez (grande repórter), André Borges Vieira, Camilo Soldado, Mariana Correia Pinto, Samuel Alemão, Teresa Serafim **Economia** Pedro Ferreira Esteves, Isabel Aveiro (editores), Manuel Carvalho (redactor principal), Cristina Ferreira, Sérgio Aníbal (grandes repórteres), Ana Brito, Luís Villalobos, Pedro Crisóstomo, Rafaela Burd Relvas, Raquel Martins, Rosa Soares, Victor Ferreira **Ciência** Teresa Firmino (editora), Filipa Almeida Mendes, Tiago Ramalho **Azul** Andrea Cunha Freitas (editora), Claudia Carvalho Silva (subeditora), Aline Flor, Andréia Azevedo Soares, Clara Barata, Nicolau Ferreira, Tiago Bernardo Lopes (multimédia), Gabriela Gómez (infografia), Rodrigo Julião (webdesign) **Cultura/Ípsilon** Paula Barreiros, Inês Nadais (editoras), Pedro Rios (editor Ípsilon), Isabel Coutinho (subeditora), Nuno Pacheco, Vasco Câmara (redactores principais), Isabel Salema, Sérgio C. Andrade (grandes repórteres), Daniel Dias, Joana Amaral Cardoso, Lucinda Canelas, Luís Miguel Queirós, Mariana Duarte, Mário Lopes **Desporto** Jorge Miguel Matias, Nuno Sousa (editores), Augusto Bernardino, David Andrade, Diogo Cardoso Oliveira, Marco Vaza, Paulo Curado **Fugas** Sandra Silva Costa, Luís J. Santos (editores), Alexandra Prado Coelho (grande repórter), Luís Octávio Costa, Mara Gonçalves **Guia do Lazer** Sílvia Pereira (coordenadora), Cláudia Alpendre, Sílvia Gap de Sousa **Ímpar** Bárbara Wong (editora), Carla B. Ribeiro, Inês Duarte de Freitas **P3** Inês Chaíça, Renata Monteiro (subeditoras), Mariana Durães **Terroir** Ana Isabel Pereira **Newsletters e Projectos digitais** João Pedro Pereira **Projectos editoriais** João Mestre **Fotografia** Miguel Manso, Manuel Roberto (editores), Adriano Miranda, Daniel Rocha, Nelson Garrido, Nuno Ferreira Santos, Paulo Pimenta, Rui Gaudêncio, Alexandra Domingos (digitalização), Isabel Amorim Ferreira (documentalista) **Paginação** José Souto (editor de fecho), Marco Ferreira (subeditor), Ana Carvalho, Cláudio Silva, Joana Lima, José Soares, Nuno Costa, Sandra Silva; Paulo Lopes, Valter Oliveira (produção) **Copy-desks** Aurélio Moreira, Florbela Barreto, Joana Quaresma Gonçalves, João Miranda, Manuela Barreto, Rita Pimenta **Design Digital** Alex Santos, Ana Xavier, Nuno Moura **Infografia** Célia Rodrigues (coordenadora), Cátia Mendonça, Francisco Lopes, Gabriela Pedro, José Alves **Comunicação Editorial** Inês Bernardo (coordenadora), João Mota, Ruben Matos **Secretariado** Isabel Anselmo, Lucinda Vasconcelos **Documentação** Leonor Sousa

Publicado por PÚBLICO, Comunicação Social, SA.
Presidente Ângelo Paupério
Vogais Cláudia Azevedo, Ana Cristina Soares e João Günther Amaral

Área Financeira e Circulação Nuno Garcia **RH** Maria José Palmeirim **Direcção Comercial** João Pereira **Direcção de Assinaturas e Apoio ao Cliente** Leonor Soczka **Análise de Dados** Bruno Valinhas **Marketing de Produto** Alexandrina Carvalho **Área de Novos Negócios** Mário Jorge Maia

NIF 502265094 | Depósito legal n.º 45458/91 | Registo ERC n.º 114410
Proprietário PÚBLICO, Comunicação Social, SA | Sede: Lugar do Espido, Via Norte, Maia | Capital Social €8.550.000,00 | Detentor de 100% de capital: Sonaecom, SGPS, S.A. | **Publicidade** comunique.publico.pt/publicidade | comunique@publico.pt | Tel. 210 111 353 / 210 111 338 / 226 151 067 | **Impressão** Unipress, Tv. de Anselmo Braancamp, 220, 4410-350 Arcozelo, Valadares; Empresa Gráfica Funchalense, SA, Rua da Capela de Nossa Senhora da Conceição, 50, 2715-029 Pêro Pinheiro | **Distribuição** VASP – Distrib. de Publicações, Quinta do Grajal – Venda Seca, 2739-511, Agualva-Cacém | geral@vasp.pt

Membro da APCT Tiragem média total de Maio **18.733 exemplares**

O PÚBLICO e o seu jornalismo estão sujeitos a um regime de auto-regulação expresso no seu Estatuto Editorial **publico.pt/nos/estatuto-editorial**
Reclamações, correcções e sugestões editoriais podem ser enviadas para **leitores@publico.pt**

ASSINATURAS Linha azul **808 200 095** (dias úteis das 9h às 18h)
publico.pt/assinaturas • assinaturas@publico.pt

Radicalismos *made in USA*

Escrever Direito

Francisco Teixeira da Mota

Vivemos tempos de extremos e radicalismos, a muitos níveis, tais como as alterações climáticas ou as realidades políticas e sociais. Atribuo esta radicalização, de forma simplificada, à emergência de Trump com o seu "vale-tudo", numa total ausência de rigor e pudor. O Supremo Tribunal norte-americano (SCOTUS, no acrónimo inglês) reflecte bem estes tempos...

A semana passada, a juíza Sotomayor do SCOTUS, num voto de vencida subscrito também pelos juízes Kagan e Jackson, explicou o ponto de partida: "Em 1 de Outubro de 2017, um atirador abriu fogo a partir de um quarto de hotel com vista para um concerto ao ar livre em Las Vegas, Nevada, no que viria a ser o tiroteio em massa mais mortífero da história dos EUA. Em poucos minutos, utilizando várias centenas de cartuchos de munições, o atirador matou 58 pessoas e feriu mais de 500. Fê-lo através da instalação de *bump stocks* [armações de choque] em espingardas semiautomáticas de uso corrente. Estes dispositivos simples aproveitam a energia de recuo da espingarda para a fazer deslizar para trás e para a frente e "bater" repetidamente no dedo do atirador, que está parado no gatilho, criando um disparo rápido. Tudo o que o atirador tinha de fazer era puxar o gatilho e pressionar a arma para a frente. O *bump stock* fazia o resto."

Pouco depois deste massacre, a venda dos *bump stocks* foi proibida pela administração Trump – com amplo apoio bipartidário – por se considerar que cabiam dentro da definição de armas automáticas, na medida em que estes dispositivos transformavam armas semiautomáticas – fabricadas para disparar apenas um único tiro, por aperto no gatilho, em armas automáticas – capazes de disparar automaticamente mais do que um tiro, sem recarga manual, através de uma única função do gatilho e cuja venda era proibida.

Sucede que, logo após esta proibição, um comerciante de armas do Texas comprou dois destes dispositivos e entregou-os ao governo federal, recorrendo, em seguida, aos tribunais com o objectivo de os reaver por entender ser inconstitucional a proibição destes dispositivos.

E, lamentavelmente, o SCOTUS veio agora dar razão ao comerciante de armas, por 6 votos contra 3, no caso Garland *versus* Cargill, revogando a proibição de venda dos *bump stocks*", por considerar que uma espingarda semiautomática equipada com um *bump stock* requer demasiada intervenção humana para disparar "automaticamente", já que exige a "quantidade adequada de pressão para a frente no punho frontal" para manter o disparar contínuo, não cabendo, assim, na definição de arma automática.

Já para os três juízes liberais, a questão era simples: o Congresso tinha procurado restringir a utilização civil de armas automáticas porque eliminavam a necessidade de uma pessoa premir rapidamente o gatilho para disparar continuamente. E, sendo essa exactamente a função do *bump stock*, eliminar a necessidade de uma pessoa premir rapidamente o gatilho para disparar continuamente, não havia dúvidas de que a definição de arma automática dada pela lei englobava as *bump stocks* tão naturalmente como as M16. Tal como uma pessoa pode disparar "automaticamente mais do que um tiro" com uma M16 através de uma "única função do gatilho", se mantiver uma pressão contínua para trás no gatilho, pode fazer o mesmo com uma espingarda semiautomática equipada com *bump stocks* se mantiver uma pressão para a frente na arma.

Um comerciante de armas do Texas recorreu aos tribunais por considerar a proibição dos *bump stocks* inconstitucional

O voto da juíza Sotomayor é de uma enorme contundência em relação à argumentação e interpretação da lei pela maioria conservadora, por ser profundamente incoerente com os princípios textualistas que defendem, isto é, do respeito pelo sentido normal das expressões usadas na lei. Sotomayor cita, em relação a cada um dos juízes conservadores, afirmações, em anteriores decisões, dessa posição textualista, sublinhando, assim, a hipocrisia da maioria ao debruçar-se demoradamente no mecanismo interno de disparo de uma arma semiautomática a que foi acoplado um *bump stock* para interpretar a lei. E acrescenta: "Quando vejo uma ave que anda como um pato, nada como um pato e grasna como um pato, chamo-lhe pato. Uma espingarda semiautomática equipada com um *bump stock* dispara "automaticamente mais do que um tiro, sem recarga manual, através de uma única função do gatilho. Razão por que eu, tal como o Congresso, chamo a isso uma arma automática". Sotomayor não deixou, naturalmente, de sublinhar que a decisão da maioria de rejeitar esse entendimento comum terá "consequências mortíferas", o que é, certamente, irrelevante.

P.S. A nova palavra de ordem, no combate cívico ao Ministério Público (MP), é que o MP é pior do que a PIDE. Não discutindo, de momento, os disfuncionamentos da nossa justiça, uma coisa é certa: Trump chegou em força ao mundo da justiça.

Advogado. Escreve ao sábado

A ética e a bilhética

Pedro Coimbra

Há poucos dias, na Comissão Parlamentar de Economia, Obras Públicas e Habitação, ocorreu uma audição à senhora secretária de Estado da Mobilidade, dra. Cristina Dias. Teria sido desejável que esta audição tivesse ocorrido para a sra. secretária de Estado prestar contas sobre as suas medidas para o sector. Infelizmente, o Partido Socialista teve de requerer a audição para prestação de contas mas pela obscura indemnização de quase 80 mil euros recebida no momento em que a dra. Cristina Dias saiu do conselho de administração da CP – Comboios de Portugal, EPE, e da própria empresa onde era técnica de carreira, para transitar para a entidade reguladora do sector, a Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT).

Trata-se de um caso que levanta fundadas dúvidas quanto à legalidade, mas que não levanta qualquer dúvida quanto à falta de transparência. No dia 8 de abril de 2013, o conselho de administração da CP reúne-se com a participação de Cristina Dias para aprovar os critérios para compensações pecuniárias para a revogação de contratos de trabalho – ou seja, Cristina Dias deliberou sobre os critérios para atribuição de indemnizações de que mais tarde veio a beneficiar.

No dia 22 de julho de 2015, Cristina Dias dirige um ofício ao eng. Manuel Queiró, à época presidente do conselho de administração da CP, a solicitar o termo do seu contrato de trabalho e também, por isso, uma indemnização. No mesmo dia, o conselho de administração da CP reúne-se extraordinariamente, com a participação de Cristina Dias, que alegou impedimento e incompatibilidade (era o que faltava, que não o fizesse), para que lhe fosse rescindido, por mútuo acordo, o seu contrato de trabalho e para lhe atribuir a indemnização.

No dia seguinte, a 23 de julho de 2015, o conselho de administração da CP reúne-se novamente extraordinariamente para deliberar prescindir do cumprimento do prazo de produção de efeitos da renúncia estipulado por lei, atendendo à sua saída do cargo de vice-presidente do conselho de administração da CP. No mesmo dia, Cristina Dias, depois de garantir uma boa indemnização de uma empresa pública, inicia funções noutra entidade pública (AMT), garantindo um vencimento que seria o dobro do que auferia.

Um dia mais tarde, a 24 de julho de 2015, Cristina Dias assina o acordo de revogação de contrato de trabalho que lhe coloca na conta quase 80 mil euros.

Tudo sem um processo nos recursos humanos, sem um parecer jurídico que garantisse a transparência, a sustentabilidade técnica e a equidade perante outros trabalhadores da CP. Nada. Ou seja, em dois dias a sra. secretária de Estado requer, vê deferida, contratualiza e é-lhe creditada uma indemnização de uma empresa pública e inicia funções noutra entidade pública a ganhar o dobro, por convite do Governo da AD de então.

Tudo feito com ligeireza e em tempo recorde. Uma "via verde" para a indemnização.

O eng. Manuel Queiró, em funções indicado pelo Governo da AD e de quem tenho a melhor opinião, afirmou, recentemente, que não sabia que Cristina Dias ia para a AMT e que, se o soubesse, o tratamento da indemnização não seria o mesmo. Acredito.

A dra. Cristina Dias agiu sem transparência com o objetivo de garantir a indemnização. É que não se trata de dinheiros próprios e de empresas privadas. Não se trata do dinheiro e da empresa da dra. Cristina Dias. Trata-se de uma empresa pública, de uma entidade pública e do dinheiro público.

Há muito ainda por explicar, porque a sra. secretária de Estado não respondeu às perguntas, limitando-se a ler discursos que trouxe já escritos.

Cristina Dias tem feito a sua carreira profissional à volta do sector dos transportes que, seguramente, conhece bem, mas faz uma grande confusão entre a ética e a bilhética!

Deviam agora pronunciar-se o ministro da tutela, Miguel Pinto Luz, e o primeiro-ministro, Luís Montenegro.

Deputado do PS

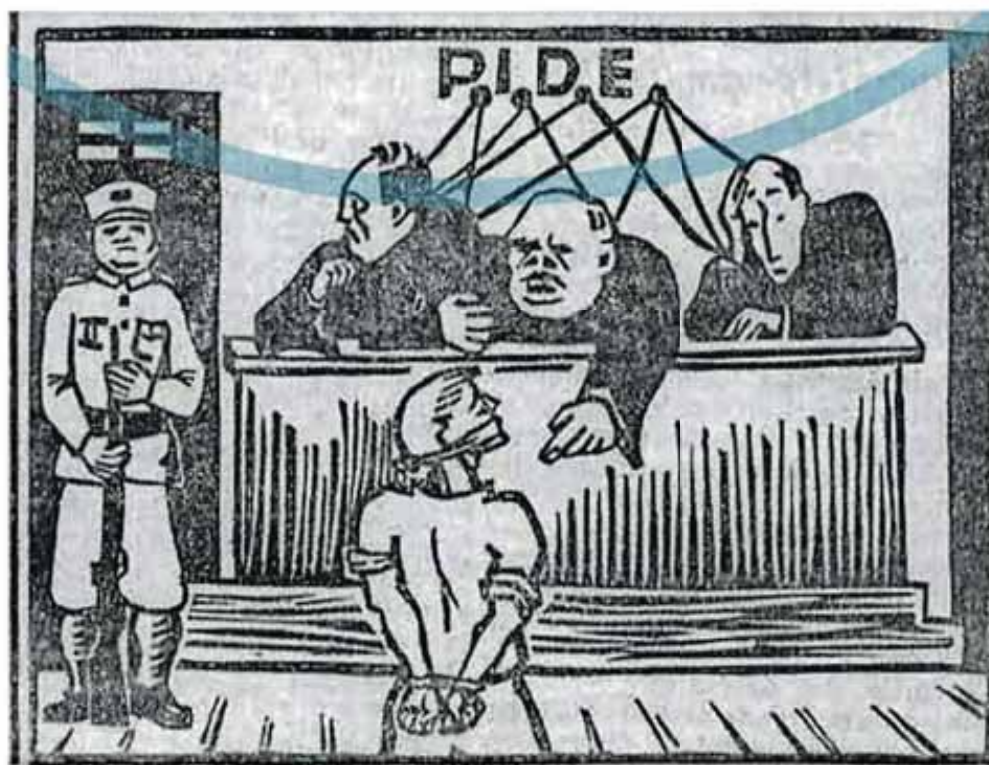
Os “justos” avançam na ofensiva política contra os “impuros”

José Pacheco Pereira

Estamos a caminhar para institucionalizar a violação de direitos humanos, abusos de poder, interferência não democrática na vida política. Exagero? Nem pensem

Depois do 25 de Abril de 1974 muita gente escapou à justiça pelo seu comportamento durante a ditadura ou, mais ainda, pelo seu papel de participantes naquilo que era a essência da ditadura: a força bruta contra os que se lhe opunham, com mortes, prisões, torturas. Há, no entanto, em especial, um grupo que escapou à penalização do seu papel na ditadura: os juízes dos Tribunais Plenários. Esses juízes eram serventuários da PIDE, exactamente serventuários, impediam qualquer simulacro de julgamento e de lei, mesmo as que habitualmente a ditadura não aplicava, ficavam furiosos quando os presos referiam as torturas por que tinham passado, ameaçavam os advogados, chegando a mandar prendê-los em pleno julgamento. Era gente que devia ter sido punida com rigor, mas escaparam por uma mistura de protecção corporativa e por serem “meritíssimos juízes”, ou seja, gente da alta, digníssimos juristas, cheios de pompa e circunstância, um exemplo de como ter diplomas, cursos, latim não impedem que se seja torcionário aplicado.

Digo isto porque justiça não havia de todo então e estamos agora a caminhar para institucionalizar não justiça, mas violação de direitos humanos, abusos de poder, interferência não democrática na vida política. Exagero? Nem pensem. O episódio da divulgação de escutas e documentos em segredo de justiça na comunicação social teve um único objectivo: prejudicar a candidatura de António Costa à presidência do Conselho Europeu. Na semana anterior, as buscas no Ministério da Saúde tiveram também um único objectivo: prejudicar a antiga ministra da Saúde, então candidata. E não se sangrem em vida, foi essa a imediata percepção da imprensa especializada em fugas e acusações, que logo a apontou como alvo, ao ponto de a própria candidata ter de explicar numa entrevista que nada tinha a ver com o absurdo “caso das gémeas” e dizendo também que já não a surpreende “nada”.

Quem escolhe os tempos, seja o Ministério Público que pede as diligências, sejam os juízes de instrução que as autorizam, sabe muito bem qual o impacto público na vida política que têm medidas como as buscas. E sabe ainda melhor que cometer o crime de violação do segredo de justiça, divulgar escutas sem conteúdo criminal e fotografias do processo, no caso desta semana, directamente apontadas a Costa e à sua “casa” governamental, alimenta alguns dos seus opositores europeus que estavam a usar como pretexto a sua “situação judicial” (que ninguém sabe qual é), e é pura política e da pior. É um ataque à democracia que não precisa de qualquer lei sobre o discurso de ódio, para ser isso mesmo, ódio. E não é preciso ir mais longe para perceber como funciona esse ódio, por parte de muita gente que está furiosa com a possibilidade de Costa vir a ter um lugar de relevo na Europa, e que compara as fugas com as revelações de Assange. Sim, ouvi isto mesmo na Rádio Observador, que destila ódio a Costa como quem respira. E objectivamente pede mais sangue telefónico.

Mas, infelizmente, há mais. Não pretendo, nem quero entrar em tecnicidades jurídicas, para que sou incompetente, mas, não tendo as escutas qualquer relevância criminal, a sua realização e divulgação são aquilo que deveria ser classificado como espionagem política, o que, presumo, não havendo em Portugal uma polícia política, é um crime que vai directamente ao âmago da saúde da nossa democracia. É que agora toca a uns, depois tocará a outros, porque há quem se gabe, no sistema judicial, de conhecer todos os podres dos “políticos”, o que, presumo, também deve incluir os/as amantes, os que ainda estão dentro do armário, os que fumam o seu “charro”, os que vêem pornografia, os que jogam nos casinos, os que bebem de mais, ou seja, tudo “podres” sem crime, mas que podem ser úteis um dia. E eles sabem também quais os jornalistas a quem podem confiar as “revelações” dos Assanges nacionais com doses de espionagem política.

Temos, para já, dois actores, os autores das escutas abusivas e da sua divulgação, violando o segredo de justiça, e os jornalistas que são o vector, quase sempre sem edição, sem contexto e, acima de tudo, sem escolha dos materiais, o que é suposto ser o seu trabalho profissional. Posso condenar o seu papel quando não se comportam como jornalistas profissionais, funcionando apenas como transportadores por conta dos que lhes dão alimento. Mas não defendo qualquer censura. Só registo que, recebendo material intencionalmente envenenado, amplificam o veneno desse material.

Mas há mais um actor, nós que lemos e julgamos o que lemos, formando opinião. Somos nós os destinatários finais e os que podem beneficiar do crime, porque é para nós que todo este comportamento intencional se dirige. E, como é óbvio, ninguém fecha os olhos nem deixa de ter opinião sobre o que vê, ouve ou lê, independentemente do seu julgamento sobre o modo como está a receber aquilo que é o fruto de um crime. Se houver alguma cultura democrática e mediática, distingue o que é veneno e o que é informação. Mas sabemos bem que essa cultura não abunda no reino sem racionalidade e cheio de excitação patológica em que vivemos. É também neste reino que o comentário sério deve fazê-lo, como uma das raras armas em democracia.

E aqui, não defendendo eu qualquer censura, só posso dizer que a melhor resposta a este ataque à democracia e aos nossos direitos é dizê-lo na cara de todos, alto e bom som, sem um segundo de hesitação. A outra é prendê-los quando cometem crimes como é o abuso do poder e a violação de direitos fundamentais, a espionagem política e a violação do segredo de justiça. É suposto, não é, Ministério Público?

Historiador. Escreve ao sábado

O ruído do mundo

Gravura de Dias Coelho, *Avante!* (1961)

Agora toca a uns, depois tocará a outros, porque há quem se gabe, no sistema judicial, de conhecer todos os podres dos ‘políticos’

Espaço público

Quem nasceu primeiro: os flocos de neve ou a moda da psicologia?

Coffee break

Bárbara Reis

O assunto passou-me ao lado até que há dias uma finalista de uma licenciatura universitária me perguntou se, no PÚBLICO, temos "apoio psicológico".

– Apoio psicológico? – perguntei.

– Ser jornalista é uma profissão com stress e horários difíceis – respondeu a aluna.

É verdade, mas, como noutras empresas com circunstâncias parecidas, quando alguém precisa, vai ao psicólogo, mete baixa se for caso disso, e o seguro de saúde paga, se não tudo, uma boa parte.

Pareceu-me que a aluna não gostou da resposta. Eu gostei da pergunta porque me ajudou a perceber o ponto a que chegámos na moda da psicologia, depois de anos a ler artigos de jornais e ensaios académicos sobre os jovens adultos hipersensíveis, hiperfrágeis, hipertudo.

Fiquei impressionada com a imagem de termos no jornal um gabinete onde um psicólogo estaria sentado todo o dia à nossa espera e imaginei um psiquiatra num gabinete ao lado, e um cardiologista, e um fisioterapeuta, tudo ciências de que precisamos. Precisamos, sim, mas dentro da empresa?

Agora que olhei para a lista dos 45 cursos com taxa zero de desemprego em Portugal, vi que Psicologia na Universidade Católica está em 15.º lugar, ou seja, só 14 cursos superiores empregam mais pessoas e garantem trabalho a todos os licenciados.

Estes *rankings* valem o que valem, e não será muito. Porque são e não são verdade e porque dizem umas coisas e não dizem outras.

Dizem-nos que o licenciado do curso X está a trabalhar, mas não dizem onde, se tem um trabalho qualificado, seja na área de estudo ou noutra – ambas podem ser boas: lembra-se da euforia quando se descobriu que a banca estava a contratar filósofos e antropólogos? –, ou se, pelo contrário, o licenciado é caixa num supermercado ou trabalha num *call center*. As listas também não nos dizem nada sobre a segurança laboral.

Isso é evidente no caso da música, que tem três cursos na lista dos 45 que garantem empregabilidade a 100%: Música na Universidade do Minho (164 licenciados), Educação Musical na Escola Superior de Educação do Porto (61 licenciados) e Música, Variante Jazz, no Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Música (49 licenciados).

A lista diz simplesmente que, daqueles 45 cursos, não há nenhum licenciado inscrito no centro de desemprego. Mas onde estão a trabalhar os 49 músicos de jazz da última fornada?

Uns viverão só da música. Outros viverão só da música, mas com a ajuda do pai, da mãe, da madrinha, da tia. Muitos estão em casa dos pais. Há 30 anos, um jovem músico de jazz ganhava 500 euros por concerto a tocar num quinteto; hoje, um músico da mesma idade ganha talvez 400 euros se for um concerto pago por uma câmara municipal; 150 ou 200 se for no histórico Hot Clube de Portugal – infelizmente, ainda fechado – e, a partir daí, é sempre menos. Há bares de jazz e centros e associações culturais que pagam entre 40 e 80 euros por músico por espectáculo. É fazer as contas.

Ou seja, todos os 49 licenciados em Música, Variante Jazz têm trabalho e fazem o que gostam – meio caminho para a felicidade –, mas a sua vida financeira é tudo menos estável. Nem a Orquestra de Jazz do Hot Clube nem a Orquestra Jazz de Matosinhos, ambas profissionais, têm contratos de trabalho. Os músicos tocam em regime de prestação de serviços. Já nem falo de conforto. Nuns meses, estes 49 novos músicos recebem 2000 euros, noutros 400, noutros zero.

Isto sobre o que a lista não nos diz. Em relação à Psicologia, poderá ser o mesmo. Mas é bem possível que não. Porque é que este curso de Psicologia está tão bem cotado e rodeado de 13 cursos de Engenharia, nove de Enfermagem e quatro de Medicina?

Será que o curso da Católica tem saída por se tratar de uma universidade com boa reputação? Fui ver. Há 30 anos, lembro-me de que iam para Psicologia pessoas que não sabiam o que estudar. Era visto como curso "sem saída". Hoje, é o oposto. Da Católica, há 0% de desempregados; do ISCTE, 0,8%; da Autónoma, 5,8%; da Beira Interior, 2,1%; Aveiro, 2,3%; Évora, 2,9%; Trás-os-Montes e Alto Douro, 4%; Algarve, 2,7%; Universidade Europeia, 3,3%; Fernando Pessoa, 3,3%; Portucalense, 3,4%.

Lembrei-me da pergunta da universitária finalista, pus-me ao telefone e mergulhei no admirável mundo do verbo "psicologizar": eu psicologizo, tu psicologizas, nós psicologizamos, todos psicologizam.

Nisto, alguém pergunta:

– Não viu que este ano até o Rock in Rio teve um gabinete de apoio psicológico no festival?

Atenção: nada contra a psicologia, às vezes é a melhor resposta, e tudo pela quebra do tabu da saúde mental. Mas pergunto: faz sentido termos psicólogos dentro das empresas? Dentro das universidades? Dentro das escolas? Dentro das câmaras municipais? Dentro da Assembleia da República? Dentro dos festivais de música? Dentro dos ministérios? Em todo o lado? Psicólogos sempre disponíveis, ali à mão, sendo o pressuposto o de que todos os dias alguém vai precisar de uma consulta?

Falei com professores universitários veteranos e todos dizem que hoje não há associação de estudantes que não tenha a saúde mental na agenda reivindicativa e, pelo que percebi, muitas universidades já têm gabinetes com psicólogos a dar consultas dentro das próprias universidades, numa base diária, tendo ganho a visão de que este é um serviço que a universidade deve garantir, com a mesma naturalidade com que dizemos que a universidade deve ensinar.

Estará a nova visão do mundo que defende um psicólogo em cada esquina ligada à 'geração flocos de neve'?

E estará esta nova visão do mundo que diz que precisamos de um psicólogo sempre à mão ligada à "geração floco de neve", os que nasceram entre os anos 1990 e o início dos 2000?

Fui ao dicionário Merriam-Webster ver o que diz sobre "floco de neve". Depois de usos com sentidos diferentes ao longo dos últimos dois séculos, "nos últimos tempos, a palavra tem causado um grande alvoroço", diz o Webster. "Surgiu um novo uso, menos agradável, como expressão depreciativa para uma pessoa considerada demasiado sensível e frágil."

Diz o dicionário que, no período que antecedeu as eleições presidenciais norte-americanas de 2016 – nas quais Donald Trump foi eleito Presidente –, a palavra foi usada de forma especialmente feroz pelos que estavam à direita do espectro político contra os que estavam à esquerda. E a luta de bolas de neve tem continuado desde então.

A expressão começou por se referir aos *millennials* "demasiado convencidos do seu próprio estatuto de pessoas especiais e únicas para serem capazes (ou se darem ao trabalho) de lidar com as provações e dificuldades normais da vida adulta", e passou a aplicar-se a toda a geração.

Terá sido Chuck Palahniuk quem fixou a expressão no sentido pejorativo actual num diálogo de *Clube de Combate*, livro de culto de 1996, quando alguém diz:

– Tu não és um floco de neve belo e único. És feito da mesma matéria orgânica em decomposição de todos nós e todos fazemos parte do mesmo monte de compostagem.

E terá sido Claire Fox quem, dez anos depois, popularizou a expressão "geração floco de neve" no livro *I Find That Offensive!*, referindo-se à sensibilidade exacerbada, ao "sentido inflacionado de singularidade e sentido injustificado de direito" de uma geração "demasiado emocional, facilmente ofendida e incapaz de lidar com opiniões contrárias". O *Guardian* rotulou-o como o "insulto definidor de 2016".

Posto isto, lamento informar que saí deste breve exercício com a mesma dúvida sobre o que nasceu primeiro, a "geração floco de neve" ou a moda de "psicologizar" tudo. Mas também saí disto com a convicção de que seria uma pena irmos de um extremo ao outro, irmos do estigma da saúde mental à defesa de um psicólogo em cada esquina.

Já agora: a equipa do Webster duvida de que o uso mais recente da expressão "floco de neve" durará. "Apostamos que o seu uso não é assim tão único."

Jornalista. Escreve ao sábado

NUNO FERREIRA SANTOS

Quando as fontes não querem dar a cara

Coluna do Provedor

José Alberto Lemos

Justificava-se tamanho anonimato? As fontes corriam algum risco ao criticar as escolhas do PS para a lista das europeias?

A elaboração das listas dos candidatos às eleições é, geralmente, um factor de turbulência no seio dos partidos políticos. O potencial de conflitos é grande e as tensões internas nos partidos invadem, com regularidade sazonal, as páginas dos jornais.

No caso das últimas eleições europeias, o PS decidiu renovar totalmente a lista ao Parlamento Europeu (PE), numa atitude inédita e, por isso, surpreendente. Todos os deputados que representavam o partido em Bruxelas foram substituídos pela direcção de Pedro Nuno Santos, que fez tábua rasa do trabalho e da experiência por eles adquirida.

A decisão foi conhecida em finais de Abril e, no dia 24, o PÚBLICO abriu a Política com um artigo intitulado "Mudança total na lista do PS até surpreende eurodeputados estrangeiros". Na entrada, dizia-se que "Pedro Nuno Santos escolheu uma lista de candidatos totalmente nova. Sendo esperada alguma mudança, a 'limpeza' não o era. Há algumas vozes descontentes."

A peça arrancava dizendo que "não foram só os eurodeputados socialistas portugueses que estranharam a estratégia de Pedro Nuno Santos de renovar completamente a lista", já que "houve deputados socialistas portugueses questionados por colegas da sua bancada".

No grupo dos Socialistas e Democratas (S&D) terá havido deputados "surpresos" pelo facto de os portugueses "saírem todos depois das próximas eleições" porque "não é normal essa 'limpeza' total nos outros países". Logo, "não será de admirar a reacção dos eleitos de outros países", até porque "quatro eurodeputados do PS estão no ranking dos 100 membros do PE mais influentes de 2024".

Mais à frente, diz-se que "entre os eurodeputados portugueses havia a percepção de que alguns não iriam integrar a lista de Junho em nome de uma renovação natural e pela mudança geracional que a actual direcção quer imprimir ao partido", mas manifesta-se surpresa pela renovação a 100%, "até porque é necessário assegurar a continuidade do trabalho e das relações dentro do grupo europeu", assim como "a conquista de bons lugares nas comissões, delegações e direcção das bancadas".

As frases entre aspas não são citações atribuídas a nenhum protagonista na peça, mas afirmações da autora do artigo. Isto porque a notícia não tem um único depoimento, uma única citação de qualquer eurodeputado – nem português, nem estrangeiro – sobre a alegada controvérsia da lista. Nem sequer há críticas à lista feitas anonimamente e citadas como tal. A única eurodeputada citada, Maria Manuel Leitão Marques, até diz que "recusa qualquer comentário sobre a nova lista" e afirma-se "orgulhosa" do trabalho dos nove eurodeputados.

Por isso, o provedor manifestou a sua estranheza à autora da notícia e quis saber qual era o fundamento para o título da peça – "Mudança total na lista do PS até surpreende eurodeputados estrangeiros" – e para frases como "há algumas vozes descontentes", ou "deputados portugueses questionados por colegas da sua bancada", ou "não será de admirar a reacção de eleitos de outros países".

Não havendo uma única citação de alguém a exprimi-lo, nem sequer em *off*, perguntou à autora se considerou que tinha elementos suficientemente credíveis, fundamentados, para escrever a peça nos termos em que o fez, se tinha pressionado as fontes para dizerem em *on* aquilo que lhe transmitiam em *off* e se as questionou sobre a falta de credibilidade de uma peça que não tem ninguém a assumir aquilo que é o objecto da notícia.

A autora, a jornalista Maria Lopes, explicou que, após a aprovação da lista na comissão política do PS, falou com pessoas do partido e percebeu que havia alguma discordância sobre as escolhas entre dirigentes em Lisboa, algo que, admite, "deveria até ter sido mais realçado no texto".

De facto, esta parte surge apenas no final do artigo, num subtítulo que diz "críticas internas", e onde se citam quatro vozes descontentes. Mas nada disto teve o mínimo destaque, nem constituiu o objecto da notícia, que foi, sim, a perplexidade que a lista terá gerado no PE e não em Lisboa.

Maria Lopes descreve que fez "contactos com algumas pessoas no Parlamento Europeu questionando se havia descontentamento ou surpresa sobre a lista". E foram esses contactos que lhe "indicaram o sentido" daquilo que escreveu.

"Ninguém quis dar a cara pelo desconforto e até descontentamento que se sentia, embora os tenham assinalado. O título, da minha autoria, a entrada e o arranque estão fundamentados na notícia, que é uma leitura das várias conversas que tive e em que os protagonistas pediram para não ser citados, apesar de ter tentado que falassem em *on*. A justificação foi que não queriam que o trabalho e reconhecimento dos eurodeputados fossem colocados em segundo plano, ultrapassados por críticas que poderiam ser lidas como a desilusão por serem retirados da função", garante.

Mudança total na lista do PS até surpreende eurodeputados estrangeiros

Eurodeputados de outros países, que nada dependem das decisões do PS, ou eurodeputados portugueses que acabavam de saber que iam sair do PE, o que tinham a perder se dessem a cara na notícia?

A jornalista procedeu então de acordo com as normas do jornal, que invoca. "No PÚBLICO há uma regra não escrita de que três fontes em *off* a confirmar uma informação validam uma notícia sem citação de fontes. E o Livro de Estilo recomenda que não se faça citações de opiniões de fontes em *off*," justifica.

Há aqui um ponto importante e um equívoco. O equívoco é que citar uma fonte em *off* a dar conta de que existe um descontentamento e a explicar as suas causas não é uma opinião, é uma informação.

O ponto importante respeita à regra não escrita de que três fontes em *off* a confirmar uma informação validam-na sem que tenha de se citar fontes.

O Livro de Estilo do jornal, no ponto 72, valida a tese: "Quando o jornalista está em condições de assumir a informação – isto é, quando a confirmou junto de várias fontes independentes entre si, embora todas tenham exigido o anonimato – deverá noticiá-la no PÚBLICO sem recorrer às habituais, retóricas e desacreditadas fórmulas do género "fonte digna de crédito", "fonte segura" ou "fonte próxima de". (...) Um jornal bem informado não precisa de justificar permanentemente as suas notícias. Assume-as e responsabiliza-se por elas."

Maria Lopes agiu na convicção de que a segurança que tinha na informação obtida lhe permitia avançar nos termos em que o fez. Mas a questão que se coloca não é em relação à existência do descontentamento entre os eurodeputados, mas à caução que a notícia dá à desresponsabilização das fontes, que, a coberto do anonimato, instrumentalizam o jornal.

Nos termos em que saiu, a notícia só é justificável na lógica daquilo que na gíria profissional se designa por "intriga política". E aqui a responsabilidade é menos da jornalista quanto de quem a editou e de quem fechou o jornal no dia. Na capa há uma chamada a dizer "Parlamento Europeu, até deputados estrangeiros estranharam nova lista do PS", que repete quase o título da peça, e não há um único eurodeputado (estrangeiro ou português) a corroborar tal coisa. Estamos quase perante uma abstracção.

Pergunta-se: as circunstâncias justificavam tamanho anonimato? As fontes corriam algum risco ao criticar as escolhas da lista? Eurodeputados de outros países, que nada dependem das decisões do PS português, ou eurodeputados portugueses que acabavam de saber que iam sair do PE, o que tinham a perder se dessem a cara na notícia?

De novo o Livro de Estilo, ponto 74: "Circunstâncias especiais justificam, por vezes, a não identificação das fontes de informação. No entanto, o sigilo deverá ser admitido apenas em último recurso e só quando não há outra forma de obter a informação ou a confirmação por uma fonte que possa ser identificada."

O ponto 75 é ainda mais claro: "O anonimato e o *off-the-record* devem ser considerados excepções e só existem para proteger a integridade e liberdade das fontes, não são formas de incitamento à irresponsabilidade das fontes. O jornalista deve sempre confrontar a fonte que exige o anonimato ou o *off-the-record* com a real necessidade de tal exigência, não aceitando com facilidade a evocação prévia de tais compromissos sobre assuntos em que a fonte nada tem a temer."

A jornalista agiu correctamente ao tentar que as fontes dessem a cara, mas perante o insucesso dessas tentativas e a ausência total de alguém a assumir a informação impunha-se reflectir sobre a legitimidade e pertinência de dar voz a quem só quer ter voz a coberto do anonimato.

Uma reflexão que tinha necessariamente de envolver a editoria da secção e a direcção, responsáveis pelo destaque dado à notícia, que abriu a Política e teve chamada na primeira página. Ou seja, responsáveis pela sobrevalorização de uma peça que não merecia sequer ser valorizada, e porventura nem sequer publicada.

provedor@publico.pt

“Disseram que eu estava lá a mando do Presidente”

Daniela Martins garantiu que nunca falou com Marcelo ou Nuno Rebelo de Sousa, mas não conseguiu explicar vários *emails*

Joana Mesquita

Daniela Martins, mãe das gémeas luso-brasileiras que receberam um dos medicamentos mais caros do mundo no Hospital de Santa Maria (HSM), garantiu ontem, durante a sua audição na comissão de inquérito ao caso, que nunca falou com Marcelo ou Nuno Rebelo de Sousa. “Pegaram na minha história e estão a usar isso para atingir outras pessoas”, atirou Daniela Martins, que não conseguiu explicar vários *emails* que saíram da sua caixa de correio, nomeadamente um que enviou para a companheira de Nuno Rebelo de Sousa, a agradecer “a ajuda” de António Lacerda Sales.

A mãe das crianças recusou, ao longo de toda a comissão, ter sido beneficiada no acesso das suas filhas ao medicamento Zolgensma, no entanto, admitiu que era isso que ouvia no HSM. “Desde o primeiro dia, disseram que eu estava lá [no Hospital de Santa Maria] a mando do senhor Presidente da República”, assumiu, acrescentando que passou “a acreditar” que tinha sido favorecida.

Depois de, numa entrevista dada à TVI, ter dito que conhecia a nora do Presidente da República, Daniela Martins negou agora essa versão. “Peço imensa desculpa, fui parva, errei, porque disse algo que não era verdade”, admitiu, acrescentando que a frase que disse “foi falsa e infeliz” e que só conheceu a mulher de Nuno Rebelo de Sousa num jantar de Natal em São Paulo, anos depois. “Caí numa armadilha, com uma câmara escondida em minha casa”, sublinhou Daniela Martins, referindo-se à entrevista da TVI.

Depois do diagnóstico, Daniela Martins afirmou que terá criado vários grupos responsáveis por fazer circular um “*email* de apresentação padrão” que incluía os dados das crianças, os relatórios médicos e os contactos. “*Emails* foram enviados por mim e por outras pessoas que estavam disponíveis para nos auxiliar”, disse, acrescentando que “chegou a pessoas que jamais imaginaria”.

Terá sido uma destas mensagens que chegou a Nuno Rebelo de Sousa, de forma indirecta, defendeu a mãe das crianças, que por diversas vezes referiu que nunca contactou com o filho do Presidente da República.

João Paulo Correia, do PS, no entanto, confrontou a inquirida com o *email* que Nuno Rebelo de Sousa enviou para o endereço pessoal de Marcelo Rebelo de Sousa, referindo-se aos pais das gémeas da seguinte forma: “Muito amigos de uns amigos nossos.” No mesmo *email*, lia-se: “Nas últimas semanas estamos 100% focados em obter os cartões de cidadão” das crianças.

Daniela Martins não esclarece como é que o processo chegou ao filho do Presidente e não sabe que amigos têm em comum. “Se houve alguma interferência, algum pedido, eu não tenho como saber”, vincou.

André Ventura confrontou a inquirida com um outro *email*, enviado da caixa de correio electrónico de Daniela Martins, a 17 de Dezembro de 2019, para Juliana Drummond, companheira de Nuno Rebelo de Sousa, em que a mãe das gémeas agradece ao antigo secretário de Estado da Saúde António Lacerda Sales, pela atenção dada às suas filhas.

Daniela Martins conferiu que o *email* saiu da sua caixa de correio, no entanto, afirmou “não ter conhecimento” da sua existência. “Não posso garantir que fui eu que escrevi, diversas pessoas mandavam o meu pedido e tinham acesso ao meu *email*.

O que “qualquer mãe faria”

“Não vejo nenhuma excepção à regra”, frisou a mãe das crianças, acrescentando que, ao longo do processo, fez “o que qualquer mãe faria”, mas reforçando que nunca se dirigiu a “nenhum órgão do Governo”. “Pegaram na minha história e estão a usar isso para atingir outras pessoas”, acusou Daniela Martins.

“Nunca pedi nenhuma ajuda para

Daniela Martins retirou o que disse anteriormente sobre conhecer a nora do Presidente

“Peço imensa desculpa, fui parva, disse algo que não era verdade”, assumiu a mãe das gémeas

Daniela Martins garantiu que é falsa a notícia sobre a obtenção de cidadania das crianças em 14 dias

Costa chamado à comissão de inquérito

António Costa, antigo primeiro-ministro, vai ser ouvido na comissão parlamentar de inquérito ao “caso das gémeas”. O requerimento, apresentado pelo Chega, foi aprovado com nove votos a favor, duas abstenções e cinco votos contra. A comissão reiterou ainda a convocatória a Nuno Rebelo de Sousa, que terá de se apresentar no Parlamento a 3 ou 12 de Julho (presencialmente ou por videoconferência). Se não comparecer, o filho do Presidente da República incorre no “crime de desobediência qualificada”.

Também as audições a Mário Pinto, ex-assessor da Presidência da República para a área da saúde, Paulo Jorge Nascimento, antigo cônsul-geral de Portugal em São Paulo, no Brasil, Sandra Paula Nunes Cavaca Saraiva de Almeida, secretária-geral do Ministério da Saúde à data dos factos, foram aprovadas por unanimidade.

O requerimento do Bloco de Esquerda para solicitar informação ao Hospital de Santa Maria, em Lisboa, e audição das pessoas por esta instituição identificadas foi também aprovado por unanimidade.

Durante a tarde de ontem, o líder do PS, Pedro Nuno Santos, criticou a aprovação da audição ao antigo primeiro-ministro e considerou tratar-se de uma tentativa de instrumentalização da Assembleia da República e de criação de “números políticos” para prejudicar os outros partidos. **J.M.**

RUI GAUDÊNCIO

pedir a nacionalidade" das crianças, garantiu. "O consulado mandou um funcionário para tirar fotografias das meninas", já que estavam internadas. "Não é um caso comum nos consulados, mas justificado porque elas se encontravam nos cuidados intensivos", argumentou a mãe das gémeas.

Assumindo nervosismo e em lágrimas, referiu ainda que o processo de obtenção de nacionalidade das gémeas começou em São Paulo a 16 de Abril de 2019, quando estas tinham cinco meses de idade e quando não havia ainda suspeita de nenhuma doença. As crianças receberam a cidadania portuguesa a 2 e 3 de Setembro de 2019 e Daniela Martins, neta de quatro avós portugueses, recebeu a cidadania "há mais de 15 anos". O diagnóstico de atrofia muscular espinal das gémeas só chegou a 9 de Setembro de 2019. Nesse sentido, Daniela Martins argumentou que a informação sobre a obtenção de cidadania das crianças em 14 dias "foi notícia falsa".

Sobre a consulta no Hospital dos Lusíadas, confirmada a 22 de Novembro de 2019, marcada para 6 de Dezembro e desmarcada no próprio dia 22, Daniela Martins referiu que não sabia que a consulta tinha sido cancelada, nem quem marcou a do HSM para 5 de Dezembro.

Joana Mortágua, do Bloco de Esquerda, deu nota de uma outra rede de *emails* a que a comissão teve acesso. A 14 de Novembro, Daniela Martins terá escrito à médica Teresa Moreno a apresentar-se. A médica reenviou a mensagem para a directora de departamento do HSM. "Há uma ordem superior para que o *email* não obtenha resposta" e "em algum momento isso é desbloqueado", alertou a deputada bloquista.

A 20 de Novembro, a secretária de Lacerda Sales enviou um *email* para a directora do departamento do HSM com os dados das gémeas e a referir que os pais das crianças estariam em Lisboa até Dezembro, mas que poderiam prolongar a estada. Daniela Martins, contudo, desmentiu o conteúdo da mensagem, dizendo que só chegou a Lisboa a 23 de Dezembro de 2019.

CPI caso das gémeas

Quem são os três arguidos que os deputados querem ouvir

Joana Mesquita

Crimes de prevaricação, abuso de poder, tráfico de influência e burla qualificada no caso das duas gémeas luso-brasileiras, são estas as suspeitas que o Ministério Público está a investigar e de que já resultaram três arguidos – Nuno Rebelo de Sousa, filho do Presidente da República, António Lacerda Sales, antigo secretário de Estado da Saúde, e Luís Pinheiro, à data, director clínico do Hospital Santa Maria. Em paralelo ao inquérito aberto pelo MP, está a decorrer uma comissão parlamentar de inquérito, tendo os três arguidos sido chamados para prestarem depoimentos no Parlamento.

Lacerda Sales foi o primeiro a ser ouvido em sede de inquérito, numa comissão cuja lista de inquiridos se afigura longa. O antigo secretário de Estado serviu-se do seu estatuto de arguido para não responder à maioria das questões colocadas pelos deputados mas negou ter falado com Marcelo Rebelo de Sousa, António Costa e Marta Temido, antiga ministra da Saúde, sobre o caso.

O nome de Luís Pinheiro também terá sido indicado pelo Chega, de acordo com a agência Lusa. Já que a comissão foi criada na sequência de um requerimento potestativo do Chega, o partido pode impor a realização obrigatória de 15 depoimentos.

Nuno Rebelo de Sousa, que foi chamado à Assembleia da República, fez saber, na quarta-feira, que não pretende "prestar qualquer depoimento" mas mostrou-se disponível para estar presente na comissão "em momentos futuros".

Rui Paulo Sousa, presidente da comissão, admitiu que uma queixa por desobediência contra o filho do Presidente pode ser ponderada, se Nuno Rebelo de Sousa se recusar a ir ao Parlamento.

Terá sido enquanto presidente da Câmara Portuguesa de São Paulo e director da EDP Brasil que, em 2019, Nuno Rebelo de Sousa serviu de intermediário entre a família de duas gémeas com atrofia muscular espinhal e as autoridades de saúde em Portugal.

A 4 de Dezembro de 2023, depois de a TVI ter noticiado o caso, Marcelo Rebelo de Sousa confirmou que o filho o contactou por *email* em 2019 sobre as crianças.

Em comunicado, a Presidência da República revelou que "os dois únicos elementos da Casa Civil que intervieram no caso em apreço, entre 21 e 31 de Outubro de 2019, data em que o processo foi transmitido, nos termos habituais, ao gabinete do primeiro-ministro, foram o chefe da Casa Civil e a assessora para os Assuntos Sociais".

Também terá sido através de Nuno Rebelo de Sousa que Lacerda Sales tomou conhecimento do caso, ainda que as versões dos dois sejam contraditórias. De acordo com uma exposição enviada ao Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) de Lisboa pela defesa de Rebelo de Sousa e divulgada pela *Revista Sábado*, os dois reuniram-se a 7 de Novembro de 2019, acompanhados por dois empresários brasileiros e pelo chefe de gabinete de Lacerda Sales, Tiago Gonçalves, mas o caso das gémeas não foi abordado.

O tema viria a ser lançado por Nuno Rebelo de Sousa, numa mensagem enviada ao então secretário de Estado da Saúde, a 10 de Novembro de 2019. O empresário terá partilhado com Lacerda Sales a documentação médica das crianças, que recebeu por parte da mãe das gémeas, Daniela Martins, mas "não solicitou" ao governante que pressionasse o hospital para que a consulta fosse marcada, "nem para que fosse dado um andamento célere e favorável à administração do Zolgensma", vinca a defesa.

Em entrevista ao *Expresso*, o antigo secretário de Estado afirmou ter estado reunido com o filho do Presidente, responsável por pedir a audiência, a 7 de Novembro de 2019.

"Disse-me que conhecia duas crianças luso-brasileiras com atrofia muscular espinal, com perto de um ano, e que seria importante 'fazerem' um medicamento (Zolgensma) até cerca dos dois anos. Não me deu conta de que haveria um processo paralelo do ponto de vista formal, que tinha havido contactos com o [Hospital de Dona] Estefânia, com a Casa Civil, que esse contacto tinha ido para o gabinete do primeiro-ministro e para o Ministério da Saúde", revelou Lacerda Sales, acrescentando que os dois voltaram a estar reunidos uma segunda vez, para tratarem de um outro tema, com a presença de dois empresários brasileiros.

Já no relatório da Inspecção-Geral das Actividades em Saúde (IGAS), que concluiu que "não foram cumpridos os requisitos de legalidade no acesso das duas crianças a consulta de neuropediatria" do Hospital de Santa Maria, a antiga secretária de Lacerda Sales, Carla Silva, admitiu ter ligado a Nuno Rebelo de Sousa a pedir os dados das gémeas e ter contactado a directora do departamento de pediatria do hospital, Ana Isabel Lopes, a pedido do ex-secretário de Estado.

O filho do Presidente da República, no entanto, desmente ter falado com alguém do gabinete da secretaria de Estado da Saúde. Lacerda Sales diz também que não pediu à secretária para marcar a consulta.

Depois de ter recebido o *email* do gabinete da secretaria de Estado da Saúde, remetido a 20 de Novembro de 2019, Ana Isabel Lopes reenviou o pedido para o director clínico do Hospital de Santa Maria, Luís Pinheiro.

De acordo com o relatório da IGAS, terá sido este quem solicitou à directora do departamento de pediatria que falasse com a médica Teresa Moreno, responsável pelo tratamento da atrofia muscular espinal, tanto no Santa Maria como nos Lusíadas, onde as gémeas chegaram a ter uma marcação que foi cancelada, para agendar uma consulta para as duas crianças.

Em entrevista à *RTP3*, Luís Pinheiro admitiu que o caso foi "sinalizado" pela secretaria de Estado da Saúde mas negou ter feito algum tipo de pressão junto da médica para atender as gémeas.

ANTÓNIO COTRIM/LUSA
António Lacerda Sales já foi ouvido na Assembleia da República

Política

Transparência quer “trancar” documentos para evitar fugas

Maria Lopes

Propostas incluem passar a guardar os pedidos de levantamento da imunidade parlamentar numa sala segura da AR

A Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados vai alterar a forma de lidar com os pedidos de levantamento de imunidade de deputados que lhes chegarem dos tribunais, de modo a evitar fugas de informação sobre os crimes que estão em causa nas investigações e sobre os pareceres que elabora. Na terça-feira de manhã houve deputados que não gostaram de ver notícias de que a comissão tinha levantado a imunidade parlamentar a três deputados do PSD por causa do processo relativo à *Operação Tutti Frutti* quando isso ainda não tinha sequer acontecido, ou seja, horas antes de qualquer votação e quando havia apenas um parecer nesse sentido.

A discussão e votação do parecer sobre o levantamento da imunidade dos deputados Luís Newton, Carlos Eduardo Reis e Margarida Saavedra, para que possam ser constituídos arguidos e ouvidos no âmbito da investigação, só decorreu ao fim da tarde de terça-feira. Porém, não era surpresa que a imunidade seria mesmo levantada, já que a Assembleia da República está obrigada a isso quando o tribunal considerar que existem “fortes indícios de prática de crime doloso a que corresponda pena de prisão cujo limite máximo seja superior a três anos”, segundo estipula a Constituição.

Era esse o caso: o Ministério Público considera que Carlos Eduardo Reis está fortemente indiciado pelos crimes de corrupção activa, corrupção agravada, prevaricação e tráfico de influência, que são punidos com molduras penais máximas que vão até aos cinco ou oito anos. Sobre Luís Newton recaem fortes indícios de corrupção passiva, de corrupção passiva agravada e prevaricação, cujas penas de prisão vão até aos oito ou dez anos; e Margarida Saavedra está fortemente indiciada por burla qualificada, cuja pena máxima de reclusão é de seis anos e três meses.

No direito de audição prévia, se Carlos Eduardo Reis e Margarida Saavedra concordaram com o levantamento da sua imunidade, Luís Newton defendeu o contrário sobre o seu caso, alegando que não estavam provados todos os pressupostos, nomeadamente a existência de fortes indícios de crime doloso. O assunto já se arrasta no Parlamento há dois meses, depois de um primeiro pedido do tribunal não ter chegado com toda a informação necessária sobre o processo.

RUI GAUDÊNCIO

Fugas de informação são preocupação dos deputados

A fuga de informação sobre o sentido dos pareceres levou a uma participada discussão na comissão sobre formas de estancar possíveis fugas de informação. Houve apelos à responsabilidade e ao bom senso dos deputados para que mantenham as matérias reservadas, reconheceu-se que a prática vem de há alguns anos, e fizeram-se propostas sobre como passar a lidar com a informação.

Falou-se, por exemplo, em limitar ao máximo o número de pessoas que acede aos documentos tanto entre os deputados como dos serviços, evitar documentação em papel ou em digital sem qualquer segurança, passar a usar o programa informático que coloca uma marca de água nos *emails* com documentos reservados e também não permite qualquer impressão, e até mesmo restringir a consulta à chamada “sala segura” que passou a ser usada pelas comissões de inquérito. Foi ainda sugerida a hipótese de tornar esta documentação confidencial, o que levaria a que se pudesse punir os jornalistas que divulgassem o seu conteúdo.

O tipo de informação que o Parlamento torna pública sobre os processos envolvendo deputados tem sido reduzindo ao longo dos anos: as reuniões da comissão em que se debatem os levantamentos de imunidade passaram a ser à porta fechada, e os dados lidos em plenário são agora mais restritos.

Luís Pais Antunes foi proposto pelo PSD

CES já tem novo líder: Pais Antunes eleito à segunda

À segunda, não falhou. Luís Pais Antunes foi eleito ontem presidente do Conselho Económico de Social (CES). Nesta segunda tentativa, o antigo secretário de Estado social-democrata ultrapassou a fasquia mínima de dois terços de votos favoráveis. Em 212 deputados que votaram, Pais Antunes obteve 150 votos favoráveis, 57 brancos e cinco nulos.

Na quarta-feira, na primeira votação, Pais Antunes, candidato único indicado pelo PSD para presidente do Conselho Económico e Social (CES), falhou por um voto a eleição de dois terços para esse cargo.

Luís Pais Antunes obteve então 148 votos a favor, menos um do que o mínimo de 149 – num total de 230 deputados – para atingir a maioria de dois terços requerida para a eleição do presidente do CES. Entre os 223 deputados votantes, registaram-se 70 brancos e cinco nulos.

Anteontem, em declarações aos jornalistas, o presidente da bancada do PSD, Hugo Soares, anunciou que iria insistir na candidatura de Pais Antunes e adiantou que tinha o compromisso do PS, nomeadamente da sua homóloga, Alexandra Leitão, no sentido de ultrapassar “o percalço” do dia anterior e garantir, na votação seguinte, a eleição do antigo secretário de Estado social-democrata por uma maioria de dois terços.

Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, Pais Antunes foi secretário de Estado entre 2002 e 2005 em dois governos chefiados por Durão Barroso e Santana Lopes.

Neste momento, a socióloga Sara Falcão Casaca preside ao CES de forma interina desde Fevereiro, depois de Francisco Assis ter renunciado ao cargo. **Lusa**

Presidente da República convoca Conselho de Estado sobre a Ucrânia para 15 de Julho

Órgão reunir-se-á já com nova composição e com os estreantes André Ventura, Carlos Moedas e Pedro Nuno Santos

O Presidente da República convocou o Conselho de Estado para 15 de Julho, para analisar a situação da Ucrânia, na sequência da conferência de paz na Suíça e dias depois da cimeira da NATO em Washington, nos Estados Unidos. Esta informação foi divulgada através de uma nota no *site* da Presidência da República.

Nesta nota, refere-se também que a reunião de 15 de Julho do órgão político consultivo do chefe de Estado, Marcelo Rebelo de Sousa, ocorrerá numa altura em que se prepara um encontro da Comunidade Política Europeia, no Reino Unido.

“O Presidente da República convocou o Conselho de Estado para o próximo dia 15 de Julho, pelas 15h30, no Palácio de Belém, para analisar a situação na Ucrânia, no contexto da Cimeira para a Paz na Suíça, da Cimeira da NATO em Washington e da reunião da Comunidade Política Europeia no Reino Unido”, lê-se na nota.

O chefe de Estado, Marcelo Rebelo de Sousa, participou na conferência realizada na Suíça no fim-de-semana passado sobre a paz na Ucrânia. A Cimeira da NATO em Washington está marcada para entre 9 e 11 de Julho, enquanto o quarto encontro da Comunidade Política Europeia ocorrerá a 18 de Julho no Reino Unido.

Esta será a 35.ª reunião do Conselho de Estado durante os mandatos de Marcelo Rebelo de Sousa. A última realizou-se a 27 de Março, sobre a situação política na Madeira.

Na quarta-feira, o Parlamento elegeu os respectivos cinco membros do Conselho de Estado para a presente legislatura, numa lista conjunta de PSD, PS e Chega, em função da sua representação parlamentar. Foram eleitos Francisco Pinto Balsemão e Carlos Moedas (indicados pelo PSD); Pedro Nuno Santos e Carlos César (PS); Chega, André Ventura (Chega).

Marcelo Rebelo de Sousa tem cinco novos conselheiros, dos quais três são novos e dois repetentes

Pinto Balsemão e Carlos César tinham já assento no Conselho de Estado na anterior legislatura, por eleição pelo Parlamento. Deixaram de ser conselheiros Manuel Alegre, Sampaio da Nóvoa e Miguel Cadilhe.

Presidido pelo chefe de Estado, este órgão político de consulta tem como membros por inerência os titulares dos cargos de presidente da Assembleia da República, primeiro-ministro, presidente do Tribunal Constitucional, provedor de Justiça, presidentes dos governos regionais e antigos presidentes da República. Nos termos da Constituição, integra ainda cinco cidadãos designados pelo chefe de Estado e cinco eleitos pela Assembleia da República. **Lusa**

As "coincidências" que destroem a justiça e a democracia portuguesas

A semana política

São José Almeida

Nem de propósito. Já era, aliás, de esperar mais destas "coincidências". Na mesma noite em que foi formalizada a possibilidade de o ex-primeiro-ministro, António Costa, vir a ser nomeado presidente do Conselho Europeu, durante um jantar de chefes dos governos dos Estados-membros da União Europeia, eis que há mais uma fuga de informação sobre o processo Influencer, envolvendo, é claro, António Costa, noticiada pela TVI e pela CNN.

Ainda recentemente, na última semana de campanha eleitoral para as europeias, houve buscas no caso das gémeas e foi constituído arguido António Lacerda Sales, que tinha sido secretário de Estado Adjunto e da Saúde da então ministra da Saúde, Marta Temido, que encabeçava a lista do PS ao Parlamento Europeu.

A forma de actuar do Ministério Público, ou melhor, de alguns dos seus membros, demonstra claros objectivos políticos de condicionar a democracia portuguesa. O que é politicamente inadmissível. E todo o comportamento nesta investigação do caso Influencer tem revelado, desde o início, uma vertente política que parece quase obsessiva. Depois de se ter demitido por causa do célebre parágrafo do comunicado da Procuradoria-Geral da República, António Costa é agora alvo de fugas de informação que o atingem, no momento em que se posiciona para poder ser presidente do Conselho Europeu.

O absurdo torna-se ainda maior e a situação mais grave, do ponto de vista do Estado de Direito Democrático, quanto a conversa telefónica escutada entre o então ministro João Galamba e o primeiro-ministro, António Costa, incidia sobre questões de governação, mais concretamente sobre a necessidade de a presidente da administração da TAP, Christine Ourmières-Widener, deixar o cargo. Uma de várias escutas em que António Costa foi indirectamente apanhado em conversas com membros dos seus governos e que, de facto, não constitui prova criminal e não se relaciona com o processo em causa.

Mas as conversas acabaram por ficar apensas ao processo porque o juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça Nuno Gonçalves produziu um acórdão, também subscrito pela juíza conselheira Teresa Féria, em que ficou decidido que – ao arrepio do que o Código de Processo Penal prescreve – as escutas a António Costa, mesmo que não constituam prova criminal, nem se relacionem com o caso, deviam continuar no processo e não ser destruídas.

Esta decisão foi tomada com base numa tese questionável, como noticiou Mariana Oliveira, no PÚBLICO. A saber: as conversas não revelavam indícios criminais no momento, mas poderiam vir a ter esse perfil no futuro. Mas ela foi validada pelo presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Henrique Araújo. Todavia, a tese de que a escuta de uma conversa sobre governação, ou sobre qualquer outro assunto, deve ficar apensa aos processos, porque pode vir a ser prova no futuro, não é própria de uma democracia. Assim como não o é escutar pessoas durante anos, como aconteceu com João Galamba.

Como era previsível, foi aberta pelo Ministério Público uma investigação a esta fuga de informação. E quase se pode garantir que, como quase sempre, não vai dar em nada. Mas não é preciso ser uma espécie de Sherlock Holmes para saber que quem é responsável pela fuga de informação é uma das pessoas que têm acesso ao processo. Ainda, na quarta-feira, a bastonária da Ordem dos Advogados, Fernanda Almeida Pinheiro, explicou à RTP que a fuga de informação só pode vir de quem tem acesso ao processo, acrescentando que, estando em segredo de justiça, como é o caso, nem os advogados de defesa a ele têm acesso. O próprio advogado de António Costa, João Cluny, explicou ao PÚBLICO que o ex-primeiro-ministro não foi confrontado com escutas de conversas telefónicas em que participou, nem ele mesmo, enquanto advogado de defesa, conhece as escutas.

Há que reflectir também sobre o papel dos jornalistas. Sempre defendi que compete aos jornalistas fazer notícia de assuntos de interesse público, mesmo em relação a informações que estão em segredo de justiça. Mas será que a CNN e a TVI não deveriam ter reflectido sobre os contornos políticos e a intencionalidade do momento em que esta fuga de informação lhes foi parar às mãos? O risco de se ser manipulado está sempre presente na vida profissional de um jornalista, daí a necessidade de reflectir sobre ele. Isto não invalida que os jornalistas não cumpram o seu papel. Neste caso, o responsável não é nenhum jornalista, a responsabilidade é de quem tutela o processo e, em última instância, é das disfuncionais regras do segredo de justiça, que têm de ser revistas.

É importante que PSD e PS agarrem a oportunidade que lhes está a ser dada pelos subscritores do *Manifesto dos 50 + 50 por uma Reforma da Justiça em Defesa do Estado de Direito Democrático*

O actual estado da justiça só serve o populismo radical de extrema-direita. Prova disso, é que o líder do Chega, André Ventura, saiu de imediato a terreiro para cavalgar na especulação e anunciar que quer chamar António Costa, ao Parlamento, para o ouvir sobre uma conversa com um seu ministro, que foi escutada, e que continua no processo, contra as regras do Código de Processo Penal.

NUNO FERREIRA SANTOS

António Costa está a ser vítima de não ter querido fazer a reforma da justiça que lhe foi proposta pelo ex-líder do PSD, Rui Rio. O ex-primeiro-ministro sempre afastou a possibilidade de fazer reformas na justiça, talvez pelo trauma do processo de José Sócrates e pelo receio de ser acusado de que estava a querer beneficiar os políticos. A verdade é que o problema não é só de António Costa, mas é também de toda a esquerda. Há uma espécie de paralisia da esquerda perante a justiça e o Ministério Público.

É importante que PSD e PS agarrem a oportunidade que lhes está a ser dada pelos subscritores do *Manifesto dos 50 + 50 por uma Reforma da Justiça em Defesa do Estado de Direito Democrático*, um grupo de personalidades que lançou um documento pedindo a reforma da justiça, e que foi iniciado pelos ex-presidentes da Assembleia da República Eduardo Ferro Rodrigues e Augusto Santos Silva, o ex-líder do PSD, Rui Rio, os antigos ministros da Educação Maria de Lurdes Rodrigues e David Justino, o ex-deputado e ex-eurodeputado Vital Moreira, os ex-deputados Paulo da Mota Pinto e Mónica Quintela e o advogado Daniel Proença de Carvalho.

O documento pugna por que haja mais escrutínio sobre o Ministério Público, cuja actuação critica: "Sem qualquer mandato constitucional, os magistrados do Ministério Público têm, na prática, um poder sem controlo, desde logo pela assumida desresponsabilização da procuradora-geral da República pelas investigações." E os seus subscritores já tiveram audiências com o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, o primeiro-ministro, Luís Montenegro, e o secretário-geral do PS, Pedro Nuno Santos.

Esperemos que seja o Governo da Aliança Democrática, liderado por Luís Montenegro, a fazer a reforma que o PS não quis fazer. E esperemos também que os socialistas, agora liderados por Pedro Nuno Santos, não hesitem em participar. É importante que terminem as "coincidências" entre os timings da justiça e a sua pressão sobre a política, que estão a destruir a justiça e a democracia portuguesas.

Jornalista. Escreve ao sábado

Tribunal obriga empresa da Santa Casa no Brasil a pagar caução de sete milhões

Mesa liderada pela ex-provedora Ana Jorge não autorizou pagamento da última prestação da compra da MCE. Cláusula contratual previa, em caso de incumprimento, a perda de todo valor que já tinha sido pago

Sónia Trigueirão

A Santa Casa Global Brasil (SCGB) – empresa através da qual a Santa Casa Global, criada em 2021 para levar a cabo o projecto de internacionalização da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), adquiriu 55% da MCE Intermediações e Negócios, no Rio de Janeiro – está obrigada a prestar uma caução de sete milhões de euros em tribunal ou arrisca uma execução imediata no mesmo valor.

Em causa está o facto de, quando em Junho foi anunciada a auditoria externa a cargo da consultora internacional BDO à Santa Casa Global (SCG) ao projecto de internacionalização para se perceber exactamente quanto dinheiro foi gasto e com que finalidade, a mesa da SCML, na altura liderada pela então provedora Ana Jorge, deu ordens para parar com todas as operações e não autorizou o pagamento da última prestação da compra da MCE, empresa através da qual prestava serviços para a lotaria do Estado do Rio de Janeiro (Loterj).

Na compra da MCE, por cerca de 15 milhões de euros, aos valores de hoje, foi acordado que o pagamento seria feito em quatro fases e na segunda fase foi feito um aditamento que previa que o valor dessa segunda tranche fosse afinal pago em seis prestações. A última destas seis prestações vencia a 15 de Junho de 2023. Eram cerca de 300 mil euros que não foram pagos por ordem da mesa. O contrato previa penalizações em caso de incumprimento, que iam além do pagamento de juros e multas, nomeadamente o vencimento de todas as prestações já pagas e as duas que faltavam pagar.

Quando a SCGB falha com os pagamentos, a Ragdoll (empresa que tinha vendido a MCE) avançou com uma acção executiva para o pagamento do preço total que, com juros e multas, já ultrapassa mais de sete milhões de euros. A SCGB contestou, alegando que a Ragdoll também não cumpriu o contrato, porque devia haver uma redução no preço da compra da MCE.

Ao que o PÚBLICO apurou, a MCE ia candidatar-se ao edital do Rio de Janeiro para a venda de lotarias e as duas partes, de boa-fé, acordaram que, se ganhassem, o preço da compra da empresa poderia ser reavaliado e eventualmente ocorrer uma subida do valor ou baixar, se perdessem. Mas estas negociações só iriam ocorrer na condição do segundo pagamento já estar completo, o que não sucedeu.

Empresa fala em "calote"

A MCE apresentou a candidatura, mas o concurso acabou por ser anulado. Perante isto, a SCGB avançou para a Câmara de Comércio Internacional (CCI) e deu início a um processo arbitral para a renegociação do preço de compra da MCE.

Enquanto não há decisão, a SCGB tentou suspender a execução dos sete milhões de euros por parte da Ragdoll, que, entretanto, já tinha avançado com requerimento de penhora das contas, mas o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro não lhe deu razão. A SCGB tem de prestar garantia bancária em tribunal.

Anterior provedora Ana Jorge deu ordens para parar com todas as operações e não autorizou o pagamento da última prestação da compra da MCE

Assim, os advogados da Ragdoll solicitam à CCI que o tribunal arbitral condicione a suspensão da execução "ao oferecimento de uma garantia idónea e suficiente por parte da SCGB". Para tal, a Ragdoll alega que não é válido o argumento da SCGB, no sentido de que o prosseguimento da execução "impedirá por completo o exercício das suas actividades, causando prejuízos não só à pessoa jurídica, mas aos funcionários, fornecedores e prestadores de serviços por ela contratados".

Segundo a Ragdoll, "a SCGB não possui activos no Brasil e foi constituída com o inequívoco propósito exclusivo de servir como veículo societário da SCML, que já anunciou publicamente a desistência do projecto de internacionalização".

"Caso a SCGB fosse de facto solvente e buscasse discutir legitimamente a liquidez, certeza e exigibilidade do título executivo, não se insurgiria contra a prestação de um seguro-garantia, emitido por instituição financeira idónea, afastando assim qualquer risco de a Ragdoll sofrer um calote no presente caso", sustenta a empresa, acrescentando que, "de facto, caso o prosseguimento da execução não seja mantido pelo tribunal arbitral, o resultado útil da execução será colocado em sério risco, pois a SCGB – devedora confessa e que tenta perpetuar um verdadeiro esquema para não pagar o valor devido à Ragdoll – possuirá tempo de sobra para blindar o seu património contra eventuais medidas constritivas". A Ragdoll escreve que prova desta sua conclusão são as notícias em Portugal da crise financeira da SCML.

O PÚBLICO perguntou à SCML se a SCGB tinha forma de prestar a caução de sete milhões de euros no Brasil e como comentava esta situação. A SCML respondeu que "não comenta processos confidenciais ou em segredo de justiça".

Ontem a Assembleia da República aprovou as propostas do Chega, da IL e do BE para constituir uma parlamentar de inquérito à gestão da Santa Casa da Misericórdia (SCML).

VITOR CID

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa criou em 2021 uma empresa no Brasil para tratar da internacionalização dos jogos

LINHA ROSA. MAIS VIDA EM MOVIMENTO.

O METRO DÁ-TE MAIS LIBERDADE

REABERTURA DA PRAÇA, 31 DE JANEIRO
E ALMEIDA GARRETT.

Casa da Música — Galiza — Hospital Santo António — São Bento

novaslinhas.metrodoporto.pt
225 081 000

Ministra admite desconforto com escutas e pede "reflexão alargada"

Rita Júdice diz-se "sempre preocupada quando há violações do segredo de justiça" e quer regular o recurso a meios ocultos

A ministra da Justiça, Rita Júdice, assumiu ontem "um desconforto" com a utilização das escutas em processos judiciais e adiantou que o Governo quer fazer "uma reflexão alargada" sobre o recurso a este meio de prova. Em entrevista à Antena 1, Rita Alarcão Júdice foi questionada sobre a divulgação pública de escutas telefónicas que se prolongaram no tempo – como as que visaram recentemente o ex-primeiro-ministro António Costa na *Operação Influencer*, sem que estivessem directamente ligadas aos factos deste processo – e garantiu ficar "sempre preocupada quando há violações do segredo de justiça".

"O que o Governo pretende fazer é uma reflexão alargada e, desejavelmente, regular o recurso a meios ocultos de investigação, ou seja, quais as regras que devem seguir estes meios ocultos de investigação. Julgo que temos de fazer uma reflexão alargada, porque é claro que há um desconforto", afirmou.

A governante explicou que também há razões para preocupação perante o excesso de meios e vincou que não podem existir "utilizações indevidas dos dados das pessoas" ao abrigo destes processos judiciais. "Tem de haver salvaguarda dos direitos, liberdades e garantias a todos os níveis. Também tem de haver uma investigação célere e eficaz e, por isso, parece-nos importante que haja esta reflexão sobre o recurso aos meios ocultos de investigação - escutas e afins", continuou.

A entrevista da ministra surge um dia após a apresentação da agenda anticorrupção, que conta com 32 medidas, entre as quais a regulamentação do *lobby*, o registo da "pegada legislativa", o agravamento da pena acessória de proibição do exercício de função pública ou um mecanismo de perda alargada de bens (mesmo sem condenação ou com arquivamento do processo).

Sobre esta última proposta, Rita Alarcão Júdice esclareceu que se trata de um alargamento do que já existe na lei, ao qual se quer dar "outros requisitos e um contorno diferente". "No mecanismo que existe só há uma perda efectiva quando, designadamente, se demonstra que o património de determinado arguido é superior aos seus rendimentos, mas não se dirige a bens específicos. Por exemplo, se tenho um quadro de Picasso e se até posso demonstrar que tinha possibilidades de o comprar, ainda que o juiz ficasse convencido de que aquele quadro provém de uma actividade ilícita (de uma corrupção, designadamente), não pode ser declarado perdido", referiu.

Já a fase de instrução (fase processual facultativa que visa comprovar se há indícios suficientes para levar um arguido a julgamento) é para sofrer uma redução, com vista a travar a deriva para pré-julgamentos ou prolongamentos dos inquéritos. "A instrução não é um primeiro julgamento e é isso que muitas vezes está a acontecer. E também não é uma repetição do inquérito, do que já se fez na fase de investigação. Queremos, naturalmente, dar maior celeridade, mas não podemos pôr em causa os direitos e as garantias de defesa do arguido", observou.

E concluiu que "a maior parte destes mecanismos não vai ser feita à revelia da comunidade jurídica". "Em certos casos, vamos ter de constituir grupos de trabalho, e em todos eles vamos ter de cumprir a Constituição", explicou.

ANTÓNIO COTRIM/LUSA

Ministra diz que a fase de instrução vai ter de ser encurtada

Pedro Nuno quer explicações da PGR

O líder do PS defendeu ontem que a Procuradora-Geral da República (PGR) deve explicações ao país sobre a "violação da lei" na divulgação de escutas envolvendo o antigo primeiro-ministro António Costa, considerando insuficiente abrir um inquérito, como foi anunciado. "Não podemos fazer de conta que não estamos a ter publicitadas na comunicação social conversas que não têm sequer relevância para o processo em causa e que estão a ser reveladas. Não podemos continuar a fazer de conta que não estamos a assistir a uma violação da lei", considerou Pedro Nuno Santos, quando questionado sobre a entrevista da ministra da Justiça à Antena 1. "Eu diria que o Ministério Público deve essas explicações e obviamente que a figura máxima do Ministério Público é a sua procuradora-geral. Nós temos o direito a perceber o que está a acontecer, como é que pode acontecer uma violação destas", respondeu. Pedro Nuno Santos também considerou que as medidas novas do pacote anticorrupção apresentado pelo Governo "são uma cedência do PSD ao populismo" e uma "colagem do Governo" à agenda do Chega. "O pacote anticorrupção, o que tem verdadeiramente de novo são propostas que estavam já no programa do PSD e que são uma cedência do PSD ao populismo", sustentou, quando questionado sobre as medidas apresentadas pelo Governo de Luís Montenegro.

Para Pedro Nuno Santos, "a prioridade deste Governo em matéria de justiça foi ceder ao populismo, ao Chega e à agenda do Chega, e isso sim é preocupante".

Doze hospitais vão ter urgências de obstetrícia e pediatria fechadas amanhã

Gina Pereira

Região de Lisboa e Vale do Tejo volta a ser a mais afectada: Almada não tem urgência de obstetrícia durante toda a semana

Doze urgências de obstetrícia e de pediatria estarão fechadas amanhã, o dia com o maior número desses serviços encerrados, de acordo com a escala até à próxima quinta-feira divulgada ontem pelo Ministério da Saúde. Sete são urgências de obstetrícia e ginecologia e cinco são urgências de pediatria. A lista pode ser consultada no Portal do SNS.

Este fim-de-semana, as urgências de obstetrícia dos hospitais de Setúbal, Beatriz Ângelo (Loures), Garcia de Orta (Almada) e Leiria (e no domingo a da Póvoa do Varzim) vão estar encerradas, sendo que no caso do Hospital de Almada a urgência de obstetrícia/ginecologia estará encerrada pelo menos até quinta-feira da próxima semana.

As escalas das urgências publicadas no Portal do SNS mostram que, este fim-de-semana e ao longo da próxima semana, várias urgências do país voltam a ter de fechar ou irão funcionar com interrupções devido à falta de profissionais para assegurar todas as escalas durante 24 horas.

A região de Lisboa e Vale do Tejo é onde a situação volta a ser mais complicada, com o encerramento da urgência de Setúbal (com ginecologia e obstetrícia fechada todo o fim-de-semana). Já no Hospital Garcia de Orta, em Almada, a obstetrícia está fechada desde ontem e assim continuará durante toda a semana e a pediatria irá funcionar somente entre as 8h30 e as 20h até quinta-feira.

Em Loures (Hospital Beatriz Ângelo), a obstetrícia fechou ontem, hoje e amanhã e a pediatria estará encerrada no fim-de-semana e na terça-feira e funcionará com limitações durante a semana. No Barreiro, a urgência de obstetrícia estará fechada na quarta e na quinta-feira e a pediatria fecha na quarta-feira. Também a urgência de pediatria do São Francisco Xavier irá funcionar apenas entre as 9h e as 22h durante toda a semana.

No caso do Hospital de Santa Maria, a urgência de obstetrícia está encerrada temporariamente, devido às obras de remodelação. Fonte do hospital adiantou à Lusa na última semana que os trabalhos ficarão concluídos no final deste mês, com a montagem e testagem de todos os equipamentos a decorrer em Julho e com a reabertura no novo espaço da urgência de ginecologia e obstetrícia para grávidas até às 22 semanas no início de Agosto.

No Algarve, no Hospital de Faro, a urgência de obstetrícia e ginecologia fechou ontem às 20h30 e abre hoje às 8h30 horas.

Amanhã e na segunda-feira, a urgência de obstetrícia do Hospital de Aveiro também vai funcionar com limitações, bem como a urgência geral do Hospital de Águeda, que registará perturbações no seu funcionamento amanhã.

Em Leiria, além de a urgência de obstetrícia estar fechada todo o fim-de-semana, também amanhã não estará a funcionar a urgência de pediatria e ambas só irão abrir às 9h na segunda-feira.

Em Viseu, a pediatria só estará a funcionar entre as 9h e as 20h durante toda a semana, o que já motivou críticas por parte do bastonário da Ordem dos Médicos, Carlos Cortes, que esta semana visitou a instituição e pediu uma solução para a região.

Várias urgências voltam a ter de fechar ou irão funcionar com interrupções devido à falta de profissionais

Em Barcelos, a urgência de pediatria irá funcionar entre as 8h e as 22h durante toda a semana, bem como a urgência pediátrica do Hospital de Torres Vedras, que irá funcionar entre as 9h e as 21h.

Já no Hospital de Chaves, a urgência de pediatria estará encerrada este fim-de-semana e no resto da semana irá funcionar entre as 8h e as 20h.

Segundo o Ministério da Saúde, este formato, que pode ser actualizado diariamente, foi concebido para divulgar, de "forma imediata e expedita", as escalas dos serviços de urgência disponíveis, ainda que, por "constrangimentos inultrapassáveis", estes dados possam sofrer alterações pontuais.

Na semana passada, a tutela adiantou que em breve será disponibilizada uma nova página interactiva que será carregada directamente pelos hospitais e que mostrará, a cada momento, o serviço de urgência disponível mais perto a que as utentes podem recorrer. **com Lusa**

O futuro do carregamento eléctrico nos edifícios

Tornar o carregamento de veículos eléctricos simples é a missão da ChargeGuru, a primeira empresa em Portugal a oferecer a instalação da infra-estrutura de carregamento sem custos para o condomínio.

Fixe bem este nome: ChargeGuru. Especialista europeia em carregamento de veículos eléctricos, a empresa está convicta de que a mobilidade eléctrica é parte da solução para alcançar uma transição energética em grande escala. Para isso procura tornar o carregamento de veículos eléctricos simples para todos através de soluções de carregamento descomplicadas, preparadas para o futuro e adaptadas às necessidades dos clientes.
"A ChargeGuru nasceu com o objectivo de criar projectos e soluções simples, recentes e escaláveis para acelerar a transição rumo a uma mobilidade eléctrica mais sustentável. Tudo para servir os clientes empresariais e particulares através da instalação de infra-estruturas de carregamento eléctrico. Pretendemos apoiar a transição para a mobilidade eléctrica com eficiência energética", dá conta Marcus Torres, *country manager Portugal* da ChargeGuru.
A empresa torna-se, assim, a primeira em Portugal a oferecer a instalação de uma infra-estrutura de carregamento eléctrico sem qualquer custo para os condomínios, bem como uma solução integrada, desde a gestão da facturação mensal da electricidade à manutenção e apoio técnico.
Instalado em mais de 15 mil edifícios, em França, a solução de carregamento colectivo para condomínios é um serviço concebido para edifícios que, devido à sua antiguidade, não estão tecnicamente preparados para colocar um carregador em todos os lugares de estacionamento e totalmente financiado pela ChargeGuru. Na visão da empresa, "no caso de Portugal, à semelhança do que acontece em outros países, achámos que a oferta da nova solução da ChargeGuru para condomínios seria bastante útil, razão pela qual a lançámos este ano", acrescenta Marcus Torres.

Soluções simples, recentes e escaláveis

Fundada, em França, no ano de 2018 – mas tendo reforçado a sua posição através da fusão com a empresa irmã – a ChargeGuru encontra-se em oito países da Europa e, em Portugal, desde 2021. O *country manager Portugal*, Marcus Torres, diz não querer que os motores de combustão acabem, mas defende as cores de uma empresa que está a acelerar a mobilidade eléctrica.
De forma a contribuir para esta aceleração, a ChargeGuru oferece diferentes soluções de carregamento, para clientes residenciais, empresas e condomínios.
Com a instalação de um contador independente, apenas os proprietários de carros eléctricos fazem o pagamento mensal, garantindo a segurança do serviço e permitindo a cada utilizador instalar um ponto de carregamento de forma simples e económica, seja através da compra ou do aluguer do carregador, sendo esta última opção "particularmente útil para clientes que são arrendatários de edifícios". Além disso, o serviço garante sempre electricidade a partir de fontes renováveis, uma vez que a empresa recorre apenas a fornecedores de energia certificados e limpos.
"Disponibilizamos a pré-instalação, o carregador e a infra-estrutura eléctrica. Os condóminos que pretendam ter um ponto de carregamento e que não queiram optar pela compra, inscrevem-se como subscritores, escolhem a mensalidade e pagam a energia consumida com base na leitura do contador. Ou seja, apenas quem utiliza o serviço é que paga, o que facilita bastante as assembleias de condóminos. Até porque não existe qualquer orçamento para aprovar", explica Marcus Torres.
Segundo diz, "o condomínio apenas tem de autorizar a ChargeGuru a utilizar o edifício para a colocação do quadro eléctrico." E a ChargeGuru "enquanto proprietária da infra-estrutura, é responsável pela sua operação e manutenção. A nossa instalação simplifica, harmoniza e torna mais segura a infra-estrutura de carregamento dos edifícios, além de garantir a escalabilidade".
Para o cliente, o procedimento também é facilitado aquando do pedido de orçamento, uma vez que a empresa tem apostado no digital. Como explica Marcus Torres, "neste momento, já é possível ao cliente solicitar um orçamento no nosso website, sem que haja qualquer intervenção por parte da equipa comercial. O resultado é, depois, enviado, em poucos minutos, para o email de quem efectuou o pedido".

Mais de 2.000 edifícios nos próximos três anos

Com o crescimento da mobilidade eléctrica, será que a concorrência dos operadores representa uma ameaça para a ChargeGuru? "A linha que delimita a nossa relação com a concorrência é muito ténue. Muitas vezes, os próprios Operadores do Ponto de Carregamento (OPC) são nossos clientes. Tanto podemos instalar carregadores assumindo directamente ao consumidor final, como podemos instalar carregadores como OPC de outras empresas", revela o *country manager Portugal* da ChargeGuru. "São várias as empresas que nos reconhecem pela nossa experiência europeia, que muitas delas não têm. Além disso, a nossa cobertura nacional, inclusivamente nas ilhas, é outra das mais-valias que temos. Podemos fazer uma instalação em qualquer zona do país graças a essa capilaridade e ao facto de dispormos de parcerias locais", enfatiza.
Nos próximos três anos, em Portugal, o objectivo passa por instalar esta nova solução de carregamento colectivo para condomínios em mais de 2.000 edifícios e, até final deste ano, fortalecer a rede de parceiros e aumentar as equipas locais nos maiores centros urbanos, contribuindo para a descarbonização da mobilidade. A este objectivo alia-se também a ambição de instalar mais de 100 mil pontos de carregamento em edifícios na Europa até 2025.
"Somos parceiros da Associação Portuguesa de Empresas de Gestão e Administração de Condomínios (APEGAC). De acordo com um estudo de 2022 por ela divulgado, existem mais de 3.300 empresas de gestão de condomínio em Portugal. O que traz inúmeras oportunidades para a ChargeGuru, até pelo facto de o nosso serviço preencher muitas lacunas existentes neste sector", conclui Marcus Torres.

SAIBA MAIS

Da guerra para um centro clínico em Ourém: "Um homem não chora"

Um veterano da guerra soviética no Afeganistão, um empresário na linha da frente, um prisioneiro das tropas russas e um advogado que se formou para salvar vidas na Ucrânia contam a sua história. São feridos de guerra em reabilitação em Portugal

Reportagem

Ana Dias Cordeiro Texto
Rui Gaudêncio Fotografia

Portugal tem agora, no concelho de Ourém, o único centro de reabilitação para soldados da guerra da Ucrânia na Europa. Quem o diz é a Associação Ukrainian Refugees UAPT que, face ao prolongamento do conflito, tomou a iniciativa de alargar a cooperação a outras áreas necessitadas, após dois anos dedicados ao acolhimento de refugiados. O país em guerra mantém condições e hospitais para tratar, operar e estabilizar feridos do conflito, mas não tem respostas para a sua reabilitação.

Com o apoio financeiro de empresas, enquanto mecenas e patrocinadores, esta associação da sociedade civil, que conta com portugueses mas junta sobretudo ucranianos, avançou com o projecto. A renovação do antigo Seminário Dominicano da Aldeia

Nova foi o primeiro passo para receber o primeiro grupo de 15 feridos, que chegaram a Portugal há uma semana. Nesse grupo, estão Suleimanov Marat, Igor, Sergiy Orlov e Vladislav.

Chorar os mortos "só depois da vitória"

Suleimanov Marat mantém a expressão imperturbável de alguém que já passou por tudo e não guardou nada. "Não estou a matar, estou a destruir o agressor, a defender os meus e o meu país."

Depois de uma pausa, retoma o relato despojado de emoção: "Há uma coisa que me marcou mais do que todas as outras: ver os cães a comerem os cadáveres de homens estendidos no chão, a devorar o que restava dos seus corpos."

Não foi só ter passado a odiar cães, cuja visão só agora começa a suportar, passados mais de dois anos. A imagem dos devoradores de homens como ele, na cidade de Popasna, província de Lugansk, aperfeiçoou a técnica de desligar sentidos que, se apurados, levariam a uma derrota pessoal. Contra isso também luta o homem alto e moreno de olhos castanhos rasgados.

"Ele amava os cães", descreve Olga, que trabalha para a Associação Ukrainian Refugees UAPT, criada em Portugal, país onde vive há 13 anos. De forma paciente e emotiva, faz por apanhar a cadência de cada história – dentro da história – e o seu subtexto.

Ex-jornalista de uma "gazeta" – o nome dado a um jornal em ucraniano – e já então militar, Marat foi chamado, com apenas 20 anos, como soldado da ex-União Soviética para a guerra no Afeganistão em 1986, a primeira de quatro por onde já passou.

Nasceu há 58 anos no Uzbequistão, um dos cinco estados que faziam parte da ex-URSS, juntamente com o Cazaquistão, o Quirguistão, o Turquemenistão e o Tajiquistão. Foi neste último que, em 1994, entrou na guerra civil que opôs o Governo, apoiado pela Rússia, o Uzbequistão, e outros estados ao movimento da oposição apoiada pelos taliban e pelo Afeganistão.

Pelo país da mulher que desposou há 35 anos, voltou a combater, agora como soldado da Ucrânia, no Donbass em 2014, já depois de ter entrado na reserva por ferimentos.

Oito anos mais tarde, Marat integra as unidades militares que formam, na retaguarda, linhas paralelas às linhas da frente onde se enfrenta de perto a artilharia russa, em todo o território da Ucrânia.

"Nesta guerra a sério, diferente de todas as outras em que estive, podemos ser atacados de todos os lados, por todo o tipo de armamento que antes não existia. Temos de saber defender-nos de todo o tipo de material bélico ao mesmo tempo", diz.

Não são só os bombardeamentos ou os tanques, são os *drones* e os mísseis de longuíssimo alcance, ou as bombas de fragmentação. Foi uma dessas, que projecta partículas de ferro a grandes distâncias e de modo imprevisível, que ele e o seu grupo estavam a retirar de uma missão.

Com a força da explosão, Marat foi projectado e rodou várias vezes sobre si mesmo, com as partículas do ferro a entrarem-lhe na coluna, nas pernas, na cabeça. A intensidade das dores de cabeça e desmaios ocasionais são os principais efeitos que perduram. Há o barulho que lhe atordoa o pensamento e os zumbidos nos ouvidos que o irão limitar para sempre. Não pode conduzir veículos.

Nas linhas militares onde estava Marat antes de ser retirado por estar ferido, são lançados mísseis de longo alcance para a destruição do armamento do inimigo, neutralizando-o nessa aproximação aos soldados da linha mais adiantada do campo de batalha. Estes, quando não estão a combater, abrigam-se nos *bunkers* feitosde madeira e encaixados nas trincheiras. "Estão cerca de 20 homens, que trocam posições. Ao fim de três dias, já há feridos, já há mortos", explica o veterano.

Marat suspende o relato →

Vladislav (página ao lado)
O advogado originário de Kiev, com 45 anos, não sabe se conseguirá voltar ao teatro de guerra

Suleimanov Marat (em cima)
Ex-jornalista, com 58 anos, nascido no Uzbequistão, começou por ser chamado, aos 20, como soldado da ex-União Soviética para a guerra no Afeganistão

Sociedade

quando Olga aparenta, também ela, suspender o que antes fazia, desligando-se pela primeira vez desde o início da conversa. Está hirta, também ela sem expressão, com o azul-safira dos olhos afogado em lágrimas. "Foi da chuva da noite passada?", brinca Marat, protector em todas as frentes.

E ele próprio, que angústias tem? "Depois da nossa vitória, vamos poder chorar por todos os que perderam a vida, e suas famílias. Perdi muitos amigos, mas ainda guardo o seu nome e o seu número no meu telefone. Vou chorá-los mais tarde, quando celebrarmos a vitória", diz Marat.

Pai de dois filhos, tem o seu único rapaz de 24 anos numa das frentes mais mortíferas da guerra, na província de Donetsk. Dele tem notícias apenas quando, por alguns dias, o jovem sai do terreno. "De outra forma não podia ser", diz Marat.

O ex-prisioneiro que procura uma cura no silêncio

O rosto sem expressão de Igor parece indicar que nunca mais irá sorrir, desde que foi um dos prisioneiros de guerra, capturados no primeiro dia da invasão, em 24 de Fevereiro de 2022, na ilha ucraniana da Serpente (Zmiinyi Ostriv), no mar Negro.

Fuzileiro da Marinha da Ucrânia e feito prisioneiro por 54 dias, levado para a cidade de Sebastopol, na península da Crimeia, e depois para uma prisão russa de Shebekino, junto à fronteira com a Ucrânia, passa parte do tempo livre que tem no centro de reabilitação em Ourém no ginásio, sozinho, enquanto outros conversam, jogam *snooker* ou descansam. "Faço isso para tirar primeiro o *stress* e depois a depressão."

Também será para apressar a reabilitação, diz Ângelo Neto, um dos três membros da direcção da Associação Ukrainian Refugees UAPT, a organização criada em Fevereiro de 2022, para acolher refugiados, e que assumiu a iniciativa de criar este centro de reabilitação com o financiamento de empresas privadas portuguesas e estrangeiras, e nenhuma ajuda do Estado. "Ele quer voltar à guerra", diz Ângelo Neto.

Os soldados tiveram licença de duas semanas, que poderá ser prolongada, para saírem da Ucrânia e experimentarem a reabilitação neste centro. Um dos testes a serem feitos pelo Governo da Ucrânia é se nenhum deles, uma vez fora do seu país, deserta da guerra. "Isso não vai acontecer", sustenta Ângelo Neto, que há mais de um ano negoceia a vinda dos primeiros soldados. Muitos quererão voltar assim que puderem, segundo diz.

Igor era um dos militares em Zmiinyi Ostriv, a ilha isolada com valor estratégico longe da costa, e que é símbolo da resistência ucraniana depois de, pela rádio, o destacamento militar ucraniano aí colocado ter respondido à ordem de rendição com: "Navio de guerra russo, vá-se f***r!"

Não é como um herói que se apresenta. "Fui tratado como um criminoso, despojado dos mais básicos direitos humanos." Partilhou uma cela com mais cinco homens, em condições deploráveis de saneamento e higiene. Era pontapeado e esmurrado nas deslocações entre locais por guardas que também lhes davam socos na cabeça.

Nos interrogatórios, queriam saber onde tinha estado antes da guerra, se na formação militar havia instrutores europeus e de que países da Europa eram. Sobre a península anexada pela Rússia em 2014, perguntaram-lhe: "De quem é a Crimeia?". Igor absteve-se de responder. Temia sobretudo pela segurança da família.

Nunca foi torturado, garante. Ao mesmo tempo diz que lhe bateram com força nas costas e na cabeça. Pouco havia para comer, e teve medo. "Muito medo", confessa. Não sabia nada do que se passava, não tinha informação e apenas lhe diziam que não seria libertado numa troca de prisioneiros, embora mais tarde o tenha sido.

Por isto, em particular, veio para a reabilitação, em Ourém. Sente o trauma do que naqueles dias passou, incomparável ao que foi depois voltar para as unidades de defesa antiaérea na Marinha.

"Tudo em relação à vida mudou. Comecei a valorizar pequenas coisas. Como a comida, uma simples pasta de dentes, a liberdade. Pode não haver nada, mas não podemos viver sem liberdade." É sobretudo psíquica a sua dor. Se voltará a sorrir? "Vou sorrir quando me lembrar de Portugal. Aqui as pessoas são tranquilas e estão sempre alegres. O mais importante é não haver sirenes, não haver guerra."

Não sabe como será para além disso. Diz: "Talvez só recupere a alegria de viver quando tiver a certeza de que a Ucrânia venceu a guerra. Até lá, não posso estar tranquilo."

"Se não vamos todos, a Ucrânia deixa de existir"

Ver em Sergiy Orlov a figura de um empresário, como ele se apresenta, não surpreende: pela determinação dos movimentos, a confiança do discurso ou até a precisão do simples gesto de fumar, cigarro após cigarro, como se nada mais houvesse para o destroçar por dentro.

É a segunda passagem deste capitão de 45 anos pela guerra, depois do Donbass, a partir de 2014 e nos quatro anos que se lhe seguiram.

Desde então soube que chegaria

o dia em que, em vez de vestir o fato e se dirigir para o escritório da sua empresa, como todas as manhãs de 2018 ao início de 2022, voltaria a carregar sobre os ombros colete e camuflado para se apresentar no centro militar em Kiev. Foi isso que fez ao primeiro sinal da invasão russa, em 24 de Fevereiro de 2022.

O seu maior medo era voltar sem pernas e sem braços. Conhece soldados a quem isso aconteceu. “Preferia ficar lá morto”, como os que nem voltam para serem sepultados.

A sua prioridade é garantir a segurança da família, enquanto esposo, pai, filho, manter o cordão – que quebra o país em dois – o mais longe possível deles. E garantir a integridade do país.

Olha de frente o espaço vazio da sala. Deixa cair pensamentos de quem abre, sem aviso, a gaveta dos terrores que só ele conhece e transporta: “A Rússia não vai deixar as pessoas vivas.” E reconhece: “Todos nós viemos da guerra com problemas psicológicos. Todas as pessoas que vieram para esta reabilitação em Portugal têm problemas mentais.”

Ao início são os comprimidos para aliviar as dores de cabeça, as tonturas e os zumbidos nos ouvidos, e depois já são os calmantes ou os antidepressivos, diz. Ninguém quer ficar dependente de medicamentos e Sergiy Orlov aconselha-se a si próprio e aos outros a lerem livros alegres, não verem notícias nem filmes de guerra.

Falar dela, como nesta conversa, desperta fantasmas e pode ser mau? “Temos de falar do que está a acontecer para as pessoas perceberem. Obrigado a Portugal por nos acolher e nos ajudar na guerra. Um país tão pequeno com um coração tão grande, um país tão longe da guerra, mas tão próximo para ajudar.”

A guerra fê-lo fechar-se no mundo só seu, no qual só há espaço para quem estiver disposto a salvar a Ucrânia. “Não quero saber de quem não queira saber desta guerra.” As famílias sabem do que se pode ou não falar, quando os soldados voltam a casa uns dias por ano. “Não queremos trazer para o lar essa energia da guerra. Aos olhos das nossas

Sergiy Orlov (ao lado)
O empresário de 45 anos apresentou-se no centro militar em Kiev ao primeiro sinal da invasão russa, no dia 24 de Fevereiro de 2022. Alguns dos entrevistados, como Igor, preferiram não se deixar mostrar na fotografia

famílias, não podemos ser fracos. Eles iriam preocupar-se.”

Acumulam-se os sinais: lesões irreversíveis na coluna de quem passou meses, ou mesmo anos, com equipamento e armamento às costas; dores de cabeça e tremores, de quem quase morreu, viu morrer ou matou; noites em branco, pânico, sobressalto e vazio.

“Na linha da frente, administrávamo-nos, uns aos outros, injecções de Biofenac [anti-inflamatório], para nos conseguirmos levantar do chão e aguentarmos ficar na linha da frente”, conta o capitão. Os médicos estavam, sim, mas quando era para retirar mortos e feridos.

“Fiquei ferido, estive hospitalizado, mas não há tempo para isso. Temos pouca gente a combater para o que é necessário. Não podemos ficar no hospital a receber tratamentos completos que duram meses. É preciso tempo também para receber apoio psicológico, para receber esse descanso mental, essa calma”, diz, aludindo ao que encontrou no centro de reabilitação criado onde antes era o Seminário Dominicano de Aldeia Nova, em Ourém.

“Eu tenho medo. Todos têm medo. Sabem que não podem falar disso. São homens, não podem ter medo”, diz Orlov, antes de uma pausa. “Um homem não mostra fraqueza. Um homem não chora.”

Faz uma pausa, ouve a pergunta, na tradução para ucraniano, e com calma responde: “Sei bem que nem todos voltam da guerra e que, como capitão, tenho responsabilidades. Mas não pode ser de outra maneira. Se não vamos todos, a Ucrânia deixa de existir.”

O ferido que salvava feridos da linha da frente

Com escritório em Kiev, Vladislav não pensa voltar à advocacia que exerceu até à véspera da invasão russa, em Fevereiro de 2022. Nesse dia, levou a mulher e os filhos para um sítio mais seguro, longe de Kiev. Os filhos queixam-se de nunca verem o pai; a mãe deles e mulher do soldado diz-lhe que não tem o direito de o parar.

Com formação militar e de paramédico, a sua missão é recolher os feridos da linha da frente ou aqueles que as suas equipas não chegam a tempo de salvar. A sua urgência é trazer todos de volta, alguns nos braços, antes de os colocar delicadamente no transporte médico.

“Transportei civis e militares, feridos muito graves, ou menos graves”, diz com modéstia, sem nunca dizer que salva vidas. Num desses transportes, também Vladislav ficou muito ferido, esmagado sob quem transportava quando fugiam de um bombardeamento.

Com 45 anos, não sabe se estará apto a regressar ao palco da guerra quando voltar à Ucrânia depois das pelo menos duas semanas de reabilitação em Portugal; pelo seu estado psicológico e porque não recuperou totalmente desse ferimento.

De todos os outros 14 companheiros que viajaram com ele, Vladislav é o do sorriso mais fácil e aquele que aparenta melhor se adaptar a quem não partilha das suas vivências da guerra. No final, pode ser o que mais se ressente do sofrimento que esta lhes causa.

A guerra transformou-o por completo, concede, mas sobre isso não quer falar. Quando o diz, os olhos enchem-se de lágrimas, que rapidamente consegue disfarçar. Ergue-se da cadeira com delicadeza e estende a mão, para um cumprimento, antes de voltar a sorrir e se preparar para a fotografia.

OS RISCOS DA POLUIÇÃO INVISÍVEL DO AR JUNTO AOS HOSPITAIS

Monitorização feita pela Zero, em parceria com a Boehringer Ingelheim, revelou que as unidades de saúde, frequentadas por pessoas em situação vulnerável, são também áreas críticas quanto a poluentes.

O cenário é comum a inúmeras unidades de saúde no país. Para chegar à porta do hospital ou do centro de saúde, o utente tem de passar por ruas adjacentes onde o tráfego rodoviário é muito intenso. E, mesmo no interior do recinto, tem de atravessar um parque automóvel extenso. Isto significa que até entrarem nestes edifícios pessoas em situação mais vulnerável, como crianças, grávidas, idosos, doentes pulmonares e cardíacos, estão expostas a poluição atmosférica.

Esta é considerada pela Agência Europeia do Ambiente o maior risco ambiental para a saúde humana. E, no interior, será que a envolvência tem consequências o ar que circula, podendo constituir um novo local potencial de risco? "O ar exterior vai influenciar a qualidade do ar interior", refere o presidente da Associação Zero, Francisco Ferreira.

Tendo esta perspectiva em mente, esta associação ambientalista, em parceria com a Boehringer Ingelheim Portugal, desenvolveu uma campanha de monitorização da qualidade do ar ambiente ao redor de unidades de saúde em três cidades portuguesas, entre Outubro de 2023 e Abril de 2024. Um dispositivo móvel foi colocado, em diferentes períodos temporais, junto ao Instituto Português de Oncologia, no Porto, à Unidade de Saúde Familiar Norton de Matos, em Coimbra. Em Lisboa, esteve nas imediações do Hospital CUF Descobertas, Hospital Pulido Valente e da Unidade de Saúde Familiar Almirante.

As conclusões permitem, nas palavras do presidente da Associação Zero, "um novo olhar sobre o que são áreas mais críticas do ponto de vista de variáveis ambientais", no caso, a qualidade do ar. Os níveis de partículas inaláveis (PM10) e finas (PM25) e de dióxido de azoto (NO2) detectados estiveram sempre em conformidade com a legislação nacional, que resulta de uma directiva europeia já de 2008. Mas, em Coimbra e em Lisboa, houve concentrações superiores aos níveis recomendados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) – e que, segundo Francisco Ferreira, são "muito mais exigentes".

É expectável que as legislações europeia e nacional evoluam gradualmente para esta recomendação da OMS a partir de 2030. "Das ultrapassagens dos valores limite diários recomendados pela OMS ressaltam desafios significativos que ainda precisam de ser superados para garantir uma qualidade do ar óptima e a protecção da saúde pública", reconhece o relatório.

"Os dados recolhidos confirmam que é necessário dar mais atenção a este tema", referiu Vanessa Jacinto durante a apresentação do estudo, que decorreu recentemente no auditório do PÚBLICO, em Lisboa. A Head of Market Access and Public Affairs da Boehringer Ingelheim Portugal sublinhou que "as instituições de saúde são ambientes complexos e sensíveis. Ainda que sejam espaços por definição que visam melhorar o bem-estar da população, acabam por se tornar locais de risco para pessoas mais frágeis." Crianças, idosos, grávidas e pessoas com problemas pulmonares e cardíacos "não só têm de visitar regularmente estes espaços, como passam neles muito tempo." Vanessa Jacinto alertou, assim, para os riscos escondidos. "Até há bem pouco tempo, a poluição atmosférica era considerada um perigo exterior, tendo em comum a crença de que o espaço interior oferecia protecção. Mas a verdade é que a qualidade do ar interior é influenciada por vários factores, desde as actividades humanas que ali são realizadas, aos produtos usados e aos poluentes externos, que podem entrar através das janelas, portas ou da ventilação."

De acordo com dados oficiais, citados por Francisco Ferreira, a má qualidade do ar é o principal factor responsável por 7 milhões de mortes prematuras anualmente: 4,2 milhões estão associadas ao ambiente exterior; 2,8 milhões, dizem respeito ao ar interior. Em Portugal, segundo divulgou em 2023 a Agência Europeia do Medicamento, morrem 550 pessoas por ano devido à poluição por dióxido de azoto. E "as partículas [inaláveis e finas] têm uma dimensão de afectação muitíssimo maior" – são 2.100 as mortes que lhes são atribuíveis, com peso em doenças cardiovasculares e até "noutras que não atribuiríamos à própria qualidade do ar", como a diabetes, identificou o presidente da Zero.

MUITAS DAS PESSOAS QUE FREQUENTAM UNIDADES DE SAÚDE SÃO MAIS SENSÍVEIS. E A PRÓPRIA LEGISLAÇÃO ACTUAL DA QUALIDADE DO AR FAZ DIFERENÇA"

Francisco Ferreira, Associação Zero

A NOSSA CONTRIBUIÇÃO PARA UMA MELHOR SAÚDE TEM TAMBÉM DE PASSAR PELA RESPONSABILIDADE AMBIENTAL"

Vanessa Jacinto, Boehringer Ingelheim Portugal

Comunicar, planear e reduzir

É evidente, referiu Francisco Ferreira, que "todas as unidades [avaliadas] estão em cidades que têm concentrações por vezes bastante elevadas de poluentes". Além do tráfego rodoviário, fonte comum do dióxido de azoto e das partículas finas e inaláveis e que está identificado como "o principal problema", existem também outras fontes possíveis para estes poluentes, como a queima de biomassa, os processos de combustão nos solos agrícolas e até fenómenos naturais, como os vulcões, poeiras ou incêndios naturais.
Sobre estes últimos poluentes, nomeadamente o PM10 e o PM25, Anabela Santiago, técnica superior da Divisão de Saúde Ambiental e Ocupacional da Direcção-Geral da Saúde, sublinhou a importância de haver informação disponível para que os riscos possam ser comunicados às autoridades de saúde. "Era importante conjugarmos esforços no sentido de termos informação relativamente a outros poluentes, com um sistema de previsão para que possamos atempadamente fazer os alertas", referiu. Francisco Ferreira concordou que "a antecipação de informação preventiva é muito importante."
Mas há muito mais a ser feito. A Associação Zero apresentou algumas recomendações. "Tudo o que sejam medidas de acalmia de tráfego são essenciais", referiu Francisco Ferreira, exemplificando com a redução da velocidade, o incentivo ao transporte colectivo, desde a promoção de um sistema contínuo de shuttle para as unidades até à redução da dimensão do parque de estacionamento e da implementação de pagamento.
Numa perspectiva futura, Anabela Santiago defendeu que questões como a qualidade do ar e o ruído têm de ser tidas em conta nas escolhas de novas localizações para unidades de saúde. "É fundamental o planeamento urbano e em saúde" e uma ligação aos transportes.
João Queiroz e Melo, que também participou no debate, acrescentou que, "só neste século, se começou a ligar a saúde e o ambiente." Para o vice-presidente do Conselho Português para a Saúde e Ambiente, é essencial tanto as pessoas individualmente no seu dia-a-dia como os decisores "mudarem de atitude".
O cardiologista deu inúmeros exemplos de mudanças de comportamento, como abrir as cortinas em vez de acender luzes em dias de sol ou optar por pulseiras de identificação dos doentes que pesam 3 gramas e não as de 5 ou 8 gramas. "Em Portugal são usadas pelo menos 8 milhões [de pulseiras]. Se todos os hospitais tivessem as mais leves, poupavam-se 10 toneladas de plástico." É que, referiu, baseando-se em cálculos que realizou, "não só os gases de estufa, mas todos os outros impactos ambientais, são responsáveis por 10 mil YDL (a medida de morte precoce e incapacidade) por ano. Estamos a falar da terceira causa de mortalidade do país."
Tem de existir "uma visão holística" que envolve todos e que pode levar a mudanças, resumiu Francisco Ferreira para finalizar a sessão de apresentação: "Conseguir garantir que, do ponto de vista da envolvência paisagística, dos comportamentos, do uso do automóvel, da separação de resíduos, as unidades de saúde [são] um exemplo para transmitir a quem as frequenta e, acima de tudo, [servem como] uma salvaguarda da diminuição do risco de quem as frequenta."

Associação maçónica beneficia de isenções fiscais

Internato de São João fechou lar para meninas pobres há 12 anos. Mas mantém estatuto de IPSS e benefícios fiscais

José António Cerejo

Uma associação maçónica criada em 1862 e estreitamente ligada ao Grande Oriente Lusitano (GOL) encerrou em 2012 a única actividade de acção social que exercia – um lar para meninas pobres, cuja existência lhe valeu o estatuto de instituição particular de solidariedade social (IPSS) – e continua a não pagar o Imposto Municipal (IMI) sobre o seu valioso património imobiliário. Património esse que vale muitos milhões de euros, mesmo depois de ter vendido três edifícios por 7,3 milhões. A lei, porém, e a interpretação que a Autoridade Tributária (AT) dela faz, apenas isenta as IPSS do IMI relativo aos edifícios em que são exercidas as suas actividades. Neste caso, mantendo-se o estatuto de IPSS, tal isenção deveria incidir apenas sobre o palacete que serve de sede à instituição, devendo ser pago o IMI sobre os seis outros imóveis de que ainda é proprietária.

Designada Internato de São João (ISJ), com sede em Lisboa, a instituição beneficia ainda de outras isenções fiscais – relacionadas com o Imposto sobre o Rendimento Colectivo (IRC), com o imposto de selo e por vezes com o IVA – e de isenções de taxas municipais, por via do seu estatuto de IPSS cuja legalidade é discutível, atendendo ao facto de a actividade que há 30 anos lhe permitiu obter este estatuto ter cessado em 2012.

E de acordo com a lei, a cessação das "actividades necessárias à realização dos objectivos da acção social" destas instituições obriga a Segurança Social a cancelar oficiosamente, dois anos depois, o seu registo como IPSS. Em princípio, era isso que deveria ter acontecido neste caso, mas não aconteceu graças a uma peculiar e muito mal explicada posição do Instituto da Segurança Social (ver caixa). Não fosse essa posição do ISS, o ISJ teria perdido os benefícios que decorrem daquele estatuto, incluindo a isenção de IMI referente à sua sede. Em contrapartida, o Estado teria arrecadado impostos no valor de muitas dezenas, ou mesmo centenas de milhares de euros.

Isenção sem base legal

O património imobiliário da instituição, quase todo proveniente de antigos legados, é composto por seis valiosos imóveis em Lisboa – o amplo palacete da sua sede, três prédios de apartamentos e dois terrenos para construção em que pode construir uma unidade de saúde, lojas e 14 apartamentos – e uma moradia abandonada na Parede (Cascais). No conjunto, os sete imóveis que ainda detém possuem um Valor Patrimonial Tributável (VPT), calculado pelas Finanças e muito inferior ao valor de mercado, de quase 3,3 milhões de euros. Além destes, era proprietária de mais três edifícios que tinham um VPT de pouco mais de um milhão de euros e que vendeu desde 2017 por 7,3 milhões de euros.

Sendo certo que nunca pagou IMI, e sendo este imposto calculado com base no VPT, com uma taxa que em Lisboa ronda os 0,3%, a poupança acumulada só numa década, apenas no que respeita ao IMI, terá ultrapassado os cem mil euros.

No entanto, tal como resulta do artº 44 do Estatuto dos Benefícios Fiscais e da interpretação que dele é feita pela AT numa "informação vinculativa" de Julho de 2017, a isenção de IMI a que as IPSS têm direito só se aplica aos prédios destinados directamente à realização dos fins da instituição, "o que equivale a dizer que os prédios têm de estar, de facto, a ser utilizados como sede, delegações e serviços indispensáveis aos fins estatutários". Significa isso que só o edifício do antigo internato e da sua sede, na Travessa do Loureiro, no centro de Lisboa, devia estar isento de IMI, uma vez que a associação continua a ser oficialmente considerada IPSS.

Confrontada pelo PÚBLICO com esta leitura, a direcção do ISJ, presidida desde 2018 pelo major-general e comentador televisivo Agostinho Cos-

Segurança Social nega informação

O facto de uma associação ter cessado há 12 anos a actividade que lhe permitiu obter o estatuto de IPSS, substituindo-a pelo arrendamento de quartos a estudantes, obriga, ou não, a Segurança Social a retirar-lhe aquele estatuto? Desde Julho do ano passado, o Ministério do Trabalho e da Segurança Social e o Instituto da Segurança Social (ISS) não responderam a esta pergunta singela. O regulamento do registo das IPSS determina que tal registo "é cancelado oficiosamente sempre que se verifique o não exercício durante um período de dois anos das actividades necessárias à realização dos objectivos da acção social". O PÚBLICO dirigiu ao longo destes meses dezenas de *emails* ao gabinete da anterior ministra e ao ISS procurando esclarecer se, numa situação como a referida, o cancelamento do registo deveria ter ocorrido há uma dezena de anos. As escassas respostas obtidas foram sempre tardias, lacónicas e evasivas, continuando o ISS a fugir ao esclarecimento do assunto, mesmo depois de, em Dezembro, o PÚBLICO ter apresentado uma queixa (ainda pendente) à Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) por denegação do direito à informação. De concreto, apenas respondeu, em Janeiro, que, "neste momento, a Segurança Social não tem conhecimento de qualquer situação passível de eventual

cancelamento do registo da referida entidade [ISJ] como IPSS". Perante esta resposta, foi solicitado ao ISS que esclarecesse se cancelaria o registo de uma IPPS caso tivesse conhecimento de que ela tinha deixado de ter quaisquer utentes na sua única actividade de apoio à infância necessitada

NUNO FERREIRA SANTOS

há uma dúzia de anos, passando a arrendar quartos a estudantes do ensino superior. A resposta foi que "apenas pode responder a questões concretas". Mais tarde, já através da ERC, veio afirmar que, "caso fosse do conhecimento do ISS que uma IPSS não exerce, durante um período de dois anos, as actividades necessárias à realização dos objectivos de acção social a que se propôs nos estatutos (...) tal situação seria comunicada à entidade com competência para concluir pela continuidade ou cancelamento do registo", entidade essa que é a Direcção-geral da Segurança Social (DGSS). Embora, mesmo ao fim de 11 meses, não o expresse claramente, parece que o ISS entende que o ISJ continua a ser uma IPSS por ter alterado os seus estatutos em 2014, passando a ter entre os seus objectivos a "promoção e gestão de residências estudantis" — alteração cujo registo foi aceite pela DGSS. A ser assim, quererá dizer que, para o ISS e para a DGSS, o arrendamento de quartos a estudantes cumpre um "objectivo de acção social", mesmo que o rendimento das suas famílias não constitua um critério de admissibilidade. E mesmo que tal actividade não figure entre as 57 "respostas sociais" que integram os quatro capítulos de intervenção da acção social detalhadamente descritas num documento publicado em 2022 pela DGSS, com o título "Nomenclatura – Respostas Sociais".

ta, respondeu apenas, através do vogal Victor Marques, que "enquanto IPSS, o ISJ está isento do IMI nos termos do disposto sob o artº 44 do Estatuto dos Benefícios Fiscais".

Isenção controversa

Para lá da isenção de IMI sobre a sua sede, o facto de a Segurança Social continuar a qualificá-lo como IPSS serve também para que o ISJ se considere isento do pesado IRC relativo às mais-valias obtidas entre 2017 e 2021 com a referida venda de três edifícios em Lisboa e Tercena (Sintra), por cerca de 7,3 milhões de euros. O último a ser alienado foi um prédio com cinco pisos, situado na Baixa de Lisboa, no gaveto da Praça da Figueira com a Rua dos Condes de Monsanto, que rendeu 6,8 milhões de euros.

Estas isenções têm todavia suscitado dúvidas, dado que o n.º 3 do artº 10 do Código do IRC estabelece que elas não abrangem "os rendimentos empresariais ou industriais derivados de actividades desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários" das instituições. Em todo o caso, a maior parte dos fiscalistas ouvidos pelo PÚBLICO subscreve a ideia de que as mais-valias obtidas pelo ISJ estão isentas. Mas todos sublinham que isso só acontece se forem cumpridos os requisitos do mesmo n.º 3 do artº 10.º e, desde logo, se a instituição exercer efectivamente as actividades que justificaram o reconhecimento da sua utilidade pública, obtido automaticamente com o registo como IPSS. Aquela norma determina que estas isenções dependem do "exercício efectivo (...) de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da utilidade pública" e da afectação a esses fins, nos quatro anos seguintes, de pelo menos 50% dos rendimentos obtidos.

No que respeita ao ISJ, é duvidoso que esses requisitos estejam reunidos desde 2012, ano em que foi extinto o lar que justificou o reconhecimento da sua utilidade pública. Questionado sobre o assunto, o Internato respondeu tão-só, por escrito, que está isento daquele imposto "mormente no que se refere ao produto da venda do prédio de que era proprietário na Rua dos Condes de Monsanto, em Lisboa, sendo que o produto de tal venda está totalmente afecto à construção da Estrutura Residencial para Idosos (ERPI) na Parede (projecto já em curso) e mostrando-se observados todos os requisitos (...) do n.º 3 do artº 10.º do Código do IRC".

Quartos mantêm estatuto

De acordo com a portaria que regula o Registo das IPSS, o registo (e por conseguinte o estatuto) é cancelado sempre que se verifique "o não exercício, durante um período de dois anos, das actividades necessárias à realização dos objectivos da acção social". No entender do ISJ, tal nunca sucedeu, já que três anos depois do fecho do lar – que tinha apenas cinco utentes e era financiado pela Segurança Social – as suas instalações passaram a servir como residência de estudantes do ensino superior, com capacidade para 26 inquilinos. Para isso, uma alteração dos estatutos da instituição, efectuada em 2014, alargou o âmbito da sua actuação, que passou a incluir "a promoção e gestão de residências estudantis".

Embora qualificando a residência como uma solução "transitória", os sucessivos relatórios de gestão do ISJ apontam-na como a forma encontrada para "salvaguardar" a manutenção do estatuto de IPSS, considerando-a "uma forma de intervenção social concreta". O seu carácter social parece no entanto suscitar dúvidas até à direcção da associação, que se propõe, no relatório de 2021, "prosseguir as diligências destinadas à recuperação da função de intervenção social, como elemento identitário do ISJ". Mas dúvidas não tem Victor Marques, segundo o qual a instituição "apoia jovens carenciados que vêm estudar para Lisboa e têm ali acesso a uma habitação a preços que vão dos 275 aos 415 euros mensais".

Sobre a forma como são identificados os "jovens carenciados", afirma que "não há um critério específico de selecção", acrescentando que "quem chega primeiro tem vantagem". Todavia, por decisão da assembleia geral que em 2012 aprovou a criação da residência de estudantes, existe pelo menos um critério: privilegia-se a admissão de familiares dos associados. Segundo Victor Marques, está nessa condição "cerca de um terço" dos 24 residentes actuais. Na sua opinião, independentemente de os quartos serem ocupados por estudantes carenciados ou não, o que importa é que a Segurança Social, perante os relatórios que lhe são enviados e ela aprova, "entende, e bem" que a residência de estudantes "preenche os requisitos" para que o estatuto de IPSS seja mantido.

"Estudos e projectos"

De qualquer modo, salienta que a actividade do ISJ não se limita à residência, já que têm sido feitos "estudos e projectos" para construir a Estrutura Residencial para Idosos (ERPI) da Parede, criar um Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) para idosos e uma creche. Quanto à ERPI, o que está em curso é um concurso para a adjudicação da ampliação e adaptação de um edifício arruinado que o Internato tem há décadas no local. Segundo se lê no relatório de 2021, a instituição contava candidatar-se a uma "subvenção a fundo perdido" do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) "num montante que poderá atingir a verba de 2.141.700 euros". Por dificuldades burocráticas, a candidatura não foi apresentada em 2022, devendo sê-lo, de acordo com Vitor Marques, logo que o PRR abra novo concurso.

Relativamente ao SAD, o vogal do Internato disse ao PÚBLICO, em Dezembro, que foram celebrados dois protocolos com as freguesias de Santo António e de Arroios, vizinhas da sede da associação, com o objectivo de operacionalizar aquele serviço, e que "até ao fim de Janeiro" começariam a ser apoiados 25 idosos. No final desse mês, o presidente da Junta de Santo António, Vasco Morgado, confirmou ao PÚBLICO que há perto de um ano foi assinado um protocolo de intenções com o ISJ, mas acrescentou que "até agora eles não apresentaram nenhum projecto". Já a Junta de Arroios garante que não tem nenhum protocolo com a instituição. "Houve umas reuniões, mas não há nada de concreto. Não há nada formalizado", disse fonte oficial. No mês passado, os próprios serviços do ISJ informaram, por telefone, que a instituição não tem nenhum serviço de apoio a idosos. Quanto à creche de que fala Victor Marques, trata-se de uma ideia que o ISJ afirma pretender candidatar ao PRR e que, a ir por diante, ocupará um lote de 5000m2 que o ISJ adquiriu em condições especiais à Câmara de Lisboa e que tem abandonado em Marvila desde 2010.

Sem estatuto de IPSS, o Estado teria arrecadado impostos no valor de muitas dezenas ou centenas de milhares de euros

"Ética irrepreensível"

O ISJ é a mais rica, em termos de património, das três associações que integram o universo do GOL, a principal obediência maçónica do país, sendo as outras o Grémio Lusitano e a Sociedade Promotora de Escolas. De acordo com o Relatório de 2021, cuja apresentação é assinada por Agostinho Costa, o compromisso do ISJ consiste em "contribuir activamente, à sua dimensão, para o esbatimento das assimetrias da qualidade de vida experimentadas no país (...)" Tal compromisso, acrescenta, aposta "na prática de uma ética irrepreensível, tendo por base os valores da solidariedade, fraternidade e igualdade, articulados de forma convergente na defesa e promoção da dignidade humana."

No documento, o presidente da direcção salienta "o posicionamento do ISJ num ecossistema com natureza institucional específica, associada a interesses estratégicos muito particulares, atenta, sobretudo, a inquestionável condição do Grémio Lusitano enquanto entidade tutelar do legado histórico que suporta a existência do ISJ".

Acordo militar entre Rússia e Coreia do Norte deixa EUA em alerta

Norte-americanos estão "incrivelmente preocupados" com pacto de defesa mútua estabelecido entre Moscovo e o regime norte-coreano. Coreia do Sul admite fornecer armas à Ucrânia

Paulo Narigão Reis

A assinatura do acordo de cooperação militar entre a Rússia e a Coreia do Norte, esta semana, voltou a colocar a península coreana no centro da tensão geopolítica mundial, 70 anos depois da guerra que estabeleceu o Paralelo 38 como linha de demarcação entre as zonas de influência de Moscovo e de Washington.

Os EUA manifestaram-se ontem "incrivelmente preocupados" com a possibilidade de a Rússia fornecer armamento ao regime norte-coreano, dois dias depois de Vladimir Putin e Kim Jong-un terem assinado um pacto de defesa que prevê a assistência militar imediata e mútua em caso de ataque contra qualquer dos dois países, enquanto o embaixador russo na Coreia do Sul, Georgy Zinoviev, chamado pelo Governo de Seul, disse que quaisquer ameaças ou chantagem contra Moscovo por causa do estreitamento dos laços com a Coreia do Norte seriam "inaceitáveis".

Para deitar ainda mais achas para a fogueira da crescente tensão entre as duas Coreias, o Exército sul-coreano disse ter disparado tiros de aviso depois de soldados norte-coreanos terem atravessado, por momentos, a fronteira entre os dois países na quinta-feira, na que terá sido a terceira incursão neste mês.

Ao mesmo tempo, Kim Yo-jong, a poderosa irmã do líder norte-coreano, lançou uma ameaça velada de retaliação depois de activistas sul-coreanos, liderados pelo desertor norte-coreano Park Sang-hak, terem feito voar balões com panfletos de propaganda anti-Pyongyang através da fronteira.

Ontem, o secretário de Estado norte-americano, Antony Blinken, e o ministro dos Negócios Estrangeiros da Coreia do Sul, Cho Tae-yul, afirmaram que o tratado entre a Rússia e a Coreia do Norte representa uma "séria ameaça" à paz e à estabilidade na península coreana. Blinken afirmou mesmo que os EUA iriam considerar "várias medidas" em resposta ao pacto estabelecido entre Putin e Kim.

Para além do fornecimento mútuo de armamento convencional, os EUA estão também preocupados com o apoio tecnológico e científico que a Rússia poderá fornecer à Coreia do Norte para acelerar o desenvolvimento do programa nuclear, proibido por resoluções das Nações Unidas, e que é visto como uma das maiores ameaças à segurança do continente asiático.

No próximo mês, o Presidente norte-americano Joe Biden, o primeiro-ministro japonês Fumio Kishida e o Presidente sul-coreano Yoon Suk-yeol deverão encontrar-se para uma cimeira em que os EUA deverão reafirmar o seu compromisso com a dissuasão alargada, o chamado "guarda-chuva nuclear" com que protegem os seus aliados asiáticos. Mas a possibilidade de cooperação entre Moscovo e Pyongyang junta uma nova ameaça neste capítulo em particular.

"O Presidente dos Estados Unidos terá de pensar não só nas armas nucleares da Coreia do Norte, mas também nas armas nucleares da Rússia, pelo que podemos prever uma situação em que a dissuasão alargada dos Estados Unidos seja enfraquecida", afirma Tetsuo Kotani, professor de estudos globais na Universidade Meikai, citado pelo *Washington Post*.

REUTERS

O acordo assinado por Putin e Kim de defesa prevê a assistência militar imediata e mútua em caso de ataque contra qualquer um dos dois países

Armas de Seul para Kiev

Também ontem, o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, avisou que a Rússia deve respeitar as sanções impostas pela ONU à Coreia do Norte. "Existem sanções aprovadas pelo Conselho de Segurança em relação à Coreia do Norte, que devem ser integralmente respeitadas", afirmou Guterres.

À preocupação do Ocidente e da Coreia do Sul com o acordo militar entre Moscovo e Pyongyang, a Rússia contrapôs outra inquietação: a possibilidade, já admitida, de Seul vir a fornecer armas à Ucrânia.

Durante a sua visita ao Vietname, na quinta-feira, o Presidente russo Putin afirmou que o fornecimento de armas a Kiev seria "um erro muito grande", dizendo que a Coreia do Sul "não se deve preocupar" com o acordo assinado com Kim se não estiver a planear uma agressão contra Pyongyang.

"Aqueles que enviam mísseis para a Ucrânia pensam que não estão a lutar contra nós, mas eu disse, incluindo em Pyongyang, que nos reservamos o direito de fornecer armas a outras regiões do mundo, tendo em conta os nossos acordos", disse Vladimir Putin.

A Coreia do Sul já forneceu ajuda humanitária e outros apoios à Ucrânia, ao mesmo tempo que se associou às sanções económicas contra Moscovo. Mas, até agora, o fornecimento directo de armamento estava fora dos planos de Seul, ao abrigo de uma política de longa data de não fornecer armas a países activamente envolvidos em conflitos.

Segundo a agência noticiosa sul-coreana Yonhap News, o Governo de Seul já terá inventariado o armamento que poderia enviar para a Ucrânia, com os obuses de artilharia de 155mm no topo da lista, com um *stock* estimado em mais de três milhões de unidades. De acordo com a mesma agência, a redução no seu armazenamento não preocupa a Coreia do Sul, já que o vizinho do Norte terá visto o seu próprio *stock* ficar consideravelmente reduzido com o envio para a Rússia de mais de quatro milhões de obuses.

Exército israelita intensifica ofensiva em Rafah

Sofia Lorena

À violência e à falta de alimentos na Faixa de Gaza junta-se o calor e a falta de material médico essencial

Em Gaza, não há dias fáceis, muito menos noites. Ontem voltou a ser um dia especialmente difícil, pior do que os anteriores, com as Forças de Defesa de Israel a atacarem diferentes zonas da cidade de Rafah, onde se envolveram em combates com o Hamas, mas também tendas de deslocados em Masawi — a localidade beduína um pouco a norte, para onde fugiram muitas das centenas de milhares de pessoas que têm saído de Rafah. Houve ainda ataques em vários bairros da Cidade de Gaza (incluindo um contra a sede do município) e em Nuseirat, um campo de refugiados no centro do enclave.

"A noite passada foi uma das piores noites em Rafah ocidental: *drones*, aviões, tanques e barcos de guerra bombardearam a zona. Sentimos que a ocupação está a tentar completar o controlo da cidade", disse à Reuters Hatem, 45 anos. "Estão a sofrer ataques pesados da resistência [Hamas], o que pode estar a atrasá-los", sugeriu este habitante da cidade onde as IDF entraram no início de Maio.

Já durante o dia, e de acordo com a Al-Jazeera, os tanques israelitas avançaram na mesma direcção, disparando contra um campo improvisado e matando pelo menos 18 pessoas. Segundo o Ministério da Saúde (controlado pelo Hamas, mas com funcionários do tempo da Fatah), o último balanço do ataque em Mawasi era de 25 mortos e 50 feridos. A mesma Al-Jazeera relata que na Cidade de Gaza os raides contra casas e prédios residenciais fizeram dezenas de mortos.

O alto representante da União Europeia para a Política Externa e a Segurança, Josep Borrell, lembrou que a ofensiva de Israel continua "apesar das ordens vinculativas do Tribunal Internacional de Justiça das Nações Unidas" para que esta fosse suspensa, numa deliberação do mês passado. Na altura, Borrell sublinhou que "pôr em prática todas as deliberações do TIJ, que é um organismo fundamental da ONU e cujas decisões têm obrigatoriamente de ser cumpridas pelos Estados-membros da ONU", era algo que a UE exigia do Governo de Benjamin Netanyahu.

No final de um encontro com o ministro dos Negócios Estrangeiros jordano, Borrell manifestou igualmente a sua "séria preocupação" com o bloqueio à entrada de ajuda humanitária que permita atenuar os efeitos da "catástrofe em Gaza", assim como com o facto de o Hamas manter 120 reféns em seu poder.

DAWOUD ABU ALKAS/REUTERS

Ataque em Mawasi causou pelo menos 25 mortos e 50 feridos

Para além da falta gritante de alimentos, os Médicos Sem Fronteiras (MSF) avisaram que estão a ficar sem medicamentos e equipamentos essenciais, já que desde o fim de Abril que não conseguem fazer entrar nada do que precisam em Gaza. Segundo explicou Guillemette Thomas, coordenadora dos MSF na Palestina, ao mesmo tempo que tem "pacientes com queimaduras graves e fracturas abertas sem dispor sequer de analgésicos suficientes para aliviar o seu sofrimento", a ONG tem "seis camiões com 37 toneladas de provisões à espera desde 14 de Junho no lado egípcio da passagem de Kerem Shalom".

Em vez de "entrarem em Gaza onde são precisos para salvar vidas, estes camiões estão em fila, bloqueados, com outros 1200 camiões que esperam para passar", sublinhou Thomas.

Para piorar a situação, a Organização Mundial de Saúde avisou que o aumento das temperaturas — em conjunto com as "deslocações maciças" de pessoas que têm ocorrido nas últimas semanas — está a agravar os problemas de saúde. "Temos contaminação da água por estar quente, e teremos muito mais deterioração dos alimentos por causa da alta temperatura. Vamos ter mosquitos e moscas, desidratação e insolação", exemplificou Richard Peeperkorn, representante da OMS para Gaza e para a Cisjordânia.

Candidato de extrema-direita agredido durante acção de campanha eleitoral em França

Atacantes vestidos de preto agrediram um candidato de extrema-direita na campanha antes das eleições parlamentares antecipadas em França, disse a polícia. Um outro político francês viu o seu nome escrito em ameaças de morte pintadas num muro de pedra, em mais um eco da violência contra políticos na Alemanha e noutros locais da Europa.

Hervé Breuil, candidato do partido da União Nacional (UN) de Marine Le Pen, foi alvo de um ataque na quinta-feira enquanto fazia campanha na cidade industrial de Saint-Etiénne, perto de Lyon, no centro de França. Os seus agressores vestiam-se de preto e usavam máscaras nos rostos, disseram os porta-vozes da polícia e das autoridades locais.

O *Figaro*, porém, cita fontes do Ministério Público que se referem a "um tumulto, insultos e salpicos de água e farinha", que ocorreram por volta das 11h30 num mercado próximo da Bolsa de Trabalho, sem se referir a agressões físicas directas, acrescentando apenas que foi aberta uma investigação pela polícia. Questionado pela AFP, Hervé Breuil, de 70 anos e candidato no 2.º círculo eleitoral do Loire, afirmou ter sido "atacado" por "um grupo de indivíduos mascarados" . Segundo um activista que o acompanhava, os alegados agressores eram "quatro, [...] todos vestidos de preto", e teriam actuado no âmbito de "um ataque coordenado, precedido de reconhecimento". Breuil disse ter sido levado a um pronto-socorro onde foi submetido a exames.

Le Pen culpou o que chamou "extremistas de extrema-esquerda" pelo ataque contra Breuil. "Uma campanha eleitoral em democracia não pode permitir actos de violência extrema como estes, levados a cabo por uma extrema-esquerda que está disposta a tudo para semear o caos", declarou Le Pen na rede social X. A UN decidiu suspender a campanha no círculo eleitoral onde ocorreu o incidente.

Ontem, o deputado cessante do grupo parlamentar Liberdades, Independentes, Ultramar e Territórios, Pierre Morel-À-L'Huissier, denunciou na rede social X ter sido alvo de uma ameaça de morte, publicando a foto da mensagem "morte a Huissier" escrita em letras enormes numa parede de pedra. "Há anos que denuncio o aumento da violência em França. Lozère [a sua região], portanto, não é poupada. Qualquer ataque contra os candidatos e representantes eleitos da República é inaceitável!", escreveu.

A agressão a Hervé Breuil mostra que a atmosfera política em França está a endurecer

Os atentados contra personalidades políticas, na sua maioria presidentes de câmara e vereadores, não param de aumentar em França. Registaram-se 2387 agressões físicas e verbais nos primeiros nove meses de 2023, em comparação com 2265 durante todo o ano de 2022.

China ameaça "separatistas obstinados" de Taiwan

Novas directrizes de Pequim não se aplicam porque os tribunais chineses não têm jurisdição sobre a ilha

A China ameaçou ontem impor a pena de morte em casos extremos para separatistas "obstinados" da independência de Taiwan, apesar de os tribunais chineses não terem jurisdição na ilha democraticamente governada. A China, que considera Taiwan como o seu próprio território, não fez segredo da sua aversão ao Presidente Lai Ching-te, que tomou posse no mês passado, dizendo que ele é um "separatista", e organizou jogos de guerra pouco depois da sua tomada de posse.

De acordo com a agência noticiosa estatal chinesa Xinhua, as novas directrizes dizem que os tribunais, os procuradores e os organismos de segurança pública e estatal da China devem "punir severamente os defensores da independência de Taiwan por dividirem o país e incitarem a crimes de secessão, de acordo com a lei, e defender resolutamente a soberania nacional, a unidade e a integridade territorial".

As directrizes estão a ser emitidas em conformidade com as leis já em vigor, incluindo a lei anti-sucessão de 2005, disse a Xinhua. Esta lei dá à China a base legal para uma acção militar contra Taiwan, se esta se separar ou estiver prestes a fazê-lo.

Sun Ping, um funcionário do Ministério da Segurança Pública da China, disse aos jornalistas em Pequim que a pena máxima para o "crime de secessão" era a pena de morte. "A espada afiada da acção judicial estará sempre em alta", disse.

O Governo de Taiwan não respondeu de imediato, tendo um funcionário dito à Reuters que ainda estava a digerir o conteúdo das novas directrizes. Lai tem-se oferecido repetidamente para manter conversações com a China, mas estas têm sido recusadas. Ele diz que só o povo de Taiwan pode decidir o seu futuro.

A China já anteriormente tomou medidas legais contra funcionários taiwaneses, incluindo a imposição de sanções a Hsiao Bi-khim, antiga embaixadora de facto de Taiwan nos EUA e actual vice-presidente da ilha. Tais castigos têm poucos efeitos práticos, uma vez que os tribunais chineses não têm jurisdição em Taiwan, cujo Governo rejeita as reivindicações de soberania de Pequim.

Um mundo, duas ordens internacionais rivais

Análise

José Pedro Teixeira Fernandes

MICHAEL BUHOLZER/POOL/EPA

1. A Conferência para a Paz na Ucrânia de 15 e 16 de Junho foi um espelho do mundo em 2024. Cerca de uma centena de Estados e organizações internacionais estiveram presentes. É politicamente notável. Foi um grande sucesso diplomático ter conseguido reunir tantos participantes importantes na conferência. Mas perto de uma centena de Estados esteve ausente. Foi também quase meio mundo. Então foi um insucesso diplomático não ter o resto do mundo nessa reunião (Rússia à parte).

As duas imagens são contraditórias e parcialmente verdadeiras. Traduzem o mundo na sua complexidade actual. Permitem construir discursos de sucesso, ou de fracasso, consoante as perspectivas sobre a guerra e a paz na Ucrânia, a agressão militar da Rússia ao seu vizinho e as condições a incluir em futuras negociações entre os beligerantes. Tais divisões e contradições são ainda um reflexo das lutas de poder e impasses em torno da ordem internacional. A ordem internacional liberal que se tornou quase global após o final da Guerra Fria — ocorrido entre 1989 (queda do muro de Berlim) e 1991 (fim da União Soviética) — está sob contestação e retrocesso.

O que leva a colocar uma questão crucial: o mundo a que estávamos habituados nos últimos 30 anos e que convergia, ou parecia convergir, para uma ordem internacional liberal (global) foi o resultado de uma notável evolução da humanidade, ou foi antes uma anomalia histórica devido a um extraordinário pico de poder do Ocidente?

2. Há uma predisposição para os ocidentais verem o mundo como uma notável evolução dos valores da humanidade. E para subestimarem o papel do poder na sua expansão. A ideia de uma ordem internacional global assente em concepções universalistas do ser humano encaixa bem no quadro mental ocidental. Interage com uma antiga e profunda tradição intelectual de universalismo. Pensar o ser humano numa lógica universal impregna a cultura ocidental. A marca universalista tem a sua génese no cristianismo e transitou integralmente para o secularismo. A sua formulação contemporânea são os direitos humanos e a democracia liberal que emergiram no Ocidente a partir de finais do século XVIII.

Neste século XXI, o universalismo ocidental adquiriu crescentes tonalidades multiculturais. Metamorfoseou-se num universalismo liberal multicultural que vê as minorias de género, religiosas, étnicas, sexuais e outras como dispondo de direitos universais. Estes impõem-se aos Estado soberanos. (Ironia: a soberania política moderna é uma criação ocidental, agora repudiada em nome desses valores). Esta é a visão do mundo que impregna o *homo occidentalis*. É o substrato ideológico profundo da ordem internacional liberal. Torna natural um triplo papel que o Ocidente atribuiu, a si próprio, nos últimos séculos, e que projectou nas organizações internacionais e instituições criadas nas mais diversas áreas (Nações Unidas, Declaração Universal dos Direitos Humanos, Tribunal Internacional de Justiça, Tribunal Penal Internacional — TPI, Fundo Monetário Internacional — FMI, Organização Mundial do Comércio — OMC, etc.).

Esse papel consiste no seguinte: (i) ser missionário (expandir tais valores globalmente, primeiro os do cristianismo, depois os seculares liberais democráticos e dos direitos humanos); (ii) ser polícia (perseguir, usando a força sempre que necessário, os infractores dos mesmos); (iii) e ser juiz (levar os transgressores à justiça, punindo-os). Está de tal forma enraizado na mente do *homo occidentalis* que este tem imensa dificuldade (e horror) em imaginar um mundo diferente.

> **Não é surpreendente que uma outra ordem internacional (aos olhos do Ocidente uma desordem) esteja a ser erigida pelos mais contestatários**

3. Todavia, a ordem liberal internacional é sustentada não só de forma benigna, pelo *soft power* (poder de sedução, poder das ideias), como, de forma bem mais contundente e interventiva, pelo *hard power* (poder militar, poder de coerção), desde logo da maior potência ocidental e mundial — os EUA. Qualquer observador atento do mundo de hoje pode verificar que está em retrocesso quanto à sua penetração global. Todavia, essa ambição de globalidade não data verdadeiramente de 1945, após o final da Segunda Guerra Mundial (essa é a mitologia). Foi aí que a grande maioria das organizações internacionais e instituições liberais, anteriormente referidas, foi criada.

Na altura, era vista como um ideal num mundo dividido em esferas de influência, mundo com o qual o Ocidente coexistiu bem durante longas décadas. A procura da globalidade foi algo que surgiu mais tarde, na transição dos anos 1980 para os anos 1990, pelo súbito colapso da União Soviética e pelo vazio de poder deixado no mundo. Aspecto a reter: comparativamente a 1989 (ou seja, ao período da Guerra Fria), a ordem liberal internacional de hoje tem provavelmente ainda mais penetração no mundo do que quando este se encontrava dividido pelas esferas de influência soviética e americana. Na Europa, por exemplo, há bem mais democracias liberais e os alargamentos da União Europeia — impossíveis no passado pela "cortina de ferro" — demonstram essa realidade. O que se está a perder, nitidamente, é o excepcionalismo da influência e do poder global do Ocidente (EUA) dos últimos 30 anos.

4. Não é surpreendente que uma outra ordem internacional (aos olhos do Ocidente uma desordem) esteja a ser erigida pelos mais contestatários. Nem que aquele Estado que mais poder e influência perdeu com o ruir das esferas de influência — a Rússia — seja o seu arauto mais estridente e agressivo. Mais uma vez, a guerra na Ucrânia mostra o estranho mundo onde vivemos. Com o seu enorme apoio político, militar e financeiro à Ucrânia, o Ocidente impediu que a Rússia controlasse todo o território do Estado vizinho e o colocasse na sua esfera de influência, como era o objectivo militar inicial russo.

As inúmeras sanções aplicadas estão também a provocar danos significativos na economia russa. Um dano muito visível está a ser sofrido pela Gazprom. Os enormes lucros que a venda de gás natural aos europeus proporcionava ao orçamento do Estado russo transformaram-se em pesados prejuízos. Mas isso não deu, até agora, uma vitória total e decisiva à Ucrânia e ao Ocidente.

Fechou-se, com estrondo, na cara de Vladimir Putin, a janela russa para o mundo exterior euro-ocidental (nos anos 1990 provocaria asfixia total). Mas a janela para o mundo oriental, que abre para a imensidão da Ásia, onde há Estados cada vez mais prósperos economicamente, e também poderosos em termos militares, continua aberta. Aí a ordem liberal internacional nunca se enraizou. Agora, torna-se cada vez mais evidente que foi ignorada e afastada. O que parece ser claro nesta altura é que o ciclo de excepcionalismo de poder e influência do Ocidente, ao nível global, atingiu o seu limite. Agora recua. Mas isso não significa que o Ocidente deixou de ser, pelo menos para já, o poder mais importante no mundo. Não tem é a capacidade de se impor globalmente como já teve (e isso importa).

5. É inequívoco que há já uma ordem internacional rival em instalação em partes do mundo. Pelo menos na imensidão interior da Ásia está praticamente fora do alcance do Ocidente. Atrai dezenas de Estados que preferem os privilégios da soberania clássica e alguns, como a Rússia, as prerrogativas costumeiras das grandes potências (esferas de influência). Une-os a rejeição de interferências externas, desde logo ligadas aos direitos humanos e à democracia liberal. Permite a Vladimir Putin viajar no mundo exterior (China, Irão, Coreia do Norte e Vietname) e obter apoios, ignorando sanções e mandados de captura do TPI.

Sem grande surpresa, os Estados pária da ordem internacional liberal — Coreia do Norte e Irão — são grandes ganhadores, incluindo na sua ambição nuclear. Mas essa é apenas a ponta mais visível e belicosa da transformação em curso. Na instalação de uma ordem internacional rival, a Rússia faz o trabalho sujo. Mas não nos iludamos: o propulsor maior é a China, com o seu enorme poder no comércio e na economia global, que se traduz, cada vez mais, em poder político-militar. A Conferência para a Paz na Ucrânia mostrou o poder do Ocidente. Paradoxalmente, também as suas fraquezas. Não foi por acaso que vários Estados do Sul Global — Brasil, Índia, África do Sul, Arábia Saudita e outros — se distanciaram da declaração final que condenava a Rússia nos termos em que o Ocidente se revê. Todos esperam ganhar com uma ordem internacional rival, com vários centros de poder e regras, onde o Ocidente ficará limitado a ser (apenas) mais um. A tragédia da Ucrânia é que a sua geografia transformou-a no terreno mais brutal desta luta de titãs.

Investigador do IPRI-Nova — Universidade Nova de Lisboa

CP transportou mais passageiros em 2023 mas teve menos receitas

Tarifário mais barato nos passes mensais e greves que penalizaram os comboios de longo curso explicam evolução contrária da procura e da receita, naquele que foi o segundo ano consecutivo de lucros

Carlos Cipriano

NUNO FERREIRA SANTOS

Em 2023, a CP transportou mais 25 milhões de passageiros do que em 2022, mas os seus proveitos diminuíram em 8,4 milhões de euros. Este paradoxo resulta da implementação do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART), que provocou uma forte procura por títulos mensais, agora mais baratos, sobretudo nos serviços urbanos da Grande Lisboa e no Regional. Ou seja, a CP transportou mais passageiros e, sobretudo, transportou mais vezes os mesmos passageiros, sem que daí adviesse um aumento da receita.

Também a oferta do Passe Ferroviário Nacional em Agosto passado, que permite viajar em todos os comboios regionais por 49 euros por mês, contribuiu para o aumento da procura sem que a CP tivesse recebido qualquer compensação por isso.

Por outro lado, as greves que ocorreram no primeiro semestre do ano passado afectaram a quebra de receitas precisamente no serviço mais rentável – o Longo Curso, composto pelos Alfas e Intercidades, que perderam 329 mil passageiros face a 2022 (-6%).

O relatório e contas da CP de 2023 diz que, entre Janeiro e Julho desse ano, "foram suprimidos por motivo de greve mais de 31 mil comboios, o que equivale a 7% do total dos comboios programados". As greves, convocadas por sindicatos da CP e da IP, foram responsáveis por 90% do total de supressões de comboios registadas em 2023.

É tudo isto que explica por que motivo a transportadora pública reduziu as suas receitas de 255,7 para 247,4 milhões de euros, quando viu aumentar a procura de 148 para 173,3 milhões de passageiros.

Só Lisboa cresceu

Mas mesmo este aumento de 17% no número passageiros – que a empresa ostentou orgulhosamente num comunicado recente – esconde uma realidade profundamente antagónica. Na realidade, a CP perdeu clientes nos Suburbanos do Porto e Coimbra (-3,2%), no Regional (-0,1%) e sobretudo no Longo Curso (-6%), num total de um milhão de passageiros. Mas o extraordinário aumento da procura dos Suburbanos de Lisboa em 26,2 milhões de passageiros (mais 23,7% do que em 2022) - num contexto também marcado por recordes no número de turistas a circular por Lisboa - tornou residual a descida dos outros serviços, transformando um desempenho sofrível num aparente bom resultado.

E é um bom resultado apenas aparente porque, na realidade, os 329 mil passageiros que a CP perdeu nos serviços Alfa Pendular e Intercidades eram os que faziam viagens mais longas e os que proporcionavam maiores proveitos. Em contrapartida, comboios suburbanos nas linhas de Sintra, Azambuja e Cascais, congestionados, a abarrotar de clientes que beneficiam de títulos sociais (pelos quais a empresa não é ressarcida pelo Estado), dão poucas receitas (e provocam muitas reclamações por quem viaja em carruagens sobrelotadas).

Os 329 mil passageiros que a CP perdeu nos serviços Alfa Pendular e Intercidades eram os que proporcionavam maiores proveitos à empresa

A oferta do Passe Ferroviário Nacional em Agosto passado contribuiu para o aumento da procura sem que a CP tivesse recebido qualquer compensação por isso

Lucros pelo segundo ano

Em 2023, a empresa fechou as suas contas com 3,6 milhões de euros de lucros, um valor inferior aos 9,2 milhões do ano anterior. Os dois anos com lucros foram inéditos e só possíveis por a empresa estar agora vinculada a um contrato de serviço público assinado com o Estado onde constam as prestações a que se obriga e as devidas compensações financeiras.

Do ponto de vista financeiro, o ano passado foi histórico devido à substancial redução da dívida pública da CP, que passou de 2,1 mil milhões de euros para apenas 202 milhões, libertando a empresa dos pesados encargos financeiros a que estava obrigada por uma dívida de muitas décadas provocada pela ausência de financiamento do accionista (Estado).

A frota da CP manteve-se sem alterações no número de automotoras eléctricas (195) e automotoras a diesel (49), tendo registado um aumento de uma locomotiva a diesel e outra eléctrica, bem como de 12 carruagens. Todos estes veículos, porém, resultaram da recuperação de material que estava encostado ou das carruagens que a CP comprou à Renfe em segunda mão.

A dificuldade na compra de comboios novos é evidenciada na rubrica investimentos, com a CP a reconhecer que os investimentos realizados (42,4 milhões) só corresponderam a 25% do previsto (173,2 milhões). A principal razão deste desvio foi a aquisição prevista de 117 automotoras para serviço urbano e regional, para a qual a empresa tinha previstos 102,7 milhões de euros e cuja decisão foi impugnada pelos concorrentes preteridos.

Outro investimento ainda não concretizado foi o da compra de máquinas de venda automática de bilhetes devido a "atrasos na autorização, no concurso e no fornecimento" (dificuldades próprias de uma empresa do Estado devido às regras da contratação pública).

O relatório e contas refere ainda que em 2023 a empresa tinha 3727 trabalhadores ao seu serviço, menos 14 do que no ano anterior.

Economia

Preços das casas desaceleram e aumentam 7% no arranque do ano

Rafaela Burd Relvas

Mercado está a contrair-se, com o número de vendas e o montante transaccionado em queda, de acordo com os dados do INE

Os preços das casas estão a crescer a um ritmo cada vez menos acelerado, mas, ainda assim, continuam a aumentar. No arranque deste ano, verificou-se uma subida de 7%, a menor taxa de variação registada em três anos, ao mesmo tempo que o mercado continuou a contrair-se, com uma queda tanto no montante total transaccionado como no número de vendas concretizadas, que foi o mais baixo desde 2020.

Os dados foram divulgados, ontem, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), que dá conta de que, no primeiro trimestre de 2024, o índice de preços da habitação aumentou em 7% face a igual período do ano passado, uma taxa de variação homóloga que fica abaixo daquela que tinha sido registada no trimestre anterior, de 7,8%. Desde meados do ano passado que o crescimento dos preços da habitação tem vindo a abrandar, sucessivamente, a cada trimestre.

Também em cadeia se verifica uma desaceleração evidente e, no arranque deste ano, os preços ficaram praticamente estagnados: no período em análise, a taxa de variação dos preços da habitação foi de 0,6% em relação ao trimestre anterior. Aliás, há já um segmento do mercado que está em queda: considerando apenas os alojamentos novos, o índice de preços registou uma diminuição de 0,8%, enquanto nos alojamentos existentes se verificou uma subida de 1,1%.

MIGUEL MANSO

Nos alojamentos novos verificou-se uma queda de 0,8% do índice

Preços das casas mantiveram a desaceleração verificada há vários trimestres

Estes valores são registados num período em que se venderam 33.077 casas em Portugal, por um montante total de cerca de 6,7 mil milhões de euros, números que correspondem a quedas de 4,1% e de 1,8%, respectivamente, em relação ao primeiro trimestre de 2023. Os dados do INE mostram, ainda, que este número de casas vendidas é o mais baixo, num só trimestre, desde o segundo trimestre de 2020, período em que teve início a pandemia de covid-19. Se se excluir o período de pandemia, quando uma parte significativa da actividade económica esteve paralisada, é preciso recuar até 2017 para encontrar um período com um número menor de venda de casas.

Também o montante total transaccionado está a cair, apesar de os preços continuarem a aumentar, o que reflecte a contracção acentuada do mercado: já desde o final de 2022 que as vendas e o valor transaccionado têm vindo a cair, todos os trimestres, em relação ao período homólogo. O valor agora registado, de 6,7 mil milhões de euros, é o mais baixo desde o início de 2021.

Algarve e Madeira derrapam

O comportamento do mercado não foi, contudo, idêntico em todo o país. Enquanto regiões como o Norte, o Centro ou Setúbal ainda registaram crescimentos, no Algarve e na Madeira as quedas de vendas e de valor comercializado foram superiores a 20%.

A península de Setúbal foi a região que mais resistiu à tendência do mercado como um todo. Aqui, venderam-se 3125 casas durante o primeiro trimestre, um crescimento superior a 1% em relação a igual período do ano passado, ao mesmo tempo que o valor transaccionado aumentou em 5%, totalizando perto de 630 milhões de euros.

Segue-se o Norte, onde o número de vendas ficou praticamente inalterado, com uma taxa de variação de 0,08%, mas o valor transaccionado cresceu quase 5%, à boleia da subida dos preços, totalizando quase 1,7 mil milhões de euros. Esta região passa, assim, a representar 25% do valor do mercado imobiliário residencial.

Já na Grande Lisboa, principal região do país no que diz respeito ao montante transaccionado, não houve uma tendência definida: apesar da queda de 5% no número de vendas, o aumento dos preços foi suficiente para que o valor global comercializado ainda tenha aumentado em quase 1%, totalizando mais de 2,1 mil milhões de euros, o equivalente a quase um terço do montante total a nível nacional.

Em sentido contrário, o Algarve registou quedas acentuadas. O número de vendas caiu mais de 25%, para o valor mais baixo desde o início da pandemia, enquanto o valor transaccionado recuou cerca de 22%, para 733 milhões de euros, um mínimo dos últimos três anos.

O mesmo aconteceu na Madeira, onde o número de vendas caiu em mais de 22% e o volume total transaccionado diminuiu em quase 18%, para cerca de 160 milhões de euros.

Tiago Oliveira rejeita qualquer “fechamento” da CGTP

O secretário-geral da CGTP, Tiago Oliveira, rejeitou qualquer “fechamento” da central sindical ou “domínio sectário” por parte do PCP, garantindo que “melhor funcionamento democrático” interno “é impossível”.

“O funcionamento democrático da central é este que está à vista de toda a gente: 147 pessoas que estão no conselho nacional e que definem as orientações; dezenas de sindicatos que estão filiados na CGTP, que todos os dias estão presentes com os trabalhadores, lado a lado, no local de trabalho. Melhor funcionamento democrático do que este é impossível”, afirmou o líder da central sindical em declarações à agência Lusa.

Tiago Oliveira reagiu assim a um manifesto assinado por 34 ex-dirigentes da CGTP, afectos ao PS, ao Bloco de Esquerda e alguns ao PCP, alertando para a “ausência de respostas” da central sindical aos novos problemas e desafios dos trabalhadores e acusando-a de “deriva sectária”, “falta de transparência” e “duvidosa representatividade”.

“Quando precisamos de redes, cooperação e solidariedade europeia, vemos uma prática isolacionista que em nada beneficia uma resposta eficiente do todo sindical, que, além das diferenças, que existem, precisa de unidade na acção. Quando se impõe ousadia e compromisso, renovação e inovação sindical, temos uma deriva sectária, falta de transparência, duvidosa representatividade, burocracia sindical ao serviço de estratégias alheias e negacionismo da sua própria crise”, lê-se num comunicado agora divulgado.

Contrapondo que “quem faz esse tipo de observação [...] terá de responder por ele e explicar o porquê”, o líder da CGTP recorda que, no último congresso da central, em Fevereiro, “foram dados números concretos” que atestam a força da organização: “Em quatro anos, sindicalizámos 110 mil novos trabalhadores. Temos, neste momento, mais de meio milhão de trabalhadores associados da CGTP, o que quer dizer que somos a maior organização social do país”, salientou. Em termos líquidos, de acordo com os dados do último congresso, a CGTP tinha 562,5 mil sindicalizados, o que representa um aumento de 1% face aos 556 mil identificados em 2020, mas fica aquém dos 763 mil sindicalizados em 1999.

Tiago Oliveira, líder da CGTP

Referindo-se à “semana de luta” organizada pela CGTP desde quinta-feira até dia 27, com “centenas de iniciativas a decorrer de norte a sul do país”, Tiago Oliveira afirma que “é um reflexo daquilo que é a intervenção diária e concreta da CGTP”, apenas possível porque se trata de “uma central que está diariamente nos locais de trabalho” e é “conhecedora profunda dos problemas dos trabalhadores”.

Sustentando que “este caminho que caracteriza a CGTP, de permanência constante nos locais de trabalho, refuta” todas as acusações feitas ao funcionamento da central, Tiago Oliveira garante que “os trabalhadores têm profundo conhecimento disso”.

No manifesto ontem divulgado, os ex-membros da comissão executiva e do conselho nacional consideram que a CGTP que saiu do último congresso “adoptou um ainda maior fechamento”, ao deixar de ter nos seus órgãos executivos “quem, pela sua representatividade e presença activa nos locais de trabalho, tem de ser tido em conta e assumir um papel mais relevante na condução da luta que é de todos”.

Para os signatários, “a composição político-partidária da direcção da CGTP não tem hoje autonomia nem correspondência com a realidade sociopolítica em terreno laboral”, sofrendo a central sindical “o domínio e controlo de uma força partidária”. **PÚBLICO/Lusa**

Segurança dos pagamentos bancários com referência “multibanco” será reforçada

Rosa Soares

Além da identificação do beneficiário dos pagamentos, medida poderá incluir a do ordenante ou pagador

Com o propósito de reforçar a segurança das transferências ou pagamentos electrónicos, o Banco de Portugal (BdP) já avançou com dois serviços inovadores, o da identificação dos destinatários das transferências, em vigor desde 20 de Maio, e o SPIN, que permite, a partir de segunda-feira, nos bancos que já fizeram as adaptações necessárias, a realização de transferências bancárias com a indicação do número de telefone (para particulares) ou Número de Identificação de Pessoa Colectiva (para as empresas).

Mas está a caminho um terceiro pilar, o da identificação do beneficiário dos pagamentos realizados através do que se vulgarizou chamar referências “multibanco” (marca da SIBS), e, muito possivelmente, a do ordenante ou pagador também.

A identificação do beneficiário final dos pagamentos através de referências, ou de débitos directos, ou do intermediário financeiro desse beneficiário, no caso de contas domiciliadas fora de Portugal, foi objecto de consulta pública, mas o cenário em que o BdP está a trabalhar alargou-se à possibilidade de também identificar o ordenante, confirmou o PÚBLICO junto da directora dos Serviços de Pagamentos, Tereza Cavaco. A responsável adianta que “estão a ser analisadas as questões técnicas relativas à identificação do ordenante”, um alargamento pedido por vários dos participantes no processo de consulta pública (cujo relatório ainda não foi publicado), e que o objectivo é que o Aviso a publicar para esse efeito “possa incluir as duas possibilidades”.

Tereza Cavaco admite ainda que o projecto de Aviso deverá estar concluído depois do Verão, sendo que a sua operacionalização, de acordo com o que está previsto actualmente, só deverá ocorrer 180 dias depois.

A identificação do beneficiário é importante para evitar burlas, uma vez que funcionará como um alerta no caso de o destinatário não corresponder, por exemplo, à entidade a quem se comprou um bem ou serviço. E o mesmo mecanismo deverá suscitar dúvidas ao pagador se em vez do destinatário lhe aparecer o nome de um intermediário financeiro desconhecido.

Já a identificação do pagador pode fazer muito pela transparência destas operações, nomeadamente nos casos de lavagem de dinheiro, de financiamento do terrorismo ou de partidos. E tem também um lado prático, o de facilitar as devoluções, quando são “travadas” tentativas de fraude, ou quando os comerciantes pretendem devolver montantes pagos, por exemplo, por indisponibilidade de um bem adquirido.

Uma das entidades que pediram a identificação do pagador foi a Easypay, instituição de pagamentos.

ANTÓNIO COTRIM/LUSA

Hélder Rosalino, do Banco de Portugal, apresentou ontem o SPIN

Sebastião Lencastre, fundador desta *fintech*, considera a disponibilização das duas informações “importantíssima para a transparência dos pagamentos, até porque, na maioria das situações, é impossível recuperar o dinheiro enviado para o destinatário errado”, sendo, por isso, importante criar mecanismos de prevenção. A única preocupação deste responsável é que a informação relativa à identificação seja gerida pelo supervisor bancário, não sendo acessível a outras entidades.

As virtudes do SPIN

A identificação do pagador/beneficiário fecha o ciclo de três alterações que visam reforçar a segurança das transferências/pagamentos, numa altura em que se espera que as transferências imediatas possam passar a ser a norma, dado que, a partir do próximo ano, terão de ter um custo idêntico ao das operações a crédito, cuja disponibilização das verbas na conta do destinatário demora 24 horas (ou mais se forem realizadas depois das 15h00). Nestas últimas, que poderão continuar a ser opção, acaba por existir mais tempo para travar operações que possam suscitar dúvidas relativamente à sua legitimidade, situação que não acontece nas restantes, uma vez que, como o nome indica, são instantâneas.

O SPIN começa a ser disponibilizado na segunda-feira por 14 instituições (que o supervisor não identificou), representativas de 30% do mercado, mas terá de ser oferecido (não tem qualquer custo) por todas as instituições até 16 de Setembro.

Com o SPIN, criado pelo BdP, passa a ser possível iniciar transferências a crédito ou imediatas através da utilização do número de telemóvel do beneficiário, no caso de contas de particulares, em alternativa à inserção dos 21 dígitos do IBAN (International Bank Account Number, na designação em inglês, ou número de identificação de conta bancária). No caso de empresas, e em alternativa ao IBAN, as transferências podem ser realizadas através do número de identificação fiscal de pessoa colectiva (NIPC). Para aceder a esta funcionalidade, os clientes, particulares e empresas apenas precisam de manifestar, junto das instituições bancárias, a associação daqueles dados, sendo que essa informação já está disponível em boa parte das contas bancárias.

“Trata-se da solução mais abrangente, universal e segura”, garantiu Hélder Rosalino, administrador do Banco de Portugal (BdP), ontem, durante a apresentação detalhada da nova funcionalidade.

A funcionalidade terá de ser disponibilizada de forma automática, sem necessidade de cartões ou de instalação de aplicações, e em todos os canais digitais e aos balcões. Espera-se que algumas formas de burla, como as do “Olá, pai” ou ‘”Olá, mãe”, possam diminuir, uma vez que será possível, ao associar a transferência a um telemóvel, verificar se o destinatário é mesmo o filho ou outro familiar que está a pedir dinheiro.

China acusa UE de criar o risco de uma “guerra comercial”

Sérgio Aníbal

A poucas horas da chegada do ministro alemão do Comércio a Pequim para explicar a decisão europeia de agravar as taxas alfandegárias aplicadas aos veículos eléctricos com baterias chinesas, a China subiu o tom das suas críticas à decisão da União Europeia, alertando para o risco de se estar a entrar num ambiente de “guerra comercial”.

Numa declaração feita aos jornalistas, o porta-voz do Ministério do Comércio da China acusou a União Europeia de, com a decisão de aumento das taxas, acentuar a fricção a que já se assiste nas relações comerciais internacionais, algo que, disse, “poderá desencadear uma guerra comercial”.

“A responsabilidade está inteiramente do lado da UE”, afirmou o porta-voz em declarações reproduzidas pela agência Reuters e que foram feitas a poucas horas de o ministro do comércio chinês se encontrar com o seu homólogo alemão Robert Habeck, que se deslocou a Pequim com o objectivo de explicar a decisão europeia e procurar um entendimento com as autoridades chinesas.

Foi há duas semanas que a Comissão Europeia anunciou que irá já a partir de Julho passar a exigir taxas alfandegárias adicionais às importações de veículos eléctricos com baterias provenientes da China. As novas taxas têm um valor médio próximo dos 21% e podem chegar em alguns casos aos 38,1%.

A justificação dada por Bruxelas está naquilo que classifica como subvenções “ilegais” atribuídas pela China aos seus fabricantes de veículos automóveis.

A Comissão abriu a porta a negociações com a China, mas deixou claro que, caso as conversações nas próximas semanas “não conduzam a uma solução eficaz”, a UE passará a aplicar os tais “direitos de compensação provisórios” a partir de 4 de Julho.

A Comissão Europeia irá, já a partir de Julho, exigir taxas alfandegárias adicionais a carros chineses

Antes da medida aplicada pela UE, também os Estados Unidos anunciaram a imposição de taxas alfandegárias agravadas às importações de veículos eléctricos chineses, que neste caso podem mesmo chegar aos 100%.

Um estudo publicado ontem pelo Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CSIS) estima que os fabricantes chineses de veículos eléctricos tenham recebido, no período entre 2009 e 2023, subsídios estatais próximos de 215 mil milhões de euros, atribuídos sob a forma de isenções fiscais, descontos para compradores domésticos, financiamento público de infra-estruturas de carregamento eléctrico ou programas de investigação e desenvolvimento (I&D).

As autoridades chinesas, por seu lado, têm vindo a defender nos últimos dias que as novas taxas alfandegárias impostas pela União Europeia e pelos EUA vão distorcer as cadeias de abastecimento automóvel globais, penalizando principalmente os consumidores e prejudicando a resposta global às alterações climáticas.

CLASSIFICADOS

Edif. Diogo Cão, Doca de Alcântara Norte, 1350-352 Lisboa
pequenosa@publico.pt
Tel. 21 011 10 10/20 Fax 21 011 10 30
De seg a sex das 09H às 19H
Sábado 11H às 17H

CARTÓRIO NOTARIAL – LISBOA
NOTÁRIA – ADELAIDE JOSEFA DE CAMPOS VIDEIRA

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

Certifico para efeitos de publicação, que por escritura datada de vinte e oito de maio de dois mil e vinte e quatro, exarada a folhas sessenta e oito e seguintes, do respetivo livro de notas número CENTO E QUARENTA E OITO - A, do Cartório Notarial em Lisboa, da Notária Adelaide Josefa de Campos Videira, compareceu a outorgante:
ALBINO JOSÉ FERREIRA PIMENTEL RAMOS, divorciado, contribuinte fiscal **107.328.470**, natural de França, residente na Rua Armandinho, n.º 4, 5.º A, Lisboa.
Pelo outorgante foi dito:
Que com exclusão de outrem, é dono e **legítimo possuidor** dos seguintes bens:
um) Fração autónoma designada pela letra **"A"** correspondente ao rés-do-chão esquerdo destinado a habitação, com o valor patrimonial tributário de €39.219,60 e **igual valor atribuído**, com inscrição de aquisição de metade a favor de DEOLINDA DA SILVA OLIVEIRA, registada pela apresentação quarenta e sete, de catorze de maio de mil novecentos e oitenta e um e a favor de IDALINA DA SILVA OLIVEIRA, registada pela apresentação quarenta e oito, de catorze de maio de mil novecentos e oitenta e um;
dois) Fração autónoma designada pela letra **"B"**, correspondente ao rés-do-chão direito, destinado a habitação, com o valor patrimonial tributário de €43.664,43 e **igual valor atribuído**, com inscrição de aquisição a favor de DAVID DA SILVA OLIVEIRA, registada pela apresentação quarenta e nove, de catorze de maio de mil novecentos e oitenta e um;
três) Fração autónoma designada pela letra **"C"**, correspondente ao primeiro andar esquerdo, destinado a habitação, com o valor patrimonial tributário de €41.107,50 e **igual valor atribuído**, com inscrição de aquisição a favor de DEOLINDA DA SILVA DE OLIVEIRA, registada pela apresentação quarenta e sete, de catorze de maio de mil novecentos e oitenta e um;
quatro) Fração autónoma designada pela letra **"D"**, correspondente ao primeiro andar direito, destinado a habitação, com o valor patrimonial tributário de €41.107,50 e **igual valor atribuído**, com inscrição de aquisição a favor de IDALINA DA SILVA OLIVEIRA, registada pela apresentação quarenta e oito, de catorze de maio de mil novecentos e oitenta e um;
cinco) Fração autónoma designada pela letra **"E"**, correspondente ao segundo andar esquerdo, destinado a habitação, com o valor patrimonial tributário de €43.320,96 e **igual valor atribuído**, com inscrição de aquisição a favor de DAVID DA SILVA OLIVEIRA, registada pela apresentação quarenta e nove, de catorze de maio de mil novecentos e oitenta e um; e
seis) Fração autónoma designada pela letra **"F"**, correspondente ao segundo andar direito, destinado a habitação, com o valor patrimonial tributário de €45.414,99 e **igual valor atribuído**, com inscrição de aquisição a favor de DAVID DA SILVA OLIVEIRA, registada pela apresentação quarenta e nove, de catorze de maio de mil novecentos e oitenta e um;
Todas do **PRÉDIO URBANO** em regime de propriedade horizontal registada nos termos da apresentação **treze**, de onze de janeiro de **mil novecentos e sessenta e cinco**, situado em Quinta da Pedra, Antas de Baixo e de Cima, na **Rua da República, n.º 97**, inscrito na respetiva matriz urbana sob o artigo 468 da união das freguesias de Ramada e Caneças, concelho de Odivelas, proveniente do artigo 739 da extinta freguesia de Caneças, descrito na Conservatória do Registo Predial de Odivelas, sob o número **três mil quinhentos e dezanove - Caneças**.
Que as ditas frações vieram à posse do requerente Albino José Ferreira Pimentel Ramos, já no estado de divorciado, por contrato de compra e venda aos titulares inscritos, em três de março de mil novecentos e noventa e sete.
Que as transmissões foram meramente verbais, inexistindo títulos formais que as comprovem.
Que em consequência das mencionadas compras e vendas verbais o requerente, está na posse e fruição das mencionadas frações autónomas, em nome próprio há mais de vinte anos, procedendo à sua limpeza, usando-o, e exercendo todos os atos materiais correspondentes ao exercício do direito de propriedade, há mais de vinte anos, sempre com o conhecimento da generalidade das pessoas, sem oposição ou intromissão de quem quer que seja, e sem interrupção, portanto sob uma forma pública, pacífica e contínua, pelo que adquiriu o respetivo direito de propriedade.
Esta posse de boa-fé, contínua, pacífica e pública conduziu à aquisição do direito de propriedade do mencionado prédio por **usucapião**, título que invoca para estabelecer o **novo trato sucessivo**.
Esta posse de boa-fé, contínua, pacífica e pública conduziu à aquisição do direito de propriedade do mencionado prédio por usucapião.
ESTÁ CONFORME
Cartório Notarial, três de maio de dois mil e vinte e quatro
A Notária, *Adelaide Videira*
Público, 22/06/2024

LEILÃO ELETRÓNICO

INÍCIO - 21.06.2024 - 00H00
FIM - 28.06.2024 - 15H00

INSOLVÊNCIA DE
"IMOWOOD - IMÓVEIS DE MADEIRA, LDA."

LOTE DE VÁRIOS VEÍCULOS

VAMGO
VENDAS JUDICIAIS

LEILÃO ELETRÓNICO

Proc. 495/21.9T8FND - Insolvência de "Imowood – Imóveis de Madeira, Lda."

FALE CONNOSCO - 244 836 316 / 910 546 477 - www.vamgo.pt

alzheimer
PORTUGAL

Fundada em 1988 pelo Professor Doutor Carlos Garcia, a Associação Portuguesa de Familiares e Amigos de Doentes de Alzheimer - Alzheimer Portugal é uma Instituição Particular de Solidariedade Social. É a única organização em Portugal, de âmbito nacional, constituída há mais de 30 anos especificamente para promover a qualidade de vida das pessoas com demência e dos seus familiares e cuidadores. Tem cerca de dez mil associados em todo o país.
Oferece Informação sobre a doença, Formação para cuidadores formais e informais, Apoio domiciliário, Apoio Social e Psicológico e Consultas Médicas da Especialidade.
Como membro da Alzheimer Europe, a Alzheimer Portugal participa ativamente no movimento mundial e europeu sobre as demências, procurando reunir e divulgar os conhecimentos mais recentes sobre a Doença de Alzheimer, promovendo o seu estudo, a investigação das suas causas, efeitos, profilaxia e tratamentos.

Contactos

Sede: Av. de Ceuta Norte, Lote 15, Piso 3, Quinta do Loureiro, 1300-125 Lisboa - Tel.: 21 361 04 60/8 - E-mail: geral@alzheimerportugal.org
Centro de Dia Prof. Dr. Carlos Garcia: Av. de Ceuta Norte, Lote 1, Loja 1 e 2 - Quinta do Loureiro, 1350-410 Lisboa - Tel.: 21 360 93 00
Lar, Centro de Dia e Apoio Domiciliário «Casa do Alecrim»: Rua Joaquim Miguel Serra Moura, n.º 256 - Alapraia, 2765-029 Estoril
Tel. 214 525 145 - E-mail: casadoalecrim@alzheimerportugal.org
Delegação Norte: Centro de Dia "Memória de Mim" - Rua do Farol Nascente n.º 47A R/C, 4455-301 Lavra
Tel. 229 260 912 | 226 066 863 - E-mail: geral.norte@alzheimerportugal.org
Delegação Centro: Urb. Casal Galego - Rua Raul Testa Fortunato n.º 17, 3100-523 Pombal - Tel. 236 219 469 - E-mail: geral.centro@alzheimerportugal.org
Delegação da Madeira: Avenida do Colégio Militar, Complexo Habitacional da Nazaré, Cave do Bloco 21 - Sala E, 9000-135 FUNCHAL
Tel. 291 772 021 - E-mail: geral.madeira@alzheimerportugal.org
Núcleo do Ribatejo: R. Dom Gonçalo da Silveira n.º 31-A, 2080-114 Almeirim - Tel. 24 300 00 87 - E-mail: geral.ribatejo@alzheimerportugal.org
Núcleo do Algarve da Alzheimer Portugal: Urbanização do Pimentão, lote 2, Cave, Gabinete 3, Três Bicos, 8500-776 Portimão - Telemóvel: 965 276 690 - E-mail: geral.algarve@alzheimerportugal.org

LEILÃO ELECTRÓNICO

FIM DO LEILÃO: 23 DE JULHO, 3ª FEIRA ÀS 11H00

Insolvência de Márcia Cristina de Almeida Lobão
Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa - Juízo de Comércio do Barreiro – Juiz 1
Processo nº 1134/22.6T8BRR

T3 (68,67m²)
115.500,00€

Rua Isabel da Veiga nº 13, 3º DTO.
FEIJÓ • ALMADA

CATÁLOGO ONLINE
Subscreva a nossa newsletter em www.cparaiso.pt

Leiloeira Paraíso • Rua Andrade 2 R/C, DTO. • 1170-015 LISBOA
Tel. 218 122 384 • www.cparaiso.pt • info@cparaiso.pt

LEILÃO ELECTRÓNICO

FIM DO LEILÃO: 24 DE JULHO, 4ª FEIRA ÀS 11H00

Insolvência de Florbela Maria Henriques Gaspar
Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste - Juízo de Comércio de Sintra - Juiz 4
Processo nº 12494/22.9T8SNT

T2 (78,70m²) • **138.859**,05€
C/ ARRECADAÇÃO (Nº 20)

ALGUEIRÃO • MEM MARTINS
SINTRA
Rua Professor Agostinho da Silva nº 14, 4º A
TAPADA DAS MERCÊS
VISITAS: dia 15 de julho das 10h às 12h
CONTACTO: Miguel Gracioso (918 730 800)

CATÁLOGO ONLINE
Subscreva a nossa newsletter em www.cparaiso.pt

Leiloeira Paraíso • Rua Andrade 2 R/C, DTO. • 1170-015 LISBOA
Tel. 218 122 384 • www.cparaiso.pt • info@cparaiso.pt

LEILÃO ELECTRÓNICO

FIM DO LEILÃO: 25 DE JULHO, 5ª FEIRA ÀS 11H00

Insolvência de João Alcide de Oliveira Ferreira de Brito
Tribunal Judicial da Comarca do Porto - Juízo de Comércio de Vila Nova de Gaia – Juiz 5
Processo nº 6518/23.0T8VNG

PORTO

METADE INDIVISA DE
MORADIA V3 (3 PISOS)
180.450,00€
(AT 99m²; Área de Implantação 88m²; Área de construção e privativa de 184m²)

Rua Figueira da Foz, 125
LORDELO DO OURO

METADE INDIVISA DE
T2 (93m²) C/ GARAGEM
86.700,00€

Praça Pedra Verde nº 208, 1º andar
ALDOAR

MONDIM DE BASTO
MORADIA TÉRREA
27.114,46€
(AT 3.150m²; Área de Implantação, construção e privativa de 66m²)

PARADA • ATEI
Visitas por marcação
Contacto: Miguel Gracioso (918 730 800)

CATÁLOGO ONLINE
Subscreva a nossa newsletter em www.cparaiso.pt

Leiloeira Paraíso • Rua Andrade 2 R/C, DTO. • 1170-015 LISBOA
Tel. 218 122 384 • www.cparaiso.pt • info@cparaiso.pt

paraíso
desde 1970
LEILÃO ELECTRÓNICO

FIM DO LEILÃO: 24 DE JULHO, 4ª FEIRA ÀS 11H00

Insolvência de Florbela Maria Henriques Gaspar
Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste - Juízo de Comércio de Sintra - Juiz 4
Processo nº 12494/22.9T8SNT

METADE INDIVISA DE
LOJA (79m²) • 87.000€
METADE INDIVISA DE
LOJA (34m²) • 37.350€

SÃO JOÃO DE BRITO • LISBOA
Rua do Centro Cultural nº 15 A e B, R/C
VISITAS: dia 15 de julho das 14h às 16h
CONTACTO: Miguel Gracioso (918 730 800)

CATÁLOGO ONLINE
Subscreva a nossa newsletter em www.cparaiso.pt

Leiloeira Paraíso • Rua Andrade 2 R/C, DTO. • 1170-015 LISBOA
Tel. 218 122 384 • www.cparaiso.pt • info@cparaiso.pt

LEILÃO ELECTRÓNICO

FIM DO LEILÃO: 26 DE JULHO, 6ª FEIRA ÀS 11H00

Insolvência de Liliana Filipa Rodrigues Cepeda Carvalho
E António José de Sousa Carvalho
Trib. Judicial da Comarca de Vila Real - Juízo de Comércio de Vila Real - Proc. nº 2878/23.0T8VRL

T3 (132,05m²)
com garagem (Nº 8)
134.000,00€

Rua Quinta da Cera, lote 23, R/C DTO.
SANTA MARIA MAIOR • CHAVES
Visitas por marcação. Contacto: Miguel Gracioso (918 730 800)

CATÁLOGO ONLINE
Subscreva a nossa newsletter em www.cparaiso.pt

Leiloeira Paraíso • Rua Andrade 2 R/C, DTO. • 1170-015 LISBOA
Tel. 218 122 384 • www.cparaiso.pt • info@cparaiso.pt

LEILOSOC® WORLDWIDE

A LOCALIZAÇÃO ESTRATÉGICA PARA O SUCESSO DO SEU NEGÓCIO!

LEILÃO ELETRÓNICO

ATÉ 02 JULHO

Zona Industrial de Santarém
Rua Conde Ribeira Grande, 544;
Lote 2 · 2005-002 **Várzea**

DET – Desenv. Empresarial e Tecnológico SA e Outros (2120/20.6T8ENT)

LICITA-ME!

DET – Desenv. Empresarial e Tecnológico SA e Outros (2120/20.6T8ENT)

ARMAZÉM COMERCIAL COM ESTACIONAMENTO

ZONA INDUSTRIAL DE SANTARÉM

m²/sqm 5.825,36

2 Pisos

LEILÃO ELETRÓNICO

ATÉ 15 JULHO

✓ **Imóvel recente, de arquitetura moderna, com elevador.**

Zona Industrial de São Miguel,
Lote 59-A · 3350-087 **Poiares**

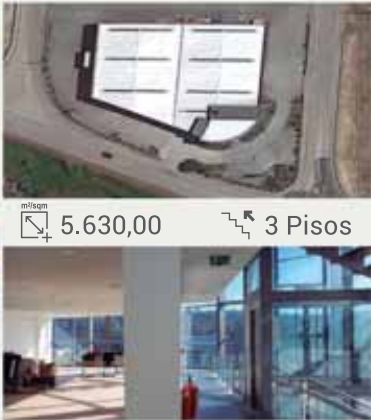
LUCAVENDING – Máq. Automáticas de Vending Lda (4853/21.0T8CBR)

LICITA-ME!

LUCAVENDING – Máquinas Automáticas de Vending Lda (4853/21.0T8CBR)

ARMAZÉM INDUSTRIAL · VILA NOVA DE POIARES

Este imóvel beneficia de **ISENÇÃO DE IMT** e **IMPOSTO DE SELO**.

m²/sqm 5.630,00 · 3 Pisos

LEILÃO ELETRÓNICO

ATÉ 19 JULHO

VISITAS: **16 JULHO**, das **16h00** às **17h00**

R. dos Termos e R. de Angola, 2
2430-010 **Guarda Nova**

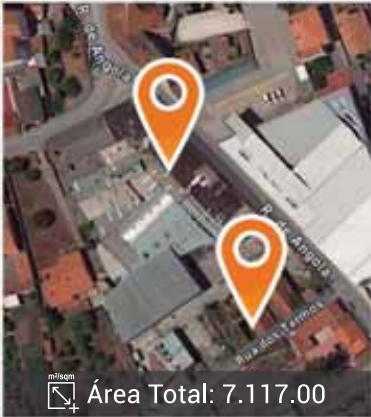
GRANDUPLA – Fábrica de Plásticos SA (358/14.4TYLSB)

LICITA-ME!

GRANDUPLA – Fábrica de Plásticos SA (358/14.4TYLSB)

ARMAZÉM INDUSTRIAL · MARINHA GRANDE

Este imóvel beneficia de **ISENÇÃO DE IMT** e **IMPOSTO DE SELO**.

m²/sqm Área Total: 7.117.00

LEILÃO ELETRÓNICO

ATÉ 29 JULHO

✓ **Armazém com diversos pavilhões e Edifício de escritórios.**

Zona Industrial do Cartaxo, Lt. 22
2070-681 **Vila Chã de Ourique**

FLEXIMOL – Suspensões para Veículos SA (1617/20.2T8STR)

LICITA-ME!

FLEXIMOL – Suspensões para Veículos SA (1617/20.2T8STR)

ARMAZÉM INDUSTRIAL · VILA CHÃ DE OURIQUE, CARTAXO

Este imóvel beneficia de **ISENÇÃO DE IMT** e **IMPOSTO DE SELO**.

m²/sqm 27.700,00 · 2 Pisos

LEILOSOC.COM
geral@leilosoc.com

2000 - 2024

NÃO PROCURE, **ENCONTRE**®
DON'T SEARCH, **FIND**

Um Jardim de Verão numa Gulbenkian aberta a todos: dancemos neste mundo

Expandindo-se para o interior do museu e abarcando música, cinema e literatura, o Jardim de Verão tem este ano como mote os 50 anos do 25 de Abril e o centenário de nascimento de Amílcar Cabral

Mário Lopes

NUNO FERREIRA SANTOS

"O festival tem essa ideia de fazer as pessoas saírem dos seus bairros típicos e virem ocupar o centro da cidade", diz Kalaf Epalanga

"É a primeira vez que o Jardim de Verão vai ter o formato desejado desde o início, que era levar as pessoas a entrarem dentro do museu, a sentirem que aquela é a sua casa", exclama Dino D'Santiago. Está a falar da edição 2024 do Jardim de Verão da Fundação Gulbenkian, em Lisboa, que decorrerá em três fins-de-semana entre hoje e 7 de Julho. Este ano, o Jardim de Verão alastrar-se-á para o interior do museu e expande o seu alcance artístico através da programação de um ciclo de cinema, da responsabilidade da artista visual, poeta e investigadora Maíra Zenun, e de um ciclo de conversas com a literatura e a poesia no seu centro, programado pelo escritor, músico e cronista Kalaf Epalanga.

O mote são os 50 anos do 25 de Abril e os 100 anos do nascimento de Amílcar Cabral, mas o Jardim de Verão não será retrospectivo. É certo que teremos evocações, como a conversa/*performance A Outra Face do Homem: Uma Leitura das Cartas de Amílcar Cabral* (7 de Julho, 18h), onde ouviremos recriada a voz íntima de Amílcar Cabral através de cartas que endereçou à sua mulher, Maria Helena Rodrigues, nas décadas de 1940 e 1960 – o outro lado do poeta, político e revolucionário. É certo igualmente que o passado será reencontrado em *Entre a Lua, o Caos e o Silêncio, a Flor* (30 Junho, 18h), com uma *performance* construída com poesia angolana nascida no seio da Casa dos Estudantes do Império, por onde passaram diversas figuras de destaque nas lutas independentistas africanas.

Mas o Jardim de Verão pretende celebrar os legados de Abril e de Cabral de olhos postos no agora. "O 25 de Abril e Amílcar Cabral são o presente. E o Jardim [de Verão] é possível por causa desse legado", diz Kalaf. "Ter estas pessoas todas em diálogo a celebrar essa liberdade que custou tantas vidas, escritores afrodescendentes, da diáspora brasileira, escritores com memória do antes do 25 de Abril, como Ana Paula Tavares, ou de uma geração posterior, como a Telma Tvon" – a primeira participa, com Tatiana Salem Levy e Amadú Dafé, em *Falas Amargas Como os Frutos: A Arte de Narrar Histórias Complexas* (hoje), a segunda, com Bruno Vieira Amaral e Mirna Queiroz, em *O Bairro: As Histórias que Brotam dos Espaços Esquecidos* (6 Julho).

Foi em 2022 que o Jardim de Verão ganhou uma renovada identidade. Foi o ano da exposição *Europa Oxalá*, que reuniu obras de artistas cujos ascendentes foram marcados pela experiência colonial africana, e ganhou extensão musical com curadoria de Dino D'Santiago. Este levou à Gulbenkian, como explicava então, "sonoridades que viajam do tradicional ao vanguardismo e transformam Lisboa numa das capitais mais crioulas da Europa". O objectivo não era só trazer esses sons, mas também aqueles e aquelas que fazem as ruas, os bairros, as comunidades onde eles germinam e florescem. "O festival é grátis, é aberto a todos, tem essa ideia de fazer as pessoas circularem pela urbe, saírem dos seus bairros típicos e virem ocupar o centro da cidade", reflecte Kalaf. "Não é só aproximar as periferias do centro, mas levar-nos a olhar a cidade de uma forma mais densa, mais alargada."

Musicalmente, Dino D'Santiago continua a fazer da programação um mosaico da diversidade lisboeta. Nela cabem, destaca ao PÚBLICO, Kimi Djabaté, conhecedor profundo das raízes da música guineense (hoje, 17h), a trompetista e vocalista Jéssica Pina, colaboradora de Madonna, Bonga ou Mikki Blanco (amanhã, 17h), o cantautor Luiz Caracol, cujos caminhos se cruzaram com Sara Tavares, Zeca Baleiro ou Aline Frazão (29 de Junho, 19h), João Caetano, nascido em Macau, membro da banda jazz funk britânica Incognito, percussionista e director musical de Slow J (30 de Junho, 17h), um histórico da música cabo-verdiana, Princezito (6 de Julho, 17h), ou a MPB de Leo Middea, carioca radicado em Portugal há quase uma década (7 de Julho, 19h).

A música, a literatura e o cinema irão espalhar-se pelos jardins e o auditório ao ar livre, e também pelo Grande Auditório e Auditório 2 no interior do museu. Uma mudança que Dino vê como determinante, por abrir portas a quem "habitualmente não está ali representado como público": "Muitas vezes trabalham a limpar os jardins e os museus, trabalham como seguranças, mas nunca como alguém que sai para ir desfrutar da arte, do conhecimento, daquele momento de lazer." Em 2022, conta, "nunca pensávamos que iria atingir esta dimensão": "Faltava a narrativa do outro lado, perceber a força de contágio que têm todas estas culturas quando juntas no mesmo lugar."

É no mesmo sentido que conflui a programação que Maíra Zenun, nascida no Rio de Janeiro e radicada em Portugal, preparou no ciclo Africanidades e Suas Paisagens Humanas. Três sessões ("Curtas da Casa", hoje; "Filmes Cabralistas", 29 de Junho; "A Europa pela Lente de Mulheres Negras", 6 de Julho) que se propõem dar visibilidade à multiplicidade de olhares do cinema negro contemporâneo, quer seja o criado pelo decano Flora Gomes, quer seja o de alguém de uma nova geração, realizador de mil ofícios artísticos, como Welket Bungué (vamos vê-los em conjunto no dia 29, com a longa *A República di Mininus*, e a curta *Eu Não Sou Pilatus*).

Maíra Zenun dá conta de uma continuidade entre o cinema que irrompeu em África no contexto da libertação anticolonialista, "tomado como estratégia de luta dentro dos processos revolucionários", e aquele que é criado actualmente. "O cinema negro não é *blasé* ou de puro entretenimento, é um cinema que traz discussão política sobre a realidade das suas populações". Apesar dos entraves no "acesso aos meios de produção" e da dificuldade em obter "visibilidade", Maíra descreve uma realidade cinematográfica dinâmica de que o ciclo que programou quer dar conta, agrupando uma selecção de curtas produzidas nos últimos cinco anos ou *Mariannes Noires*, de Mame-Fatou Niang e Katye Nielsen, que aborda a experiência de sete francesas afrodescendentes no país que é o seu, a braços com um crescendo de nacionalismo xenófobo.

Como é habitar Álvaro Siza no Porto, em Lisboa ou em Nova Iorque

Sérgio C. Andrade

Equipa do Iscte-IUL apresenta investigação sobre o que é viver em três casos de habitação colectiva

Por que razão o arquitecto Álvaro Siza foi chamado a projectar complexos de habitação colectiva no Bairro da Bouça, no Porto; nos Terraços de Bragança, em Lisboa; e no n.º 611 West 56th Street, em Nova Iorque? Porque é que os seus utentes os escolheram para morar, e como é que os habitam?

Estes foram os objectivos genéricos do trabalho de investigação intitulado *Habitação Colectiva de Álvaro Siza: projectos, contextos e vivências*, que uma equipa do Iscte-Instituto Instituto Universitário de Lisboa (Iscte-IUL), liderada pela socióloga Sandra Marques Pereira, realizou ao longo dos últimos dois anos, com uma bolsa da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, e que agora vão ser apresentados publicamente. O primeiro momento decorre hoje (18h30) no Porto, com a apresentação de "um retrato actual" do Bairro da Bouça, no próprio complexo residencial que Siza projectou ainda nos anos 1970 e foi construído em dois momentos, entre meados dessa década – no âmbito do programa SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local) – e o ano de 2006.

O segundo momento terá lugar nas instalações do Iscte-IUL, a 11 de Julho, numa conferência-jornada em que diferentes intervenientes irão mostrar os resultados da investigação, acompanhados por uma pequena exposição com documentação gráfica que ajudará a caracterizar os três casos em estudo.

O caso da Bouça

Tendo o foco mais virado para os processos e as pessoas neles envolvidas do que propriamente para a prática disciplinar da arquitectura, como realça ao PÚBLICO Sandra Marques Pereira, o trabalho da sua equipa incidiu sobre "três projectos que representam outros momentos diferenciados, quer da carreira de Álvaro Siza, quer do sector da habitação e do campo da arquitectura".

A socióloga avança que, dos três casos estudados, o do Bairro da Bouça foi o que permitiu chegar mais longe nos objectivos pretendidos, daí a opção pela sessão que aí será realizada, antes da de Lisboa.

"Achámos que seria importante devolver os resultados às pessoas, que foram supergenerosas connosco, com uma abertura incrível, ao contrário do que aconteceu nos outros dois casos", justifica. Enquanto, no bairro portuense, a sua equipa conseguiu recolher mais de 80% de respostas ao inquérito realizado, entrevistar dezena e meia de agregados e fazer mesmo um levantamento fotográfico das habitações, tanto em Lisboa como em Nova Iorque o acesso aos moradores foi dificultado.

RICARDO CASTELO \ NFACTOS

Siza desenhou o Bairro da Bouça nos anos 1970

Trabalho realizado na Bouça permitiu até "ilustrar as transformações sociais mais contemporâneas da cidade do Porto"

É assim que o trabalho realizado na Bouça permitiu até "ilustrar as próprias transformações sociais mais contemporâneas da cidade do Porto", na sequência da crise financeira na viragem para a segunda década do novo milénio como na crise actual da habitação, nota a socióloga.

O Bairro da Bouça é hoje habitado por parte da população original, acolhida na primeira banda de apartamentos em 1977. Com a segunda fase da cooperativa em 2006, verifica-se um aumento progressivo de residentes com formação de ensino superior; paralelamente, há um grande aumento de arrendamento, de habitantes sem relação familiar, mas também "uma muito maior rotatividade, uma grande renovação da população entre 2010 e 2023 com várias pessoas com nacionalidade estrangeira", descreve a socióloga.

A Bouça é verdadeiramente um caso de estudo, é "um sítio especialmente ilustrativo da mudança estrutural das vivências e contextos urbanos", realça.

Siza "arquitecto-estrela"

Bem diferentes são os casos de Lisboa e de Nova Iorque. Os Terraços de Bragança, um condomínio fechado lançado em 1990, são um dos primeiros casos em que Siza trabalha no mercado privado. A socióloga diz que a sua equipa não conseguiu realizar lá o inquérito pretendido e teve também dificuldade em falar com os residentes.

"Para nós, era importante saber qual a motivação dos promotores para escolherem Álvaro Siza para o projecto", lembra. A grande motivação foi "burocrático-pragmática", ou seja, a presença do arquitecto que tinha sido a figura máxima da reabilitação do Chiado, após o incêndio de 1988, facilitou o próprio processo de licenciamento do complexo habitacional. "Mas isso não significa que o nome do arquitecto tenha sido o primeiro critério de escolha dos potenciais moradores, bem pelo contrário: a localização continuou a ser o factor determinante", diz a socióloga.

Já em Nova Iorque, onde o acesso aos moradores foi ainda mais difícil, a equipa conseguiu, apesar de tudo, falar com os promotores. Percebeu, nesse mercado altamente competitivo, que o facto de Siza, prémio Pritzker em 1992, ser uma figura reconhecida mundialmente pelos seus pares – Sandra Marques Pereira recorda o título de uma notícia do *New York Times* sobre o projecto, em 2019: "Mais um arquitecto-estrela chega a Nova Iorque" – foi determinante para a escolha.

Ser um arquitecto-estrela foi marcante para a visibilidade e a comercialização da torre de habitação de 120 metros de altura no bairro de Hell's Kitchen, mesmo se a singularidade do desenho que Siza fez para este edifício-escultura se limitou à sua face exterior, tendo os interiores sido atribuídos a gabinetes locais.

Mas estes serão dados a apresentar (e a debater) mais detalhadamente na conferência de 11 de Julho, no Iscte-IUL, em que, além dos responsáveis pelo projecto, Sandra Marques Pereira e a arquitecta Alexandra Alegre, irão participar outros especialistas a abordar a relação da arquitectura com as ciências sociais e a economia.

Ciclo Sem Fronteiras regressa à Fonoteca

Segunda edição, em Julho, terá como convidados Susana Santos Silva, Polido e a dupla Inês Tartaruga Águas e Xavier Paes

O ciclo Sem Fronteiras, co-produzido pela Fonoteca Municipal do Porto e pela Matéria Prima, e que tem como anfitrião o compositor Cândido Lima, regressa em Julho, em três sábados consecutivos, tendo como convidados, nesta segunda edição, a dupla de artistas plásticos transdisciplinares Inês Tartaruga Água e Xavier Paes, cujo trabalho articula som, *performance* e imagem, o músico e artista transdisciplinar Polido e a trompetista e compositora Susana Santos Silva, uma das vozes reconhecidamente mais originais do jazz contemporâneo e da música improvisada.

Conhecido pelas programas que apresentou na RTP após o 25 de Abril – *Sons e Mitos* (1978), *Fronteiras da Música* (1982) e *No Ventre da Música* (1983) –, Cândido Lima mantém neste Sem Fronteiras um formato semelhante ao dessas rubricas, com "conversas, apresentações dos convidados, escuta de obras e deambulações sobre diferentes temas musicais", anuncia a organização do ciclo.

O compositor Cândido Lima criou uma nova obra para esta segunda edição do programa Sem Fronteiras

As sessões, de entrada livre, terão todas lugar na Fonoteca Municipal do Porto, sempre às 17h00, e o programa iniciar-se-á no próximo dia 6 de Julho com Inês Tartaruga Água e Xavier Paes, dois artistas que colaboram regularmente desde 2015 e que fundaram juntos o colectivo REFLUXO e o projecto DIES LEXIC.

No sábado seguinte, o convidado será Polido, um artista que usa gravações pessoais e *samples* para construir "narrativas surreais para espaços concretos". Polido dirige ainda a editora Projecto de Vida e a sua música tem sido editada com os selos da Holuzam, Bus Editions e Lynn.

O ciclo Sem Fronteiras fechará no dia 20 com Susana Santos Silva, que a revista *Downbeat* descreveu como "uma das mais empolgantes improvisadoras do mundo", e com a apresentação de uma nova obra encomendada a Cândido Lima. **PÚBLICO**

Cultura

B Fachada leva *É Pra Meninos* ao Lu.Ca "como um concerto punk para crianças"

Mário Lopes

É Pra Meninos, de 2010, é um disco peculiar na discografia de B Fachada. Vai tocá-lo hoje e amanhã no Lu.Ca, em Lisboa

Aqui não há lugar para lições moralistas sobre bom comportamento, não se procura a aridez acrítica da pedagogia. Entramos noutro território. Bem-vindos a *É Pra Meninos*, álbum de B Fachada que será o mote para dois concertos, hoje e amanhã, no Lu.Ca – Teatro Luís de Camões, a sala lisboeta com programação apontada ao público infantil e juvenil (concertos às 11h30 e 16h30, bilhetes a 3€).

Em *É Pra Meninos* aconselha-se ao pequeno Tó-Zé que se deixe dormir em vez de se levantar para ir à escola, desanca-se no Pai Natal, essa fraude que, afinal, nem é responsável por prenda alguma, dá-se voz a avós que incitam o neto a não tocar na sopa, abordam-se de frente questões de moralidade: "*Porque é que é certo ser cara-de-pau/ mas está mal ser filho-da-mãe?*", pergunta o rapaz que começa a ficar farto de fazer tudo de acordo com as regras. Em *É Pra Meninos*, regressa-se aos Verões eternos da infância e ao dramatismo do amor total da adolescência, um Verão de cada vez ("*meu querido amor de Agosto*", suspira a canção).

Em 2010, B Fachada surpreendia e, naquela que, entre álbuns e EP, era sua sétima edição, lançava um álbum para crianças – era um tio recente, mas não vira ainda nascer os três filhos que chegaram depois. Ouvindo-o, *É Pra Meninos* surpreendia mais ainda. Era para crianças, mas servia na perfeição a ouvidos adultos – e era completamente, totalmente Fachada. "Na altura, vi-o como uma consequência lógica do meu trabalho na exploração dos paradoxos e das contradições. A não-dualidade do bem e do mal, do certo e do errado, já o tinha explorado anteriormente, com um cheirinho de comentário político e social no *Há Festa na Moradia* [álbum imediatamente anterior, também de 2010]". A sua abordagem a um disco para crianças passaria sempre por perceber "como transportar a ideia de transgressão e fazer do texto poético um espaço de exploração do que não é lógico, do que não é filosofia, do que não é moral".

Inspirado, no que aos arranjos e instrumentação diz respeito, por Pascal Comelade, com "os seus instrumentos de brincar e um som muito concreto, seco e recortado", contraste com "o som sujo e agressivo" do álbum anterior, *É Pra Meninos* era também uma forma de Fachada encerrar um capítulo na sua vida. Coincidiu com a altura em que abandonou a casa dos pais e, como nos diz entre risos, compreendeu que, a partir dali, "apesar de ainda ser novo, pertencia a uma geração de velhos". Surgiu, portanto, enquanto estavam ainda frescas na memória imagens e sensações da sua própria adolescência e infância – nascem daí temas como *A casa do Manel* ("*esquecer a escola e o dever/ fazer as coisas por prazer/ fantasiar com grandes perigos*"), *Agosto* ("*meu querido amor de Agosto/ quantas noites para acabar/ quantos dias sem dormir/ quantas tardes por passar*"), ou *Mochila do carteiro* ("*Não há nada que eu queira mais/ Que fugir de casa dos meus pais/ Ir atrás da Manuela/ ir viver a vida dela*").

Nesse jogo entre provocação iconoclasta e uma doce melancolia nostálgica, música vogando entre teclados saltitantes e ritmo folgazão e guitarra em toada doce e suave, *É Pra Meninos* é um disco para crianças peculiar. Divertido, provocatório, instrutivo, põe-se no lugar daqueles que canta, comenta o seu presente e, álbum a chegar ao fim, lança o seu olhar sobre os anos que virão. Fá-lo na comovente *Barrigão*, na voz magnífica de Lula Pena (há um irmão a chegar), e na despedida com *O futuro*: "*Vejo em toda a gente grande/ o que o tempo tem pra mim/ as pessoas que eu vou ser/ desde agora até ao fim*".

Catorze anos depois, B Fachada já foi pai e, enquanto pai, acumula algumas irritações. Como esta: "Uma coisa que me chateia é todo o conteúdo para crianças ser, de um lado, muito sério e moralista e, actualmente, completamente focado em resolver traumas e problemas. Do outro lado, só existe o que é comercial e lúdico de uma maneira viciante", lamenta. "Existem poucas coisas para crianças que sejam lúdicas por aquilo que são concretamente e não lúdicas pelo produto que nos estão a vender".

DR

DR

B Fachada enquanto músico adulto a mergulhar nas coisas da infância (e enquanto criança sem sonhar ainda que viria a ser músico)

> Nestas canções, B Fachada recusa as boas intenções paternalistas e distancia-se do foguetório do entretenimento comercial

As crianças agradecem

Nestas canções, nesta música, recusa as boas intenções paternalistas e distancia-se do foguetório do entretenimento comercial. As crianças agradecem. "Sentem-se atraídas pela ideia de transgressão, pelas contradições, e parecem ter uma afinidade natural com certas figuras de estilo. Têm muita facilidade em absorver uma metáfora sem a questionar, em rir de uma contradição sem ter o preconceito de estar a subverter os seus valores, o que é muito recompensador. A criança tem empatia e é sensível a isso. Consegue divertir-se com o seu próprio pensamento".

Testemunhou-o recentemente, ao tocar numa escola primária. "Era um dia de grande felicidade para eles, porque em vez de estarem na sala, estavam na rua a ver um concerto, sem os pais e os adultos normais [do seu dia a dia]. Eram crianças de 6, 7, 8 anos, especialmente atentas às letras, a comentar entre elas o que estavam a ouvir". Uma experiência lúdica muito séria.

No Lu.Ca, B Fachada tentará trocar de instrumentos "o maior número de vezes possível", mantendo o "concerto muito simples, com a cara e a boca no centro de tudo o que se está a passar". Fará o que costuma fazer nestes concertos: "Queixar-me de crianças no geral, que é uma coisa que elas adoram, ou obrigá-las a reconhecer que o dia de Natal é o pior dia do ano". Em resumo: "Tentar fazer daquilo um concerto punk para crianças, a ideia de que é uma transgressão em que vale tudo". O que poderá incluir, ou não – Fachada deixa-nos em suspenso – uma apoteose comunal resgatada a *Amigos do Gaspar*, a série infantil que Sérgio Godinho musicou em 1988: "*São dois braços, são dois braços/ servem para dar abraços*", cantava ele então. Punk mais punk não há.

Guia
crianças

blogues.publico.pt/letrapequena/

Mês da Criança no Oceanário
O Dia Mundial da Criança já lá vai, mas a bilheteira do Oceanário prolonga-lhe o espírito e "desafia todos a regressar à alegria e ao espanto da infância e (re)visitar o maior aquário de Lisboa". Até ao fim do mês, quem comprar *online* a entrada (para visitas das 16h às 19h) não paga mais de 15€ para ver mais de 8000 animais de 500 espécies (lontras, pinguins e tubarões incluídos).

Um livro que não é só para ler, mas para dizer. Os sucessivos enganos de dicção resultam numa grande algazarra. "Os livros também servem para nos divertirmos", diz o escritor

António Mota inventa trava-línguas

Rita Pimenta

Comecemos pelo título, que muitos pensam conter uma gralha: "Estela". Não é gralha, não senhor. É uma brincadeira a travar a língua entre "Estrela" e "Estela". *Muito Serra a Serra da Estela*, eis o que se lê na capa. Lá dentro, um dos 50 trava-línguas inventados por António Mota: "Muito serra a serra da Estela! Só não serra a serra da Estrela." O escritor conta ao PÚBLICO: "Inventar trava-línguas era uma ideia que aparecia e desaparecia, e eu protelava porque outras histórias se me meteram pelo meio, e também porque não tinha a certeza de ser capaz de concluir a tarefa que ninguém me encomendou."

Volta e meia, recolhia palavras e guardava-as em "notas" no telemóvel. Até que mudou de telemóvel e perdeu-as. "As notas desapareceram, mas a ideia continuou", recorda, dando-nos conta do primeiro trava-línguas que inventou. Surgiu no dia em que lhe deram um pão de ló, em Felgueiras. "Há pão de ló cá e pão de ló lá. Queres pão de ló de lá ou pão de ló de cá?", regista-se com uma ilustração que representa o interior de uma casa portuguesa, em que se expõe o famoso quadro *Menino da Lágrima* e se vislumbra a serra da Estrela através da janela.

O ilustrador, Helder Teixeira Peleja, conta ao PÚBLICO via *email*: "Logo que recebi este convite, a minha primeira ideia foi idealizar as ilustrações de maneira a tornar este um livro diferente dos que já existem com textos deste género. Passou por tentar que cada dupla contasse uma mini-história, com os elementos representativos de cada trava-línguas a interagirem entre si." Conseguiu.

Na ilustração que encima este texto, juntam-se quatro histórias: "Se a Branca não lava a banca, nunca fica lavada a banca da Branca"; "O Trindade tira e trinca tremoços. Trinta tremoços tira e trinca o Trindade!"; "O peru e a perua peroram. Permanentemente peroram, peroram o peru e a perua"; "Um melão, um limão, mil limões, mil melões. Um milhão de limões, um milhão de melões."

Para António Mota, "os trava-línguas cumprem a sua função quando fazem nascer um sorriso ou uma enorme gargalhada". Do que o autor gostava mesmo era que "um ou dois dos trava-línguas publicados neste livro fossem, daqui a muitos anos, conhecidos como 'da tradição'".

Diz ainda: "Os trava-línguas são para os avós, para os pais, para os meninos e meninas. Não é um livro só para ler, é também para dizer. E o mais interessante é que toda a gente tropeça quando diz muito depressa aquelas palavras, mas volta a insistir, e o volume da voz começa a subir. E os livros também servem para nos divertirmos e para partilharmos."

O livro será apresentado na Maratona de Leitura da Sertã pela contadora de histórias Bru Junça (6 de Julho, 18h30), no recinto da Feira do Livro. Leiam em voz alta, atrapalhem-se, voltem atrás, repitam e divirtam-se.

Muito Serra a Serra da Estela
Texto: António Mota
Ilustração: Helder Teixeira Peleja
Edição: ASA
32 págs.; 12,90€

FIM-DE-SEMANA EM FAMÍLIA

ACTIVIDADE

Paisagens Inúteis
GUIMARÃES Jardim do Centro Cultural Vila Flor. Hoje, às 18h. M/6. 5€
Vanda R Rodrigues, da Antípoda, é autora e intérprete deste espectáculo-percurso em que o silêncio não só é bem-vindo como faz parte da experiência. A ideia é pôr os miúdos a "ver e ouvir uma paisagem". Este "caminho real e metafórico" assume um formato bilingue (português e língua gestual portuguesa), propondo "um dispositivo não capacitista" que integra a acessibilidade desde a criação e não "como recurso acessório da apresentação". Próxima paragem/paisagem: mata do Fontelo, Viseu, dias 26 e 27 de Junho, às 15h e 19h30 (4€).

FESTA

Festival da Tailândia
LISBOA Jardim Vasco da Gama (Belém). Hoje e amanhã, das 10h às 20h. Grátis
Da *street food* ao *muay thai*, passando por danças tradicionais, artesanato, moda, conversas e até massagens, o Festival da Tailândia volta a animar os jardins em torno do Pavilhão Tailandês com algumas das principais expressões da sua cultura. Há actividades a todo o momento e para toda a família, incluindo *workshops* de escultura em fruta, oficinas de construção de sombrinhas, jogos infantis e passatempos que podem valer *vouchers* para refeições, massagens ou mesmo viagens ao "país do sorriso".

TEATRO

Sr. Sabão
ÉVORA Parque Infantil. Amanhã, às 19h (com repetição na segunda-feira). Grátis
Abram alas para o Sr. Sabão, os seus pedais e a sua mercadoria que "carrega emoções e surpresas", enquanto "recria o imaginário e a memória dos vendedores ambulantes que usavam a bicicleta como meio de transporte e como local de venda". Assim se apresenta o espectáculo itinerante que a associação cultural WeTumTum põe em marcha nas ruas eborenses, à boleia da Feira de São João.

Guia

Cinema

Dalíland

Cartaz, críticas, trailers e passatempos em cinecartaz.publico.pt

Lisboa

Cinema City Alvalade
Av. de Roma, 100. T. 214221030
Onde Está o Pessoa? 11h45, 19h45; **Dalíland** 14h40, 21h35; **Daaaaaalí!** M12. 13h25; **Ainda Temos o Amanhã** M14. 15h, 21h30; **Um Casal** 16h45; **O Sabor da Vida** M12. 19h; **Garfield: O Filme** M6. 11h30, 15h25, 17h35 (VP); **Manga d'Terra** M14. 19h50; **A Quimera** M12. 21h45; **Comandante** M14. 17h20; **Bolero** M12. 16h40; **Heróis na Hora** M6. 11h25 (VP); **O Homem dos Teus Sonhos** M14. 13h15; **Pedágio** M14. 13h20; **Soma das Partes** M12. 11h40, 15h20, 20h20; **The Bikeriders** M14. 21h45; **Ovnis, Monstros e Utopias: Três Curtas Queer** M14. 18h40, 21h45; **Coney Island - As Primeiras Vezes** 13h45, 18h10

Cinema City Campo Pequeno
Centro de Lazer. T. 214221030
Dalíland M12. 11h40, 13h40, 15h45, 17h45, 21h50, 23h50; **Profissão: Perigo** 21h20; **O Reino do Planeta dos Macacos** M12. 15h50; **IF: Amigos Imaginários** M6. 11h25, 15h55 (VP); **Furiosa: Uma Saga Mad Max** M14. 18h50; **Garfield** 11h10, 13h20, 15h30, 17h40, 19h50 (VP); **Assassino Profissional** M12. 22h, 00h20; **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. 15h25, 19h15, 21h35, 00h15; **Dragonkeeper - Ping e o Dragão** M6. 11h30, 13h40 (VP); **Comandante** M14. 19h40; **Haikye!! A Batalha na Lixeira** M6. 11h35, 13h35, 15h40, 21h55, 23h40; **Heróis na Hora** M6. 11h15, 13h15, 17h45 (VP); **O Exorcismo** 22h, 00h05; **O Homem dos Teus Sonhos** M14. 19h45; **The Watchers: Eles Vêem Tudo** M16. 13h50, 18h10, 23h50; **The Bikeriders** M14. 15h30, 17h25, 19h40, 21h30, 00h10; **Mamonas Assassinas: O Filme** M12. 13h20, 17h40, 19h35, 21h50, 23h45; **Mobile Suit Gundam Seed Freedom** 15h20

Cinema Fernando Lopes
Cp. Grande. T. 217515500
Cobweb - A Teia M14. 21h; **O Homem dos Teus Sonhos** M14. 19h; **Soma das Partes** M12. 15h;

Cinema Ideal
Rua do Loreto, 15/17. T. 210998295
Manga d'Terra M14. 17h10; **A Quimera** M12. 14h45, 19h, 21h30;

Cinemas Nos Alvaláxia
R. Francisco Stromp. T. 16996
Challengers 13h10, 16h05, 19h, 21h55; **O Reino do Planeta dos Macacos** M12. 14h, 17h30, 20h40; **Furiosa: Uma Saga Mad Max** 14h10, 17h20, 20h30, 23h40; **Garfield: O Filme** M6. 13h30, 16h, 18h30 (VP); **Assassino Profissional** M12. 21h10, 23h45; **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. Sala Atmos - 13h10, 15h40, 18h20, 21h, 23h50; **O Teu Rosto Será o Último** 21h50; **Haikye!! A Batalha na Lixeira** M6. 13h20, 15h20, 17h40, 19h45, 22h; **O Exorcismo** 21h40, 00h15; **Contra Todos** M14. 13h45, 16h20, 18h55, 21h30, 00h10; **Soma das Partes** M12. 13h40, 15h20, 17h10, 19h, 21h15; **The Bikeriders** M14. 13h25, 16h10, 18h45, 21h20, 24h; **Mamonas Assassinas: O Filme** M12. 13h50, 16h30, 18h50; **Época de Caça** M12. 13h15, 15h30, 18h, 20h50; **Ovnis, Monstros e Utopias: Três Curtas Queer** M14. 13h50, 15h50, 17h50, 19h50

Cinemas Nos Amoreiras
C.C. Amoreiras. Av. Engº Duarte Pacheco.
Dalíland M12. 21h30, 23h55; **Uma Vida Singular** M12. 13h30, 16h, 18h30; **Back to Black** M12. 18h50; **Challengers** M12. 21h20; **O Reino do Planeta dos Macacos** M12. 19h30, 23h; **Garfield** 13h30, 16h10, 18h45 (VP); **Assassino Profissional** M12. 13h50, 17h, 20h40, 23h20; **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. 13h15, 15h50, 18h25, 21h, 23h40; **Bolero** M12. 13h50, 16h30; **Soma das Partes** M12. 13h10, 15h10, 17h10, 19h10, 21h; **Época de Caça** M12. 13h40, 16h10, 21h30, 23h50

Cinemas Nos Colombo
Edifício Colombo, loja A203. Av. Lusíada.
O Reino do Planeta dos Macacos 20h30, 23h40; **Furiosa: Uma Saga Mad Max** M14. 21h10; **Garfield** M6. 13h20, 15h50, 18h30 (VP); **Assassino Profissional** M12. 20h50, 23h30; **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. 12h20, 15h30, 18h10, 21h, 23h50; **Haikye!! A Batalha na Lixeira** M6. 15h, 17h40, 20h40, 23h; **O Exorcismo** 16h30, 19h, 21h50, 00h25; **Contra Todos** M14. 13h, 15h20, 18h, 21h20, 24h; **The Bikeriders** M14. 13h10, 16h, 18h40, 21h30, 00h10; **Mamonas Assassinas: O Filme** M12. 13h30, 15h40, 16h30, 18h20; **Época de Caça** M12. 12h40, 15h, 17h30; **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. Imax - 13h40, 16h10, 18h50, 21h40, 00h20

Cinemas Nos Vasco da Gama
C.C. Vasco da Gama, Parque das Nações.
O Reino do Planeta dos Macacos M12. 21h40; **Furiosa: Uma Saga Mad Max** M14. 14h, 17h30; **Garfield: O Filme** M6. 10h40, 13h20, 16h10, 18h50 (VP); **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. 23h30; **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. Sala Atmos - 13h15, 15h50, 18h30, 21h15; **Haikye!! A Batalha na Lixeira** M6. 13h30, 16h, 18h25, 20h50; **O Exorcismo** 13h40, 16h20, 19h10, 21h30, 23h50; **Contra Todos** 20h55, 23h40; **The Bikeriders** 13h25, 16h15, 19h, 21h45

Cinemateca Portuguesa
R. Barata Salgueiro, 39. T. 213596200
O Terceiro Tiro M12. 15h; **Exército Vermelho Unido** M16. 17h30; **Roleta Chinesa** M16. 21h30;

Medeia Nimas
Av. 5 Outubro, 42B. T. 213142223
Ricardo e a Pintura M12. 15h; **O Amor Segundo Dalva** M14. 19h30; **Felizes Juntos** M16. 13h; **Disponível Para Amar** M12. 17h30; **Alexandre Nevsky** 11h; **Nostalgia** 21h30;

UCI Cinemas - El Corte Inglés
Av. Ant. Aug. Aguiar, 31. T. 213801400
A Sombra de Caravaggio M16. 13h35; **Dalíland** 16h50, 19h30; **Pequenas Cartas Malvadas** M12. 13h30; **Ainda Temos o Amanhã** M14. 15h55; **O Sabor da Vida** M12. 15h40, 21h25; **Furiosa: Uma Saga Mad Max** M14. 21h20, 23h45; **Garfield: O Filme** M6. 14h, 16h20 (VP); **Assassino Profissional** M12. 16h10; **A Quimera** M12. 16h30, 19h15; **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. 13h50, 16h45, 19h15, 21h45, 00h15; **Cobweb - A Teia** 13h30, 18h50; **Comandante** M14. 18h40, 21h15; **Haikye!! A Batalha na Lixeira** 14h15, 21h55, 00h05; **Bolero** M12. 13h45, 16h25, 19h, 21h35; **O Exorcismo** 14h20, 22h, 00h25; **O Homem dos Teus Sonhos** M14. 13h20, 18h50; **Pedágio** M14. 13h25, 19h; **Contra Todos** M14. 13h55, 16h35, 19h20, 21h50, 00h10; **Soma das Partes** M12. 14h30, 16h30, 19h25, 21h10; **The Bikeriders** M14. 13h40, 16h15, 19h05, 21h40, 00h20; **Mamonas Assassinas: O Filme** M14. 14h05, 16h40, 19h10, 21h30, 24h; **Época de Caça** M12. 16h25, 21h45; **Ghost: Rite Here Rite Now** 21h15

Amadora

Cinema City Alegro Alfragide
C.C. Alegro Alfragide. T. 214221030
O Panda do Kung Fu 4 M6. 11h20, 17h45 (VP); **O Reino do Planeta dos Macacos** M12. 15h30, 21h20; **IF: Amigos Imaginários** M6. 11h35, 13h, 18h10 (VP); **Furiosa: Uma Saga Mad Max** M14. 21h40; **Garfield: O Filme** M6. 11h10, 13h20, 15h30, 17h40, 19h50 (VP), 15h40 (VO); **Assassino Profissional** M12. 18h50, 00h15; **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. 15h15, 17h30, 19h15, 21h50, 00h15; **Dragonkeeper - Ping e o Dragão** M6. 11h30, 15h20, 17h40 (VP); **Haikye!! A Batalha na Lixeira** M6. 11h20, 13h10, 15h35, 21h50, 23h45; **Heróis na Hora** M6. 11h15, 15h50, 17h50 (VP); **O Exorcismo** 13h25, 19h50, 21h45, 23h50; **O Homem dos Teus Sonhos** M14. 19h45; **The Watchers: Eles Vêem Tudo** M16. 22h, 00h05; **Contra Todos** M14. 19h45, 21h55, 00h20; **The Bikeriders** M14. 13h, 15h20, 17h20, 19h35, 21h30, 00h05; **Mamonas Assassinas: O Filme** M12. 13h10, 15h15, 17h10, 19h20, 21h35, 23h40; **Época de Caça** M12. 19h55, 21h55, 00h10; **Mobile Suit Gundam Seed Freedom** 15h20

UCI Cinemas - Ubbo
Estrada Nacional 249/1, Venteira.
O Reino do Planeta dos Macacos M12. 21h25, 23h45; **IF: Amigos Imaginários** M6. 13h25, 16h, 18h35 (VP), 21h10 (VO); **Furiosa: Uma Saga Mad Max** M14. 18h15, 21h35, 23h50; **Garfield: O Filme** M6. 14h05, 16h30, 18h55 (VP); **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. 16h40, 21h45, 00h15; **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. 13h30, 16h15, 18h50, 21h20; **Haikye!! A Batalha na Lixeira** M6. 14h35, 16h50, 19h05, 21h15; **Heróis na Hora** M6. 13h50, 16h10 (VP); **O Exorcismo** 14h10, 16h25, 21h30, 24h; **The Watchers: Eles Vêem Tudo** M16. 14h15, 19h10; **Contra Todos** M14. 14h, 16h35, 19h15, 21h50, 00h25; **The Bikeriders** M14. 13h40, 16h20, 19h, 21h40, 00h20; **Ghost: Rite Here Rite Now** 19h

Estreias

The Bikeriders
De Jeff Nichols. Com Jodie Comer, Austin Butler, Tom Hardy, Michael Shannon, Mike Faist. EUA. 2023. 116m. Drama. M14.
Com uma acção situada em Chicago (EUA) durante os anos 1960, este drama segue um grupo de motoqueiros chamado Vandals. Durante o período de uma década, o espectador acompanha o percurso de alguns elementos, mostrando como um conjunto de pessoas pacíficas ligadas por um gosto comum, se vai lentamente transformando num gangue.

Onde Está o Pessoa?
De Leonor Areal. POR. 2023. 63m. M12.
A historiadora Leonor Areal pega num pequeno vídeo rodado em 1913 onde várias pessoas saem de um concerto do Teatro República, e propõe ao espectador um jogo em busca de Fernando Pessoa, de quem se julgava não existirem imagens em movimento.

Contra Todos
De Moritz Mohr. Com Bill Skarsgård, Jessica Rothe, Michelle Dockery, Brett Gelman. ALE/EUA/África do Sul. 2023. 111m. Thriller, Acção. M14.
Um adolescente jura vingança quando assiste ao assassinato da família a mando de Hilda Van Der Koy, soberana de uma dinastia de tiranos que subjugam a população com mão de ferro. Surdo e mudo devido ao trauma, naquele dia ele encontrou, dentro da sua cabeça, a voz interior que precisava num jogo de vídeo da sua infância.

Dalíland
De Mary Harron. Com Ben Kingsley, Barbara Sukowa, Ezra Miller, Christopher Briney. EUA/GB/FRA. 2022. 97m. Drama, Biografia. M12.
Em 1973, James Linton trabalhava numa importante galeria de arte nova-iorquina quando lhe foi pedido que se tornasse assistente de Salvador Dalí. Empenhado em agradar ao grande mestre da pintura, James viu-se arrastado para as excentricidades da vida dele e de Gala, a mulher.

O Amor Segundo Dalva
De Emmanuelle Nicot. Com Zelda Samson, Alexis Manenti, Fanta Guirassy, Marie Denarnaud. FRA/BEL. 2022. 83m. Drama. M14.
Apesar dos seus 12 anos, Dalva veste-se, maquilha-se e apresenta-se como se fosse uma mulher. Um dia, a segurança social chega à casa onde vive com o pai e leva-a para um centro de acolhimento. A separação é difícil e a adaptação muito atribulada. Mas será ali que ela vai fazer grandes amigos.

Época de Caça
De Frédéric Forestier, Antonin Fourlon. Com Didier Bourdon, Hakim Jemili. FRA/BEL. 2023. 101m. Comédia. M12.
Simon e Adelaide deixam Paris e mudam-se para a província, onde compram uma grande casa com uma floresta a perder de vista. Tudo lhes parece perfeito até se darem conta que foram parar a um lugar onde vivem pessoas muito afáveis mas com um grande senão: a sua fixação pela caça.

Mamonas Assassinas: O Filme
De Edson Spinello. Com Rhener Freitas, Beto Hinoto, Adriano Tunes, Robson Lima. BRA. 2023. 95m. Drama, Biografia. M12.
O trajecto de Dinho, Sérgio, Samuel, Júlio e Bento, os cinco artistas que criaram os Mamonas Assassinas, um projecto de rock humorístico que se transformou num êxito junto de milhões de jovens durante a década de 1990.

Ovnis, Monstros e Utopias: Três Curtas Queer
De Joana de Sousa, Ricardo Branco, André Godinho. POR. 2024. m. Curta. M14.
Numa celebração do orgulho LGBTQIA+, uma sessão de três curtas com a vivência "queer" como pano de fundo.

Soma das Partes
De Edgar Ferreira. POR. 2023. 66m. Documentário. M12.
Encomendado pela Fundação Calouste Gulbenkian, este filme de Edgar Ferreira traça o percurso da Orquestra Gulbenkian desde a sua fundação.

As estrelas

	Jorge Mourinha	Luís M. Oliveira	Vasco Câmara
O Amor Segundo Dalva	—	★★☆☆☆	★★☆☆☆
The Bikeriders	★★★★☆	★★★☆☆	—
Bolero	★★☆☆☆	—	★☆☆☆☆
Cobweb — A Teia	★★☆☆☆	—	★★☆☆☆
Comandante	—	★☆☆☆☆	★☆☆☆☆
Dalíland	★★☆☆☆	—	★☆☆☆☆
Entre a Luz e o Nada	★★☆☆☆	★★☆☆☆	★☆☆☆☆
O Homem dos Teus Sonhos	★★☆☆☆	★★☆☆☆	★★☆☆☆
Manga d'Terra	★★★★☆	★★★☆☆	★★★☆☆
Onde Está o Pessoa?	★★★☆☆	—	★★★☆☆
Pedágio	—	★★☆☆☆	★★☆☆☆
Uma Rapariga Imaterial	★★☆☆☆	★★☆☆☆	★☆☆☆☆
Sob Influência	★☆☆☆☆	★★☆☆☆	★☆☆☆☆
Soma das Partes	★★☆☆☆	★★☆☆☆	★☆☆☆☆

● Mau ★☆☆☆☆ Medíocre ★★☆☆☆ Razoável ★★★☆☆ Bom ★★★★☆ Muito Bom ★★★★★ Excelente

Lazer

MÚSICA

Castello Branco

LISBOA Musicbox. Dia 22/6, às 22h. M/16. 13€

O músico carioca, que emergiu nos últimos anos como um dos maiores talentos brasileiros da sua geração, começou por adiantar *Serviço*, em 2013, numa estreia discográfica que foi também o primeiro tomo de uma trilogia que completaria com *Sintoma* (2017) e *Sermão* (2019). Em 2021, regressou aos escaparates com *Niska: Uma Mensagem para os Tempos de Emergência*, um álbum de inspiração *solarpunk*. Neste regresso a Portugal, faz-se ouvir no seio de um trio de baixo, piano e guitarra, em modo intimista e com um alinhamento nutrido pela celebração de dez anos de carreira. A visita a terras lusas prossegue no Funchal (29 de Junho), em Coimbra (3 de Julho), na Costa de Caparica (6 de Julho) e em Ponte de Lima (7 de Julho).

Miguel Araújo e Os Quatro E Meia

CASCAIS Hipódromo Manuel Possolo. Dia 22/6, às 22h. M/6. 25€ a 100€

Salas esgotadas, temas "orelhudos", aplausos da crítica e um talento desmedido e calibrado com honesta espontaneidade. A equação serve bem a Miguel Araújo e também se aplica à medida d'Os Quatro e Meia. Com universos musicais cheios de pontos de intersecção, estes dois fenómenos da música nacional contemporânea juntam os créditos em palco, num espectáculo inédito que promete não menos do que "uma energia única e contagiante".

FESTA

Arraial Lisboa Pride

LISBOA Praça do Comércio. Dia 22/6, das 16h às 2h. M/6. Grátis

No mosaico das Festas de Lisboa, esta sobressai pela diferença, pelo colorido e pela afluência: no ano passado, acolheu 120 mil pessoas. De tapete estendido à celebração do mês do Pride em todos os matizes da bandeira (aliados incluídos), conta com concertos, *DJ sets*, dança, *performances* e um "arraialito" para os mais novos, entre outras actuações e diversões em nome da liberdade, da diversidade e da igualdade. O programa detalhado desta 26.ª edição está em ilga-portugal.pt.

Jogos

Jogue também online. Palavras-cruzadas, bridge e sudoku em publico.pt/jogos

Euromilhões 3 4 7 11 17 ★3 ★12

1.º Prémio 195.000.000€ **M1lhão** BHR 17400

Esta informação não dispensa a consulta da lista oficial de prémios

Cruzadas 12.469

Paulo Freixinho
palavrascruzadas@publico.pt

HORIZONTAIS: 1 - (...) Rebelo, é campeã europeia dos 200 metros costas. Vulcão situado na Itália (Património Mundial da UNESCO). **2** - Preposição que indica lugar. Recebe os Jogos Olímpicos que podem ser os mais quentes de sempre. Catedral. **3** - Terceiro. Sobra. **4** - Disse. Ocidente. **5** - Levantes. Qualidade (pop.). **6** - Primeiro violinista de uma orquestra, que a pode reger na ausência do maestro (Música). **7** - (...) Chomsky, notável linguista americano. Autocarro. **8** - Parlamento Europeu. Navegador. Bário (s. q.). **9** - Interjeição (espanto). Ocupar o lugar de. **10** - Rishi (...), primeiro-ministro britânico, pode perder lugar de deputado nas eleições. Inflamar. **11** - O maior pássaro nativo da Austrália. Diz-se do vento que sopra do mar.

VERTICAIS: 1 - "Maio engrandecer, Junho (...), Julho debulhar". Posição estudada. **2** - Plantio de amieiros. Símbolo de nordeste. A unidade. **3** - Incólume. Organização das Nações Unidas. **4** - Internet Protocol. Dá descontos até 90% em transportes públicos para os jovens. **5** - Unidade monetária da Geórgia. Aia. Símbolo de quilómetro. **6** - Sulque. Plural (abrev.). Pátria de Abraão. **7** - Elemento de formação de palavras que exprime a ideia de igual. Dividir em lotes. **8** - "Muito Serra a Serra da (...)", o livro em destaque no "Guia crianças - Letra pequena". Diante de (prep.). **9** - Pega. Entreguei. **10** - Símbolo de nanossegundo. Falar com hesitação. **11** - Distraída (fig.). Fezes que o vinho e outros líquidos deixam aderentes ao fundo das vasilhas.

Solução do problema anterior
HORIZONTAIS: 1 - Jornalistas. **2** - Aluar. Seita. **3** - Cai. Assisar. **4** - Arredio. **5** - Ré. Sen. Meca. **6** - AT. Aba. **7** - Nvidia. Paz. **8** - Bioma. RGB. **9** - ED. Ataca. **10** - Coada. Anouk. **11** - Arco. Usar.
VERTICAIS: 1 - Jacaré. Beca. **2** - Olaré. Nidor. **3** - Ruir. Avo. AC. **4** - Na. Estimado. **5** - Arade. Data. **6** - Sinai. **7** - Isso. Barcas. **8** - Sei. Ma. Gana. **9** - Tisne. Pb. Or. **10** - Ata. Cia. Tu. **11** - Sarda. Zé. Kl.

Bridge

João Fanha
fanhabridge.pt

Dador: Sul
Vul: NS

NORTE
♠ J7
♥ A102
♦ KJ1096
♣ K95

OESTE
♠ AQ962
♥ 74
♦ Q52
♣ 874

ESTE
♠ 1085
♥ QJ65
♦ 8
♣ QJ1063

SUL
♠ K43
♥ K983
♦ A743
♣ A2

Oeste	Norte	Este	Sul
			1♦
1♠	2♠1	passo	3ST

Todos passam

Leilão: Equipas ou partida livre (IMP). 1 – *Cuebid*, pelo menos 11 pontos e *fit* a ouros, pedido de defesa a espadas

Carteio: Saída: 6♠. Qual a melhor linha de jogo?

Solução: Temos seis vazas garantidas, e com esta saída mais uma a espadas. Ficarão a faltar duas vazas e o naipe de ouros é o naipe de serviço. O contrato só estará em perigo se perdermos uma vaza a ouros e se a defesa puder alinhar quatro vazas a espadas.

A sua primeira decisão envolve que espada jogar do morto. Se jogar pequena então o Valete de espadas passará a ser uma carta redundante, o melhor é tentar desde logo jogar essa carta, assumindo que Oeste tem o Ás e a Dama. Isso afectará o modo de jogar o naipe de ouros? Sem dúvida alguma! Agora será seguro perder uma vaza para Oeste, mas perigoso perder para Este, portanto comece or encaixar o Rei de ouros e, quando a Dama não tomba, apresente o Valete de ouros. Se Este assistir com um ouro pequeno, deixe-o correr, sabendo desde logo que, se Oeste fizer a vaza, será perfeitamente inofensivo e as nove vazas estarão asseguradas.

Se Este fizer a primeira vaza com o Ás de espadas e devolver outra espada, o seu plano deverá agora ser o de deixar fazer e somente na vaza seguinte, quando Este ficar desprovido de espadas, faz o Rei. Agora os ouros deverão ser jogados no sentido contrário, isto é, bata o Ás de ouros primeiro e siga com outro com a intenção de jogar o Valete caso Oeste assista com um ouro pequeno, dado que agora a mão não perigosa passa a ser a de Este.

Se Este jogar a Dama de espadas na primeira vaza, então deixamos de ter um porto seguro, e o melhor será jogar o Ás e o Rei de ouros à cabeça na esperança de encontrar o naipe dividido 2-2.

Considere o seguinte leilão:

Oeste	Norte	Este	Sul
3♠	X	3ST	?

O que marca em Sul com a seguinte mão?

♠- ♥QJ10964 ♦963 ♣KQ106

Resposta: Se o nosso adversário da direita tivesse passado, teríamos algumas dúvidas quanto a marcar 4♥. Assim, ao optarmos por entrar na conversa, mostramos algum jogo mas sobretudo comprimento a copas. Com mais pontos teríamos a boa opção de dobrar.

Sudoku

© Alastair Chisholm 2008
www.indigopuzzles.com

Problema 12.702 (Fácil)

Solução 12.700

1	6	9	8	2	5	3	4	7
4	3	8	7	9	1	5	2	6
7	5	2	3	6	4	8	1	9
6	1	7	4	3	8	9	5	2
5	9	3	2	1	7	6	8	4
2	8	4	6	5	9	1	7	3
3	2	1	5	4	6	7	9	8
8	4	5	9	7	3	2	6	1
9	7	6	1	8	2	4	3	5

Problema 12.703 (Difícil)

Solução 12.701

4	8	7	1	5	3	9	6	2
3	2	1	9	6	4	8	7	5
6	9	5	7	8	2	1	4	3
9	5	8	6	4	7	2	3	1
7	3	6	2	9	1	5	8	4
1	4	2	8	3	5	7	9	6
2	7	3	4	1	8	6	5	9
5	1	9	3	7	6	4	2	8
8	6	4	5	2	9	3	1	7

Guia

CINEMA

Legalmente Loira
Star Life, 22h20
Reese Witherspoon é Elle Woods, que tem tudo o que uma rapariga pode querer: é rica, bonita, tem o cabelo naturalmente loiro e namora o rapaz mais giro e cobiçado da faculdade. Só que quando Warner vai estudar Direito para Harvard abandona Elle porque ela é demasiado loira para ser a mulher de um advogado. Elle está, no entanto, disposta a tudo para se tornar Mrs. Warner Huntington III. Para se vingar, consegue também entrar no curso de Direito. Mas é constantemente gozada por todos os colegas, que a consideram demasiado “cabeça oca”. Para recuperar a dignidade e o namorado, Elle lança uma campanha de defesa das loiras e decide defender o caso, em tribunal, de uma loira acusada de assassínio. Só se for bem-sucedida poderá desmentir a máxima de que todas as loiras são burras. Uma comédia de Robert Luketic escrita por Karen McCullah Lutz e Kirsten Smith, a mesma dupla de *10 Coisas Que Odeio em Ti*, e estreada em 2001. Amanhã passa a sequela de 2003.

A Zona
RTP2, 22h59
A perda, o vazio que fica quando alguém morre, o corpo anestesiado pela dor. Os objectos, as memórias e as possibilidades interrompidas, um território de fantasmas mas que também pode ser imensamente libertador. Um filme que rejeita a narrativa tradicional e se constrói a partir de “imagens, sons e sensações”, como descreve o realizador Sandro Aguilar, também prolífico produtor e montador que se estreou nas longas-metragens com este filme de 2008.

SÉRIES

Rising Impact
Netflix, streaming
Estreia. Pela primeira vez, a *manga* homónima escrita e ilustrada por Nakaba Suzuki entre 1998 e 2002 é adaptada para *anime* – neste caso em ONA, *original net animation*, como se chamam estas produções de *streaming* –, feita pelo estúdio de animação Lay-duce, com realização de HItoshi Nanba e Michihiro Tsuchiya na escrita. É sobre um miúdo que vive nas montanhas de Fukushima e que adora basebol, especialmente quando bate na bola, isto até descobrir que o golfe lhe permite atirar bolas para bem mais longe. O seu talento levá-lo-á a uma academia. A segunda temporada estreia-se já em Agosto.

Televisão

Os mais vistos da TV
Quinta-feira, 20

	%	Aud.	Share
Espanha X Itália	RTP1	17,5	35,0
A Promessa	SIC	8,9	17,3
Cacau	TVI	7,9	16,2
Big Brother - Especial	TVI	7,8	14,6
Casados a Primeira Vista	SIC	7,2	18,3

FONTE: CAEM

RTP1	15,5%
RTP2	0,6
SIC	14,2
TVI	14,8
Cabo	37

RTP1
6.00 Espaço Zig Zag **8.00** Bom Dia Portugal Fim-de-semana **9.57** País de Gales -Terra Selvagem **10.58** Hora dos Portugueses **11.55** Vira e Volta **12.36** Um Mundo na Aldeia **12.59** Jornal da Tarde **14.15** Voz do Cidadão **14.36** RTP Euro 2024 - Pré-Match **16.50** Futebol: Euro 2024 - Turquia x Portugal **19.04** RTP Euro 2024 - Pós-Match

19.57 Jornal da Noite

19.59 Telejornal

21.01 Alguém Tem o Fazer

21.58 Masterchef Júnior

0.43 Noites do Euro
2.21 Janela Indiscreta
3.07 País de Gales -Terra Selvagem

RTP2
6.00 A Fé dos Homens **6.32** Repórter África **7.00** Folha de Sala **7.04** A Aventura de David Attenborough Pelo Mundo **7.58** Espaço Zig Zag **15.03** Desporto 2 **17.00** Biosfera **17.30** Campeonatos da Europa de Desportos Aquáticos **20.16** Faça Chuva Faça Sol **20.47** ABC Direito Europa **21.04** Ases d'África

21.30 Jornal 2

22.01 Nova Criação de Bruno Beltrão

22.50 Folha de Sala
22.59 A Zona **0.37** Janela Global **1.09** Folhade Sala **1.14** Homens Fora, Trabalho na Loja **1.43** Fado Breve: As Canções de Carlos do Carmo **2.29** Exílios no Feminino **3.21** Folha da Sala **3.26** Da Ilha e de Mim **3.51** Portugal 3.0 **4.41** Por Aqui Fora **5.30** Viva Saúde

SIC
6.00 Etnias **6.40** Médico da Casa **7.25** Caixa Mágica - Caminhos de Portugal **7.50** SOS Animal - Ser Por Todos os Seres **9.00** Alô Marco Paulo **12.05** O Nosso mundo: Animal Instincts - The Bizarre Water-world of Japan **12.59** Primeiro Jornal **14.15** Alta Definição

15.05 E-Especial

15.30 Especial Rock in Rio

19.57 Jornal da Noite

21.50 Terra Nossa Especial Euro 2024 - Alemanha

0.05 Casados à Primeira Vista

0.50 Levanta-te e Ri - Fernando Rocha

3.35 Hell's Kitchen Famosos

TVI
5.42 As Aventuras do Gato das Botas **6.07** Inspector Max **7.00** Diário da Manhã **10.15** Em Família **12.58** TVI Jornal **13.55** Diário do Euro **14.00** A Sentença

16.20 Em Família

18.00 Big Brother

19.57 Jornal Nacional

21.35 Congela

23.00 Mistura Beirão

23.10 Festa é Festa
23.30 Big Brother
1.20 O Beijo do Escorpião
4.15 Deixa Que Te Leve

TVCINE TOP
18.10 O Príncipe Volta a Nova Iorque **19.55** Boa Sorte, Leo Grande **21.30** The Forgiven **23.30** O Assassino Perfeito **1.05** A Caloira

STAR MOVIES
17.24 Shane **19.24** Vera Cruz **21.15** Jornada de Heróis **22.56** Homem Sem Rumo **0.36** O Último Comboio de Gun Hill

HOLLYWOOD
16.35 Um Homem à Parte **18.30** Velocidade Furiosa 6 **20.40** Fogo Cerrado **22.25** Sabotagem **0.15** A Purga: Ano de Eleições **2.05** Alien vs. Predador 2

AXN
18.15 Vizinhos Espiões **20.11** O Segurança do Shopping: Las Vegas **21.55** Noite em Fuga **0.01** Taken - A Vingança **1.42** Jogo da Apanhada

STAR CHANNEL
17.06 Anon **19.00** F9: The Fast Saga **21.53** Taken 3 **23.59** Homem Em Fúria **2.27** Son of a Gun

DISNEY CHANNEL
16.30 Miraculous - As Aventuras de Ladybug **17.15** A Maldição de Molly McGee **18.05** Vamos Lá, Hailey! **18.55** Monstros: Ao Trabalho! **19.15** Hamster & Gretel **20.00** Os Green na Cidade Verde **20.50** Gru - O Maldisposto (VP)

DISCOVERY
18.10 Caçadores de Cristais Preciosos **20.03** O Segredo das Coisas **21.00** Caçadores de Pedras Preciosas **22.54** A Febre do Ouro: Águas Bravas

HISTÓRIA
17.17 Alienígenas **23.44** Sociedades Secretas: Nas Trevas **2.03** A Maldição de Skinwalker

ODISSEIA
17.29 Camuflagem no Reino Animal **18.20** A Terra **19.18** A Mentalista de Animações de Estimação **20.05** Uma Quinta, 9 Filhos e 1000 Ovelhas **21.44** Viver emTerritório Extremo **22.30** Planeta Vulcânico **23.30** Grandes Viagens de Comboio **0.21** Caçadores de Lagostas

Corações Periféricos
RTP Memória, 23h41
Em 1991, a RTP fez uma série de antologia, ou quatro telefilmes, centrada em jovens portugueses. Este é o terceiro episódio, assinado por Luís Alvarães, tanto o guião quanto a realização (os outros são de Fernando Ávila, Pedro Ruivo e Manuel Mozos). É sobre um jovem que volta a Lisboa após o serviço militar, olhando para tudo com novos olhos. Com Pedro Hestnes, Isabel Ruth e Carlos Gomes.

DANÇA

Nova Criação de Bruno Beltrão
RTP2, 22h01
O coreógrafo brasileiro Bruno Beltrão (n. 1979) alia a formação na dança contemporânea e filosofia a vários estilos de dança urbana. Este seu espectáculo com o Grupo de Rua, que passou por Portugal em 2022 e foi gravado, reflecte as preocupações com aquilo por que o Brasil estava a passar, fazendo perguntas sobre a paralisante situação geopolítica do país em tempos de Jair Bolsonaro.

MÚSICA

Especial Rock in Rio
SIC, 15h30
Directo. Arranca o segundo fim-de-semana da até agora bastante polémica, entre croquetes, organização de palcos e transportes, edição deste ano do festival de música que veio do Brasil para Portugal há 20 anos. É dia de Jonas Brothers, James, Ivete Sangalo, Carolina Deslandes, Filipe Karlsson, Kura, Leigh-Anne Pinnock, Ornatos Violeta e outros.

INFANTIL

Gru — O Maldisposto (VP)
Disney Channel, 20h50
Pouco antes de chegar o quarto capítulo desta saga sobre o vilão animado Gru às salas, uma oportunidade para ver o original de 2010 assinado por Pierre Coffin e Chris Renaud, antes das sequelas e dos *spin-offs* dos Mínimos.

DESPORTO

Futebol: Turquia x Portugal
RTP1, 16h50
Directo. Depois da vitória suada frente à Chéquia no primeiro jogo, o segundo jogo de Portugal no Euro 2024 é contra a Turquia.

Meteorologia

PORTUGAL

Viana do Castelo 15º 23º
Bragança 12º 27º
Braga 14º 26º
Vila Real 13º 26º
Porto 14º 24º
15º 1,0m
Aveiro 14º 24º
Viseu 14º 28º
Guarda 14º 28º
Coimbra 14º 25º
Castelo Branco 19º 31º
Leiria 16º 23º
Santarém 16º 31º
Portalegre 18º 30º
Lisboa 17º 28º
Évora 17º 32º
Setúbal 17º 29º
Sines 17º 25º
Beja 16º 34º
16º 1,0m
Sagres 18º 22º
Faro 22º 28º
18º 0,5m

Açores

Corvo
Flores 21º 24º
20º 0,5m
Graciosa
São Jorge 18º 24º
17º 2,2m
Faial
Pico
Terceira
São Miguel 18º 23º
20º 1,5m
Ponta Delgada
Sta Maria

Madeira

Porto Santo 19º 23º
Madeira 18º 23º
22º 1,0m
21º 2,0m
Funchal

MARÉS

Preia-mar / Baixa-mar *de amanhã

Leixões	m	Cascais	m	Faro	m
Baixa-mar 09h50	0,8	Baixa-mar 09h24	1,0	Baixa-mar 09h16	0,8
Preia-mar 16h05	3,3	Preia-mar 15h41	3,4	Preia-mar 15h50	3,3
Baixa-mar 22h21	0,7	Baixa-mar 21h56	0,9	Baixa-mar 21h49	0,7
Preia-mar 04h31*	3,1	Preia-mar 04h07*	3,2	Preia-mar 04h13*	3,1

PRÓXIMOS DIAS LISBOA

	Domingo, 23	Segunda-feira, 24	Terça-feira, 25
Mín. / Máx.	18º / 30º	17º / 30º	16º / 24º
Índice UV	Alto	M. alto	M. alto
Vento	Fraco	Moderado	Moderado
Humidade	58%	65%	69%

MEDIDOR DE CO_2

Mauna Loa, Havai
Partes por milhão (ppm) na atmosfera
Valores por semana

Semana de 9 Jun.	427,33
Há um ano	424,24
Há dez anos	401,73
Semana de 26 Mai.	426,88
Nível de segurança	350
Nível pré-industrial	280

QUALIDADE DO AR

Portugal

- Excelente
- Razoável
- Mau
- Não é saudável
- Nada saudável
- Perigoso

Porto, Coimbra, Lisboa, Évora, Faro

SOL

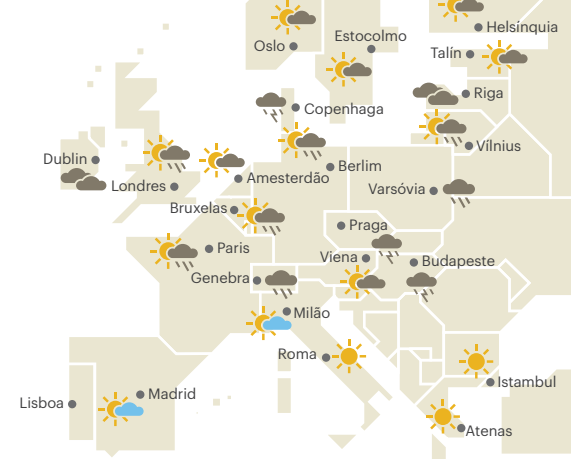
Nascente 06h12
Poente 21h05

LUA

22 Jun. 02h08
28 Jun. 22h53
5 Jul. 23h57
13 Jul. 23h49

Nascente 22h08
Poente 07h10*
*de amanhã

EUROPA

Oslo, Estocolmo, Helsínquia, Talin, Riga, Copenhaga, Vilnius, Dublin, Londres, Amesterdão, Berlim, Varsóvia, Bruxelas, Praga, Paris, Viena, Budapeste, Genebra, Milão, Roma, Istambul, Madrid, Lisboa, Atenas

TEMPERATURAS ºC

	Mín.	Máx.		Mín.	Máx.
Amesterdão	12	20	Roma	18	32
Atenas	23	35	Viena	18	27
Berlim	14	23	Bissau	27	32
Bruxelas	12	20	Buenos Aires	11	18
Bucareste	19	36	Cairo	27	39
Budapeste	19	30	Caracas	19	30
Copenhaga	13	17	Cid. do Cabo	9	18
Dublin	14	21	Cid. do México	16	22
Estocolmo	13	21	Díli	22	32
Frankfurt	13	21	Hong Kong	27	34
Genebra	12	19	Jerusalém	20	30
Istambul	21	29	Los Angeles	20	32
Kiev	20	28	Luanda	21	27
Londres	13	23	Nova Deli	30	40
Madrid	17	30	Nova Iorque	24	32
Milão	18	29	Pequim	21	34
Moscovo	13	22	Praia	23	29
Oslo	13	20	Rio de Janeiro	18	30
Paris	11	21	Riga	14	21
Praga	14	25	Singapura	26	32

Fontes: AccuWeather; Instituto Hidrográfico; QualAR/Agência Portuguesa do Ambiente; NOAA-ESRL

FC Porto evita pagar terrenos da academia à ABB

JOSÉ COELHO/LUSA

Foi a 27 de Março, um mês antes das eleições do FC Porto, que Pinto da Costa apresentou o projecto

Antiga administração do clube apenas se comprometeu a pagar terrenos se hasta pública avançasse, o que acabou por não suceder

Miguel Dantas

O plano falhado de uma academia do FC Porto na Maia é a mais recente de várias "dores de cabeça" deixadas pela administração de Pinto da Costa ao novo presidente dos "dragões", o ex-treinador André Villas-Boas. A folga financeira é mínima e os portistas arriscam prejuízos consideráveis na concepção de um projecto que não verá a luz do dia. Mas nem tudo são más notícias: os "dragões" podem conseguir evitar o pagamento dos terrenos detidos pela construtora Alexandre Barbosa Borges (ABB), visto que os 14 hectares detidos pelo município da Maia não ficaram em posse do FC Porto.

Apesar de os portistas terem apresentado a proposta mais alta em hasta pública pelos terrenos da autarquia, a anterior administração apresentou um "cheque careca" de 510 mil euros, relativo à segunda *tranche* da compra dos terrenos. Na passada terça-feira, o clube informou o município de que não dispõe actualmente de fundos que possibilitem um investimento tão avultado, deixando cair a construção do complexo na Maia.

Recuemos até ao dia 27 de Março, dia em que o projecto da academia foi apresentado ao público. Faltava exactamente um mês até às eleições do FC Porto, mas a aceleração do processo e a vontade em colocar as máquinas no terreno não representavam qualquer campanha eleitoral, prometia a antiga direcção. O complexo ocuparia uma área de 23 hectares: 14 conseguidos na hasta pública da Maia, os restantes nove comprados à construtora ABB, empresa gerida pelo empresário Gaspar Borges, que adquiriu vários lotes especificamente para este efeito. O então administrador financeiro da SAD portista, Fernando Gomes, garantiu que os "dragões" apenas ficariam com os nove hectares de terreno da ABB se a hasta pública se concretizasse, procurando mostrar aos sócios que o complexo tinha sido pensado com tempo e responsabilidade. Neste dia, ainda não era certo o resultado da hasta pública, mas tudo indicava que o FC Porto fosse o vencedor no processo de licitação.

"O FC Porto está a negociar terrenos sem saber e sem ter feito a hasta pública? Não! Está a garantir que a totalidade dos 23 hectares se vai conseguir em tempo útil para que isto [academia] avance já. Temos um contrato de compra e venda com Gaspar Borges [dono da ABB] condicionado à hasta pública", sublinhou. O então responsável chegaria mesmo a dizer que a ABB foi fundamental para que o FC Porto poupasse dinheiro na compra destes terrenos, alegando que os proprietários pediriam seguramente muito mais dinheiro ao clube do que ao grupo de construção.

Dado que a hasta pública, como agora se sabe, não irá para a frente, o FC Porto não seria obrigado a ficar com os terrenos da ABB, comprados gradualmente pela empresa a diferentes proprietários. De acordo com as informações recolhidas pelo PÚBLICO, esta "cláusula de segurança" foi efectivamente assegurada pela antiga administração, com o contrato assinado pela construtora a prever este cenário – considerado quase impossível no momento da assinatura.

Mas há ainda um caso delicado nesta relação entre clube e construtora: um segundo contrato assinado pelos portistas com a construtora minhota, desta feita no valor de 6,8 milhões de euros, por trabalhos de terraplenagem. O PÚBLICO tentou por diversas vezes contactar a empresa ABB, por via telefónica e electrónica, para obter esclarecimentos sobre estas matérias, mas sempre sem sucesso.

O jornal desportivo *Record* avançou na edição impressa de ontem que a construtora pondera avançar para uma batalha judicial contra os "dragões", reclamando uma indemnização de 2,5 milhões de euros pela quebra de contrato, valor confirmado pelo PÚBLICO. Ainda relativamente à academia, o FC Porto terá de saldar uma dívida de um milhão de euros pela encomenda do projecto ao arquitecto Manuel Salgado, apresentado pelo próprio no dia 27 de Março no Estádio do Dragão. No total, os portistas somam já mais de quatro milhões de euros de potencial custo por um projecto que não avançará.

Maia não devolve dinheiro

Do lado da autarquia da Maia, a intenção passa por ficar com os 680 mil euros pagos pelo FC Porto como sinal no acto da adjudicação. O autarca do município, António Silva Tiago, alega que André Villas-Boas garantiu pessoalmente que iria conseguir os fundos necessários para validar o cheque de 510 mil euros passado pela antiga administração. Como tal não sucedeu, a Câmara Municipal da Maia não devolverá o valor do sinal e ficará com os 14 hectares destinados ao complexo.

A 23 de Maio, o vereador socialista Francisco Vieira de Carvalho apontou, em declarações ao PÚBLICO, alegadas ilegalidades no processo de hasta pública. O autarca garante que isso não é verdade e aponta baterias ao oponente político.

"As notícias que saíram são tudo mentira, uma falsidade completa levantada por alguém incompetente e ignorante que não sabe ler a lei e lançou uma mentira", acusou António Silva Tiago, citado pela agência Lusa.

Palavras soltas sobre a justiça no futebol

Opinião

José Manuel Meirim

1. Espera-se (embora não se veja ou se conheça publicamente qualquer passo dado nesse sentido) que o Governo atente numa revisão – para já não falar em extinção e substituição pelos tribunais administrativos em segmento especializado – do Tribunal Arbitral do Desporto (TAD). Seja qual for a origem, tal reforma tem sido acentuada com afinco, pois, no mínimo, tal como está delineado na lei, não oferece resposta adequada ao global do sistema desportivo.

Todavia, em abono da verdade, não basta, no caso do futebol, "alindar" o TAD. Há muito para reformar internamente. Ou seja, a justiça desportiva tem de ser lida na vertente exógena (às organizações desportivas), mas também endógena (nos regulamentos das organizações desportivas).

2. Usando as competições desportivas profissionais de futebol como campo de análise, uma esmagadora maioria dos processos disciplinares é decidida em sede de processo sumário, mediante decisão do Conselho de Disciplina, e tem como objecto questões emergentes da aplicação das normas técnicas e disciplinares directamente respeitantes à prática da própria competição desportiva. Destas decisões cabe recurso – na prática, muito pouco utilizado – para o Conselho de Justiça e desta decisão não cabe recurso para o Tribunal Arbitral do Desporto, nem para os tribunais administrativos (solução já validada por um acórdão do Tribunal Constitucional) ,"fechando-se", assim, o procedimento no quadro interno das organizações desportivas.

3. Sobram as questões disciplinares fora do apontado universo, muitas delas também iniciadas em processo sumário. O que sucede ou pode suceder nestes casos? Alcançada a primeira decisão pelo Conselho de Disciplina, da mesma cabe ainda recurso para o mesmo órgão (agora em plenário da secção), o denominado "recurso hierárquico impróprio". O próximo passo, no âmbito dos recursos, é, obrigatoriamente, para o Tribunal Arbitral do Desporto.

4. Por seu turno, a decisão do colégio do Tribunal Arbitral do Desporto é passível de recurso para o Tribunal Central Administrativo Sul (TCAS). Em alternativa, se estiverem de acordo, as partes podem recorrer para a câmara de recurso (do TAD), renunciando expressamente ao recurso da decisão que vier a ser proferida. Esta alternativa nunca foi utilizada (desde a entrada em funcionamento do TAD – 1 de Outubro de 2015 – até à presente data). Esta não utilização da via recursiva interna diz bem do que as partes pensam do TAD. Recorrer para o TAD é obrigatório, mas no primeiro momento em que deixa de o ser, as partes "saltam" para os tribunais administrativos. Da decisão do Tribunal Central Administrativo Sul ainda cabe eventual recurso para o Supremo Tribunal Administrativo. A 31 de Dezembro de 2013, contabilizavam-se 295 recursos de decisões finais enviados ao TCAS, 41 recursos de decisões finais pendentes no TCAS e 105 recursos com subida ao STA. As decisões do TAD, em bom rigor, com este número de recursos para os tribunais do Estado, pouco valem. São uma espécie de apeadeiro obrigatório (que hoje só existem em linhas regionais dos caminhos de ferro).

5. Com dois momentos internos (Conselho de Disciplina), com a intervenção necessária do TAD, em sede de recurso, e depois, pelo menos do TCAS, um processo disciplinar só pode demorar tempo de mais para ser decidido a final.

6. Uma, entre outras, perspectiva reformista poderia passar pela eliminação do recurso hierárquico impróprio, habilitando a entrada em jogo mais cedo do TAD. Como afirmei na anterior crónica, é tempo de pensar.

Polícia investiga origem de *email* a acusar Mercedes de sabotar Hamilton

A polícia está a investigar a origem de um *email* dirigido a vários elementos que acompanham o Mundial de Fórmula 1 que acusa a Mercedes de sabotar o piloto britânico Lewis Hamilton, revelou a própria escuderia germânica.

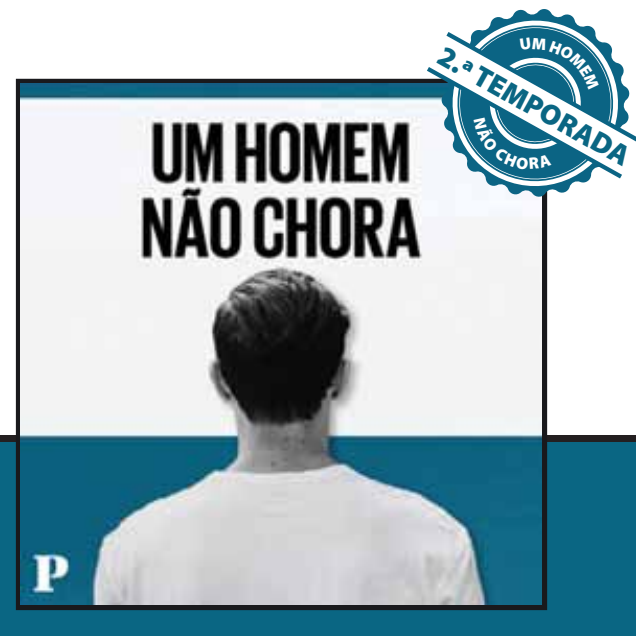
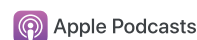
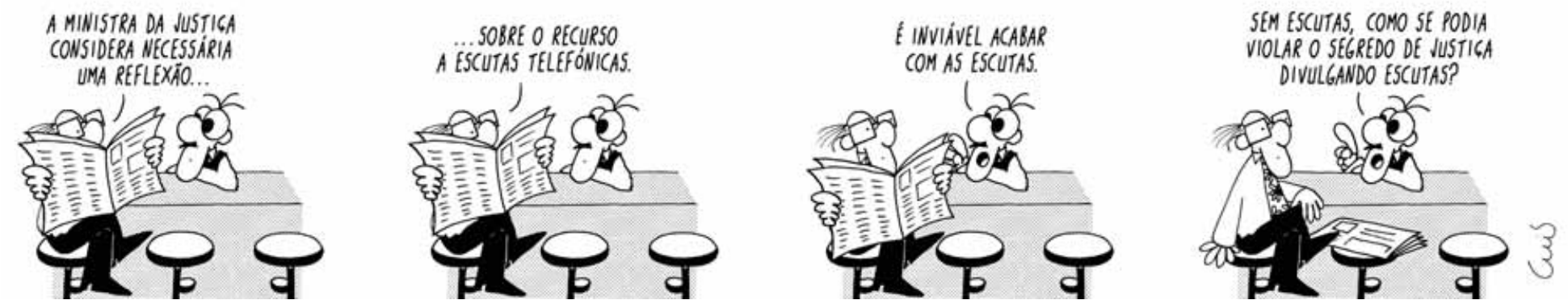
"Esse *email* é chocante e não provém de nenhum membro da equipa. Pedimos à polícia que investigasse o endereço IP [que identifica a origem do remetente]", explicou o director desportivo da equipa alemã, o austríaco Totó Wolff.

Em causa está um correio electrónico que foi divulgado por vários elementos do *paddock*, alegando que "alguém na equipa" tem sabotado o carro do piloto britânico, que irá para Ferrari na próxima temporada.

Lewis Hamilton vai deixar a Mercedes no final desta temporada de F1, passando a ser piloto da Ferrari

É a segunda comunicação do género, depois de, já anteriormente, um jornalista do *Daily Mail* ter recebido uma mensagem pelo WhatsApp com alegações semelhantes.

"É completamente irracional", frisou o patrão da Mercedes, à margem do Grande Prémio de Espanha, 10.ª ronda da temporada, que se disputa neste fim-de-semana em Barcelona.

O *email* foi enviado em 10 de Junho, intitulado "Potencial risco de morte para Lewis", dando a entender que Hamilton está a ser prejudicado pela equipa, em detrimento do compatriota George Russell, precisamente pela decisão já anunciada de abandonar a Mercedes rumo à Ferrari. **Lusa**

BARTOON LUÍS AFONSO

A corrupção não é questão de carácter, mas de oportunidade

O respeitinho não é bonito

João Miguel Tavares

NELSON GARRIDO

As agendas são como as melancias: é preciso abri-las. O que não falta neste país são pacotes legislativos, pactos anticorrupção, agendas mobilizadoras ou directivas em transposição. Mal se apagam os holofotes, logo as proclamações grandiosas descarrilam em ínfimas acções. A nova Agenda Anticorrupção é boa? Só depois de abrir. Façam-me apenas um favor: arquivem o ponto 32, porque se "apostar na educação como forma de prevenção da corrupção" é uma ideia muito linda, ela lavra num equívoco elementar: o problema da corrupção não está no carácter dos corruptos, mas nas imensas oportunidades que são oferecidas aos corruptores.

Se perguntarmos a uma pessoa muito, muito ingénua qual é a melhor forma de combater a corrupção, ela pode responder muito, muito ingenuamente que é votando em gente mais honesta. Não é. A honestidade dos políticos é o alvo errado. Entre as razões que explicam o sucesso dos Estados Unidos há uma particularmente importante: os seus *founding fathers* estavam obcecados não com a escolha de honestíssimos políticos, mas em impedir que os péssimos destruíssem as suas instituições. Conseguir remover maus líderes é muito mais importante do que eleger bons líderes, porque apontar a porta da rua é um objectivo alcançável, enquanto a excelência nunca pode ser garantida de antemão.

Nas circunstâncias certas, seja por ganância ou desespero, todos somos capazes de praticar barbaridades

O combate à corrupção em Portugal necessita deste tipo de lucidez. A atenção deve estar centrada na diminuição dos incentivos à corrupção, e não na análise minuciosa do carácter dos actores políticos, porque nas circunstâncias certas, seja por ganância ou desespero, todos somos capazes de praticar barbaridades. A sábia expressão popular que diz que "a ocasião faz o ladrão" reflecte precisamente esse cepticismo em relação à condição humana: há muita gente que se acha extremamente honesta até ao momento em que surge uma oportunidade para ser desonesta a baixo custo. Existem muitas formas de tornar a moral elástica quando o prémio é elevado.

Pior: em países em que há uma cultura de corrupção instituída, pode ser bastante difícil não corromper ou ser corrompido. O grupo brasileiro Porta dos Fundos tem um *sketch* maravilhoso sobre um jovem deputado que recusa ser subornado até chegar ao ponto em que percebe que não tem alternativa – quem era ele para se achar mais do que os outros? Será que nos tempos gloriosos de Ricardo Salgado seria possível um alto quadro do Grupo Espírito Santo recusar receber bónus numa *offshore* sem perder o lugar? Mais do que estar a remunerar um serviço ilegal, o recebimento de prémios através de um saco azul tem a inexcedível vantagem de criar total dependência do DDT. Não se entra no círculo íntimo sem sujar as mãos.

Quando nós vivemos num país em que a despesa pública ronda os 45% do PIB e cresce 28 mil milhões de euros em oito anos – mais 32,3% desde 2015 –; quando é ao Estado que compete distribuir os milhões de Bruxelas; quando há uma rede burocrática de tal forma apertada que ninguém consegue fazer nada sem necessitar de um favor estatal; quando o mapa legal é tão complexo que são precisos intérpretes de leis que deveriam ser transparentes; quando o acesso à informação do Conselho de Ministros vale ouro; quando tudo isto é assim, então não há milagres – a corrupção florescerá sempre, por muito que ensinem na escola que ela é feia. Nada é tão importante para o seu combate quanto o aumento da transparência e a diminuição do peso do Estado. Só falta implementar essa agenda.

Colunista

jmtavares@outlook.com